

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

**A Fábrica Maria Amália e sua inserção na cidade de Curvelo:
Os caminhos do desenvolvimento de uma indústria têxtil no interior de Minas Gerais.
(1941-1992)**

Gladson Macedo de Oliveira

Belo Horizonte
2007

Gladson Macedo de Oliveira

**A Fábrica Maria Amália e sua inserção na cidade de Curvelo:
Os caminhos do desenvolvimento de uma indústria têxtil no interior de Minas Gerais.
(1941-1992)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Gestão de Cidades, linha de pesquisa Trabalho e Cidade da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho

Belo Horizonte

2007

**A Fábrica Maria Amália e sua inserção na cidade de Curvelo:
Os caminhos do desenvolvimento de uma indústria têxtil no interior de Minas Gerais.
(1941-1992)**

Gladson Macedo de Oliveira

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2007.

**Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho
Orientador - PUC Minas**

**Prof. Dr. Mário Cleber Martins Lanna Júnior
FJP**

**Profa. Dra. Magda de Almeida Neves
PUC Minas**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Vilma Soares de Macedo, pelo incentivo incondicional durante toda a minha caminhada, por sua paciência e principalmente por me ensinar que nunca podemos desistir.

Obrigado mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Tarcisio Rodrigues Botelho pela paciência e compreensão para a realização deste trabalho. Agradeço também a todos que de alguma forma contribuíram para a consolidação da pesquisa, como Regina Célia de Carvalho, Elaine Mendes de Sá, José Teófilo entre outros anônimos que diretamente ou indiretamente me ajudaram.

RESUMO

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-45), a Indústria Têxtil brasileira teve um impulso significativo na sua produção, devido à necessidade da substituição dos produtos que importava dos países que estavam em guerra. Curvelo, cidade situada no centro geográfico de Minas Gerais, no final do século XIX, já despontava como importante pólo produtor de algodão. Sua consolidação se deu com a implantação da Fábrica Maria Amália em 15 de setembro de 1941, focada para a produção de tecidos finos. Esta diversificou a economia da região e sua implantação trouxe crescimento significativo para a cidade, provocando alterações no dia-a-dia dos curvelanos. Este trabalho pretende resgatar a história da Fábrica Maria Amália para que se possa perceber como esta influenciou e alterou o dia-a-dia dos trabalhadores e da cidade de Curvelo. Busca também levantar a história do município, assim como analisar o impacto da empresa sobre o perfil da cidade e os melhores resultados para os cidadãos. A dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo é focado no crescimento industrial brasileiro e seu setor têxtil, desde sua formação em meados do século XIX até a década de 1990. O segundo capítulo pretende estudar a indústria têxtil brasileira, especificamente o caso da Fábrica Maria Amália e sua introdução no município de Curvelo. O terceiro capítulo busca entender como se deu e se dá a relação da Fábrica com a cidade de Curvelo. Nas considerações finais apresentamos os motivos pelos quais a Fábrica Maria Amália tornou-se um importante condutor do desenvolvimento da cidade de Curvelo, assim como um agente de transformações culturais e sociais, para uma pequena cidade do interior de Minas Gerais.

Palavras-chave: trabalhador; disciplinarização; fábrica; setor têxtil; relações de trabalho; cotidiano; algodão; produção; sócio-cultural.

ABSTRACT

During the Second World War (1939-45) the Brazilian Textile Industry had a significant impulse on its production, proper to substitute the products that were imported from countries that had been in war. Curvelo, a city situated in geographical center of Minas Gerais, in the end of XIX century, was coming out as an important pole producing of cotton. Its consolidation happened with the introduction of Maria Amália Factory on September 15th 1941, focused on the production of fine cloths. It diversified the economy of the region and its implantation brought great developments to the city, causing changes in curvelanos day by day. This paper intends to rescue the history of Maria Amália Factory so we can realize how this influenced and changed the day by day of workers and the city of Curvelo. Also searches raising the history of the county, as well as analyzes the impact of the company on the profile of the city and the better results to the citizens. The paper was divided in three chapters. The first chapter is focused on the Brazilian industrial growth and its textile sector, since its formation in the middle of XIX century until the decade of 1990. The second chapter intends to study the Brazilian textile Industry, specially the case of Maria Amália Factory and its introduction in the county of Curvelo. The third chapter searches the understanding of how it happened and the relation with the Factory and the city of Curvelo. In the final considerations we present the reasons why the Maria Amália Factory became a conductor of development for the city of Curvelo, as an important culture and social agent of transformation for a small city of Minas Gerais.

Key-words: work; discipline; factory; textile sector; work relationships; day by day; cotton; production; social-culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Organograma: Divisão produtiva da Fábrica Maria Amália	80
Gráfico 01 - Algodão no Brasil (1931-1987)	34
Gráfico 02 - Produto Interno Bruto (PIB) Brasileiro.....	43
Gráfico 03 - Evolução da Inflação Brasileira	43
Gráfico 04- Produção Industrial de 1980/92	44

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Participação das têxteis na indústria de transformação do Brasil em 1907..	26
TABELA 02 - Produção algodoeira de Minas Gerais	32
TABELA 03 - Algodão no Brasil e Minas Gerais (1937-1944).....	33
TABELA 04 - Brasil: Exportação de tecidos de algodão.....	35
TABELA 05 - Indústria brasileira do algodão - 1853-1948.....	37
TABELA 06 - Produto real do setor industrial no segundo governo Vargas (1951-1954)..	40
TABELA 07 - Movimentos grevistas no Brasil	53
TABELA 08 - Porcentagem da população nas principais regiões de Minas Gerais (1872-1940).....	71
TABELA 09 - População residente de Curvelo	71
TABELA 10 - Indústria de Minas Gerais - 1937	72
TABELA 11 - Indicadores do Setor Têxtil (1990-1996)	108

LISTA DE ABREVIATURAS

Aços Especiais Itabira (ACESITA)

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)

Círculos de Controle de Qualidade (CCQ`s)

Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)

Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (CSN)

Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)

Consolidacao das Leis Trabalhistas (CLT)

Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG)

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB)

Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (FACIC)

Instituto Estadual de Florestas (IEF)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Just in time (JIT)

Partido Socialista Brasileiro (PSB)

Produto Interno Bruto (PIB)

Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)

Total Quality Management - Gestão pela Qualidade Total (TQM)

V & M do BRASIL S.A (Mannesmann)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E SEU SETOR TÊXTIL	19
2.1 Dos primórdios à década de 1930.....	19
2.2. As transformações das décadas de 1930 e 1940.....	28
2.3. A evolução da indústria brasileira na segunda metade do século XX.....	39
2.4. As origens da indústria no Brasil e o problema de disciplina fabril.....	48
2.5 A década de 1930 e as transformações no mundo do trabalho.....	57
3. A INDÚSTRIA TÊXTIL E A FÁBRICA MARIA AMÁLIA.....	61
3.1. Evolução histórica do município de Curvelo	61
3.2. A relação cidade e fábrica e a reconfiguração do espaço urbano na década de 1940 ..	63
3.3. O crescimento urbano e as transformações da relação fábrica/cidade	69
4. A FÁBRICA MARIA AMÁLIA E A CIDADE DE CURVELO	75
4.1. A Fábrica Maria Amália e suas relações de trabalho	75
4.2. A crise dos anos 1990 e o fim da Fábrica Maria Amália	105
5. CONCLUSÃO.....	117
REFERÊNCIAS	119
ANEXO A – Mapa de Curvelo em 1706.....	124

ANEXO B - Município de Curvelo atualmente (2007).....	125
---	-----

ANEXO C - Industrial Othon Lynch Bezerra de Mello, presidente e idealizador da Fábrica Maria Amália.....	126
--	-----

ANEXO D - Iconografia Fábrica, bairro Maria Amália, jardim, Clube Maria Amália, Escola Maria Amália, José Teófilo, trabalhadores e condições de trabalho.	127
--	-----

ANEXO E - Mapa do município de Curvelo	138
--	-----

1. INTRODUÇÃO

“Curvelanos!

Curvelo é terra do algodão. Auxilie a fundação de uma fábrica de tecidos na cidade. É bom negócio para todos”¹.

A Indústria Têxtil brasileira no decorrer da Segunda Grande Guerra (1939-45) teve um impulso significativo na sua produção, pois o país precisava substituir a importação dos países que estavam em guerra. Curvelo, cidade situada no centro geográfico de Minas Gerais, no final do século XIX já despontava como importante pólo produtor de algodão. Neste período se instalou nos arredores da cidade a fábrica Cachoeira, do grupo Cedro e Cachoeira. O prefeito Viriato Mascarenhas Gonzaga, já na década de 1940, pretendia transformar a pequena cidade de então em próspero centro industrial, com a ajuda do governador Benedito Valladares, que assegurou total apoio do seu governo à implantação de uma fábrica têxtil em Curvelo. A Fábrica Maria Amália que ocupa uma área de 280.000 m², onde trabalham hoje 1055 funcionários divididos em 16 sessões, operando 24 horas por dia em três turnos diários de 8 horas, foi fundada em Curvelo em 15 de setembro de 1941. Esta diversificou a economia da região que se baseava numa gama de produtos agrícolas, pecuária de corte/leite, e na extração de pedra ardósia, cristal, calcário e areia. A sua implantação trouxe melhoras significativas para a cidade, dentre as quais a geração de divisas, acesso à tecnologia, empregos diretos e indiretos, benefícios ligados ao emprego direto (casa, crédito, escola aos filhos, emprego garantido aos filhos, entre outros), além de interferir no cotidiano curvelano seja com a nova dinâmica social ou com o som de sua sirene².

O grupo Othon³, idealizador da fábrica, implantou uma série de artefatos que visavam o bem estar dos funcionários, como clube, time de futebol, escola, centro de treinamento, cooperativa de crédito entre outros que assistiam ao funcionário e sua família. A partir de

¹ Fonte: Jornal “A verdade”; 17 de dezembro de 1933; localização: Pré-Projeto de pesquisa; Fábrica Maria Amália: “Do sonho a realidade”; Museu Vivo de História Local da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (FACIC).

² A fábrica se relacionava diretamente com a cidade e os trabalhadores através de uma sirene. Ela era acionada quinze e cinco minutos antes, na troca do turno e na hora das refeições para alertar os trabalhadores. Atualmente ela continua determinando as trocas de turno e as refeições, acrescido de um alarme de hora em hora. A sirene é escutada em quase toda a cidade, desta forma ela determina de hora em hora que ela está presente na cidade, na vida dos cidadãos curvelanos e dos trabalhadores.

³ O grupo Othon é composto de hotéis, imobiliárias, indústrias têxteis, indústrias açucareiras e importadora. A Fábrica na sua administração produzia tecido cru, vendido na sua maioria para estamparias de São Paulo. Fundada por Othon Lynch Bezerra de Mello em 1905, tem sede no Recife.

1990, com a queda das barreiras alfandegárias⁴, a Fábrica Maria Amália não acompanhou a evolução do setor têxtil e começou a ser expulsa do mercado. Enfrentando graves problemas financeiros que quase a levaram à falência. Diante das dificuldades, em 1992, ela acabou sendo vendida para o Labortêxtil S/A⁵.

Resgatar a história da Fábrica Maria Amália se faz importante para que se possa perceber em sua trajetória como esta influenciou e alterou o cotidiano dos trabalhadores e da cidade de Curvelo ao longo do tempo. Levantar a história do município de Curvelo também se faz importante para tal, assim como analisar o impacto da empresa sobre o perfil da cidade e as conseqüentes melhorias para os cidadãos curvelanos.

A hipótese para tal se concentra na vertente de que a Fábrica Maria Amália alterou as relações de trabalho na cidade, o ambiente físico e o cotidiano sócio-cultural dos curvelanos. Curvelo, na década de 1930 e início da década de 1940, era a representação do atraso, a cidade não apresentava condições satisfatórias de higiene e saúde à sua população, as redes de abastecimento de água e coleta do esgoto não atendiam à grande maioria da população. O trabalho era disperso nas várias fazendas de algodão da região e no centro urbano o trabalho resumia-se ao comércio e às pequenas empresas beneficiadoras de algodão, como descaroçadeiras e produtoras de óleo vegetal do caroço. A remuneração paga a estes trabalhadores não atendia às necessidades básicas da população, que padecia com esta situação. A chegada da Fábrica Maria Amália mudou este cenário, pois a remuneração atendia a legislação trabalhista do governo de Getúlio Vargas, que implantou o salário mínimo (1938), ou seja, os trabalhadores da Maria Amália deveriam receber a justa remuneração mínima por seu trabalho, diferentemente das pequenas empresas e do comércio da cidade que não cumpriam com suas responsabilidades legais, usando da ineficiência do setor público de fiscalização e da própria ignorância e honestidade dos trabalhadores que neste período estavam em processo de êxodo rural. Fica claro que a Fábrica Maria Amália alterou a dinâmica trabalhista da cidade, pois maiores remunerações aos seus trabalhadores implicava em melhores condições de vida para a população do município que observava um maior fluxo de capital no comércio em geral. A cidade modificou-se com a implantação da Fábrica, uma vez que permitiu mudanças não só no campo do trabalho, mas também nos aspectos físico e

⁴ O governo do presidente Fernando Collor (1990-1992) derrubou as barreiras alfandegárias que protegiam a indústria nacional, visando aumentar a concorrência e a modernização da mesma. Produtos vindos principalmente da Ásia concorriam em igualdade com os nacionais. Dentre esses se destacam: brinquedos, utensílios domésticos, carros e tecidos.

⁵ A Labortêxtil comprou a fábrica em 1992, com o objetivo de atingir o sudeste e o sul do país. Produz atualmente material médico/hospitalar (gaze, panos para pré-operatório e pós-operatório), sendo a maioria exportada. Tem sede em Feira de Santana, Bahia.

sócio-cultural. Nos aspectos físicos, notamos uma melhoria nas condições sanitárias da população, pois nem nos bairros mais abastados da cidade existia sistema de coleta de esgoto e de água tratada, já o bairro Maria Amália, “um bairro operário”, construído para atender os trabalhadores da empresa este sistema estava disponível. Faz-se notar que a cidade aderiu à Fábrica, pois o seu crescimento se deu em direção aos muros da empresa a partir de sua fundação. Nos dias atuais, a planta da empresa se fez circundar pelo município⁶, seja pelo crescimento natural da cidade ou pela influência que a mesma exerceu sobre o capital especulativo do setor imobiliário, buscando auferir maiores lucros com imóveis próximos aos muros da empresa. Há que se destacar também a presença da Fábrica Maria Amália no aspecto sócio-cultural, pois esta exerceu um forte papel cultural e social para a população de Curvelo, uma vez que na planta da empresa encontravam-se escola primária, cinema, clube (onde peças teatrais e bailes eram ofertados a toda a comunidade curvelana mediante convite) uma loja de tecidos rústicos a preços módicos, posto de combustível, varejão de frutas e verduras e um jardim para recreação dos trabalhadores e da população local, ou seja, benefícios raros ou nem encontrados para a realidade da cidade. Portanto, com estes benefícios à comunidade curvelana fica evidente o importantíssimo papel sócio-cultural desempenhado pela Fábrica Maria Amália, e sua contribuição para o desenvolvimento do município, seja através do capital investido na cidade, das mudanças estruturais provocadas no ambiente ou pela contribuição e integração que este projeto teve e tem com a cidade de Curvelo.

Para o desenvolvimento da pesquisa, a metodologia qualitativa, com o uso de documentação oficial e entrevistas orais se fez presente para que pudéssemos reconstruir a história da fábrica e do município de Curvelo. O objetivo era buscar as influências que a cidade teve após a instalação da Fábrica Maria Amália, as mudanças que esta ocasionou e para determinarmos a importância para a população e para o município. No que tange as entrevistas orais foram feitas 20 entrevistas, onde buscou-se o perfil de dois tipos de trabalhadores, um que havia trabalhado no período sob a supervisão do grupo Othon e que saiu antes da empresa ser vendida ao grupo Labortêxtil e outro perfil de trabalhador que tivesse trabalhado sob a supervisão das duas administrações. Esta divisão se fez necessária, pois tornaria a avaliação da importância da empresa para os trabalhadores e para o município mais clara, uma vez que o controle e a disciplinarização do trabalhador não cessa, ou seja, o modelo defendido pela empresa influencia as respostas e a análise da informação. Sobre a

⁶ Ver anexo E: mapa do município de Curvelo.

documentação histórica, buscou-se resgatar jornais e documentos sobre a década de 1940 que recontassem a história da implantação da empresa e da situação da cidade. Portanto, atas de reuniões, jornais, folder, listas de funcionários demitidos e admitidos, organogramas administrativos entre outros foram utilizados para recontar a história da Fábrica Maria Amália. Além deste material, a parte iconográfica teve papel relevante por demonstrar as condições da época, sendo os mesmos, juntamente com o material arquivado recentemente, utilizados para demonstrarem as mudanças sofridas pela cidade de Curvelo com a implantação da empresa. Outra fonte importante de pesquisa baseia-se no arquivo histórico do Museu Vivo de História Local da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (FACIC), onde se encontram jornais, projetos de pesquisa da comunidade acadêmica curvelana, iconografia e objetos típicos ou tradicionais da região, sendo este de organização privilegiada e de fácil acesso, diferentemente do arquivo da prefeitura municipal de Curvelo, que ainda não está organizado e encontra-se destinado a uso exclusivo dos órgãos públicos. A parte documental da Fábrica Maria Amália encontrava-se em processo de arquivamento através da historiadora Regina Célia Carvalho, juntamente com os alunos do Telecurso 2000, através do processo de Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde o projeto de arquivamento e criação do Memorial Maria Amália receberia este material. Há que se destacar que este projeto foi paralisado com a formatura desta turma e com a saída da historiadora do quadro de funcionários da empresa. Outra fonte de dados importante para a pesquisa foram os anuários estatísticos, organizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dando suporte quantitativo à pesquisa.

Para o melhor entendimento do tema a ser apresentado, a dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo é destinado a Industrialização no Brasil e ao seu setor têxtil, onde se busca entender como se deu a formação da indústria brasileira, desde meados do século XIX até a década de 1990. As décadas de 1930 e 1940 foram estudadas separadamente por apresentarem profundas mudanças, tanto na conjuntura política com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, como na questão trabalhista, marcada por mudanças profundas no sindicalismo e nos direitos trabalhistas, além da grave crise financeira de 1929 e da repercussão da Segunda Guerra Mundial. O problema de disciplina fabril foi retratado, uma vez que o setor têxtil historicamente é marcado por problemas quanto ao controle do trabalhador no setor produtivo. Este controle se faz necessário para garantir a produtividade elevada, exigindo do trabalhador mais atenção e disciplina, o que se consegue com métodos e artifícios acoplados ao emprego, como moradia gratuita, escola aos filhos e alimentação a preços módicos. O estudo da evolução da indústria brasileira a partir da segunda metade do

século XX se fez necessário para podermos entender o processo no qual a Fábrica Maria Amália entrou, de atraso tecnológico, levando-a ao quase processo de falência no ano de 1992, com a abertura promovida pelo governo Collor aos produtos importados.

O segundo capítulo destina-se a estudar a indústria têxtil brasileira, especificamente o caso da Fábrica Maria Amália e sua inserção no município de Curvelo. Para tal, fez-se o estudo do histórico do município para atermos à situação de Curvelo quando da chegada da Fábrica. Busca-se também entender como se deu e se dá a relação da Fábrica Maria Amália com a cidade de Curvelo. Para isto, serão tratadas as questões relativas à implantação da Fábrica e o processo de reconfiguração físico e sócio-cultural do espaço urbano na década de 1940 através do aparato montado para atender às necessidades do trabalhador têxtil, mas que acabaram beneficiando os curvelanos de um modo geral, assim como o crescimento da população urbana e as transformações promovidas ao longo da relação fábrica/cidade.

No terceiro capítulo destacamos outro ponto relevante, que encontra-se nos motivos que levaram o senhor Othon a implantar uma indústria têxtil em Curvelo e como se deu esta implantação. Relevante neste período e fundamental para compreendermos a dinâmica de uma indústria têxtil apresenta-se no estudo das relações de trabalho, ou seja, como foi tratada a questão da disciplina fabril implementada na Maria Amália sob a administração Othon e Labortêxtil. Outro ponto relevante para o estudo é a elucidação da crise dos anos 1990, para entendermos o porquê do fim da administração Othon na Fábrica Maria Amália e da sua venda para o grupo Labortêxtil em 1992, que implementou novos métodos de gestão empresarial e assegurou a sobrevivência da empresa e de cerca de 1055 empregos diretos.

Finalmente as conclusões, onde apresentamos os motivos pelos quais a Fábrica Maria Amália tornou-se um importante condutor do desenvolvimento da cidade de Curvelo, assim como um agente de transformações culturais e sociais, mudando a dinâmica e o cotidiano de uma pequena cidade do interior de Minas Gerais. Há que se destacar que a empresa volta a ser o centro das atenções, uma vez que passa por problemas financeiros, ameaçando o emprego direto de 1055 (um mil e cinquenta e cinco) trabalhadores. Na atual conjuntura de desemprego que o Brasil atravessa, a perda destas vagas no mercado de trabalho representaria para a cidade uma série de problemas, com conseqüências políticas e sociais para boa parte da sociedade curvelana.

Ao final do trabalho, estão inclusos anexos que buscam, através de material iconográfico, apresentar a realidade da Fábrica Maria Amália e da sociedade curvelana. O anexo A apresenta o mapa do município de Curvelo antes de se iniciar o processo de separação e perda de seus principais Distritos. Já no anexo B pode-se notar como ficaram os

limites após o processo de separação dos distritos. O anexo C apresenta o industrial Othon Lynch Bezerra de Mello, presidente e idealizador da Fábrica Maria Amália. O anexo D nos trás o material iconográfico sobre o aparato montado para se atender o trabalhador sob a administração Othon, além da fachada atual da empresa, fotos aéreas da década de 1940 e dos trabalhadores e suas condições de trabalho. O anexo E demonstra como a fábrica foi englobada pela cidade.

2. INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E SEU SETOR TÊXTIL

2.1. Dos primórdios à década de 1930

A industrialização do Brasil teve seu início, ainda que embrionário, a partir de 1870, começando a aumentar, em número e importância, num processo que se intensificou entre os anos de 1885-1895⁷. Com a Proclamação da República em 1889, a indústria brasileira recebe um novo incentivo, mesmo que derivante das medidas benéficas à cultura do café. A política da república de subsidiar a lavoura cafeeira, em vez da indústria, sem dúvida retardou a industrialização brasileira, mas medidas protecionistas, como no caso da indústria de sacaria de juta⁸, beneficiaram a indústria têxtil nacional.

O fato de parte do país se voltar para a produção e exportação de café para os mercados norte-americano e europeu e a política de subsidiar os produtores de café, praticada pelo governo de Rodrigues Alves (1902-1906), demonstrada principalmente pelo Convênio de Taubaté (1906), comprovam que a indústria estava em segundo plano. A preferência das elites brasileiras em manter o país em um sistema agrário exportador e as políticas implementadas pela esfera governamental brasileira em favor de se manter este sistema, colocavam o Brasil em uma estrutura econômica baseada em um único viés, determinava a dependência e deixava o país em uma situação perigosa, pois a sua economia não era diversificada. Estes fatores impediam o desenvolvimento da indústria nacional e sem o apoio governamental e das elites cafeeiras (para financiarem este processo) tornava-se difícil investir na aquisição de novas máquinas e conseqüentemente na implantação de projetos industriais em solo brasileiro.

Por outro lado, os lucros auferidos com a produção cafeeira e as primeiras crises de preço, como por exemplo, a de 1886-1897, fizeram com que o cafeicultores reinvestissem seus lucros, diversificando o seu capital, dando origem a um lento e tímido processo de formação da indústria nacional, caracterizada quase que exclusivamente por indústrias de bens de consumo não duráveis. Segundo Hardman e Leonardi:

⁷ Sobre a história da indústria brasileira, ver Hardman e Leonardi (1982).

⁸ Sobre a indústria de sacaria de juta e a política de subsídio governamental a este setor, ver: Matos, 1996. O café no início do século XX, já despontava como o maior participante na cota de produtos exportados pelo país, o que obrigava os comissionários de café a cada vez mais importar sacos de juta para ensacar o café para a exportação, uma vez que os sacos de algodão eram impróprios para o transporte e armazenamento, pois guardavam muita umidade e estragavam a carga nos porões dos navios, antes do destino final.

Os resultados do censo industrial de 1919 nos dão uma idéia da estrutura produtiva da indústria de transformação no Brasil: 30,7% do valor bruto da produção naquele ano provinha das indústrias alimentícias; 29,3% da têxtil e 6,3% das fábricas de bebidas e de cigarros. Apenas 1,7% tinha origem na metalurgia e indústrias mecânicas juntas; 2,0% nas indústrias químicas. Com exceção de certas máquinas utilizadas no beneficiamento do café, produzidas no Brasil desde o século XIX, e de algumas poucas ferramentas e equipamentos, a indústria nacional não produzia bens de capital, só bens de consumo. (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 57).

A expansão da economia através de produtos para exportação, entre 1850 a 1920, como café, borracha, açúcar, algodão, fumo, cacau, mate, couro e charque, gerou progresso econômico geral e, como consequência, crescimento do mercado interno. A demanda por matéria-prima, máquinas e equipamentos aumentou até a crise internacional de 1913, e em seguida, o início da guerra. Dessa forma, o “choque extremo” de 1913, seguido da guerra, foram de grande importância para produzir mudança qualitativa nos investimentos industriais nas décadas de 1920 e 1930, pois a escassez de matérias-primas, máquinas e equipamentos mostrou a fragilidade do programa de investimento do governo. Até 1912 essa demanda era quase que totalmente suprida por importações, mas isso sobrecarregava a balança comercial.

A questão da política econômica foi outro estimulante para o período, como podemos observar:

O Encilhamento é geralmente descrito na historiografia brasileira como o período de intensa especulação seguido de grave crise no mercado de valores. Esses eventos são relacionados com a adoção de uma reforma bancária, que levou a maciço aumento no estoque de moeda e à facilidade de crédito, e com a introdução de normas mais liberais para formação de sociedades anônimas (SUZIGAN, 2000, p. 49).

Ou seja, a política monetária desse momento teve como resultado o investimento industrial, facilitando a formação de capital industrial no período de auge da economia de produtos para exportação.

A Primeira Grande Guerra (1914-1918) foi determinante para a consolidação da indústria brasileira. O fato de todos os setores de transporte e produção industrial privilegiarem a guerra, em vez do fluxo normal de bens e mercadorias, causou danos a todos os outros países não participantes, que perderam com a diminuição do comércio de matérias-prima e bens maquinofaturados. Países exportadores de matérias-primas, como o Brasil, sofreram com a diminuição das exportações e não conseguiam comprar bens manufaturados e maquinofaturados. Como resposta, restou substituir os produtos importados por nacionais, incentivando o crescimento da indústria nacional. Deve-se dizer que a substituição de

importação seria a saída necessária, uma vez que a indústria européia não poderia atender aos pedidos por seu parque industrial estar totalmente comprometido com a guerra ou em alguns casos completamente destruído. Por outro lado, o pequeno parque industrial brasileiro não daria conta de suprir a demanda do próprio mercado interno e que a elevação dos preços pressionava a balança comercial.

Os anos da Primeira Guerra Mundial constituem um período chave no debate sobre o desenvolvimento industrial brasileiro. O impacto sobre a indústria de transformação no Brasil provocou drástica redução nos investimentos, mas o efeito mais importante, segundo Suzigan (2000), “foi tornar tanto o governo quanto os industriais mais concisos da necessidade de promover a diversificação e completar o desenvolvimento do setor industrial”, buscando retirar o Brasil da posição de mero fornecedor de matérias-primas.

Para o setor têxtil, durante a Primeira Guerra Mundial, os investimentos na indústria de algodão foram fortemente reduzidos. O crescimento da produção durante a guerra foi conseguido através de capacidade instalada anteriormente. A dificuldade na importação dos produtos químicos usados no processo produtivo, como anilina, corantes, soda cáustica entre outros, limitaram ainda mais a produção. Secas prolongadas no Norte e Nordeste do Brasil prejudicaram a colheita algodoeira em 1915 e 1916, elevando os preços do algodão em 100%, e a intensa concorrência entre as fábricas nacionais reduziu as margens de lucro. Após o fim da Guerra, os estoques haviam se acumulado e a crise no setor se agravou, levando o governo a conceder empréstimos.

Os investimentos na indústria têxtil de algodão aumentaram outra vez a partir de 1921, até alcançarem um recorde nos anos de 1924-1926, apesar de reduzidos em 1927-1929. Com a crise do café 1930-1931, a maior parte das indústrias têxteis reduziu as operações para três ou quatro dias e muitas fecharam, recuperando-se somente com o Programa de Ajuda ao Café, que aumentou a demanda e a proteção alfandegária, beneficiando a indústria têxtil.

Nessa conjuntura inicial do “processo de substituição de importações” no Brasil, mesmo quando começaram a ser produzidos certas máquinas e equipamentos, a tecnologia, na imensa maioria dos casos, continuou sendo importada, o que revela toda a fragilidade da base técnica nacional e o não investimento do governo federal, que ainda baseava-se na política do Café com Leite, entre Minas Gerais e São Paulo, e na manutenção dos interesses das Oligarquias rurais.

A Crise de 1929, com a quebra da Bolsa de New York, revelou para o governo brasileiro toda a fragilidade do sistema econômico e industrial. Este período teve conseqüências até 1932, com diminuição significativa das exportações do café brasileiro,

onde mais uma vez a diversificação do capital e da industrialização brasileira volta à tona, com a política de substituição de importações, defendida por Getúlio Vargas, que visava produzir no Brasil os produtos importados pelo país, principalmente os derivados de ferro e aço, que pesavam significativamente na balança comercial.

Os efeitos da crise do café e da Grande Depressão da década de 1930 sobre a economia brasileira, para Suzigan (2000), podem ser entendidos como relativos, pelo impacto sobre a economia e a rápida recuperação da mesma. Alguns pontos são fundamentais para se entender este período. Entre eles podemos destacar: a política de defesa do café, a mudança nos preços relativos das importações e a existência da capacidade ociosa na indústria brasileira.

Quanto a proteção à indústria de transformação, Celso Furtado a atribui exclusivamente à mudança nos preços relativos em consequência da depreciação da taxa de câmbio. Este foi, de fato, o mais importante fator de proteção, especialmente em 1931-1935, quando respondeu integralmente pelo enorme aumento no custo real das importações. (SUZIGAN, 2000, p. 65).

As consequências da crise foram sem dúvida prejudiciais para a economia brasileira, mas serviram para fortalecer e desenvolver a indústria nacional, que diversificou a sua planta e ganhou em organização política, uma vez que na década de 1930, vários incentivos fiscais e alfandegários foram criados com o intuito de proteger a frágil indústria nacional.

A ajuda governamental direta à indústria de transformação tornou-se relativamente importante a partir da Primeira Guerra. O governo passou a estimular deliberadamente o desenvolvimento de indústrias específicas, embora não o desenvolvimento industrial em geral. (SUZIGAN, 2000, p. 369).

Um exemplo a ser dado encontra-se na indústria de juta, que segundo Matos (1996), foi um dos setores industriais que mais se aproveitaram da proteção alfandegária do governo. Como afirma Suzigan (2000), o governo passou a subsidiar deliberadamente alguns setores da economia, uma alternativa frente às organizadas indústrias norte americana e européia. Ainda segundo Suzigan:

... as fontes de proteção mais importantes foram a desvalorização da taxa de câmbio no período como um todo (isto é, 1913-1939) e as restrições não tarifárias às importações, especialmente durante os anos da guerra e de 1931 em diante. (SUZIGAN, 2000, p. 263-4).

Ou seja, através de incentivos governamentais localizados ou ainda acontecimentos esporádicos, como a Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929, a indústria nacional começou a se desenvolver.

Ao analisarmos os investimento destinados à indústria de transformação no Brasil, verificamos irregularidades, seguindo as tendências do mercado mundial. Para tal podemos destacar alguns períodos de aumento relativo ou declínio significativo. Baseado nos estudos de Suzigan (2000), observamos nove períodos distintos de investimentos do industrial brasileiro, iniciando-se em meados do século XIX e sendo a análise finalizada em 1939, às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

Com a expansão das exportações de algodão e do café entre (1869-1873), aumenta-se os investimentos (1º período). O capital acumulado passa a ser reinvestido em outros setores da economia. Este período destaca-se por promover mudanças políticas na economia, devido à Guerra do Paraguai (1864-1870), à inflação alta e às proteções aduaneiras, que garantiram um “boom” de investimentos. Destaca-se na instalação de pequenas fábricas de tecido de algodão em São Paulo, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais.

A política deflacionária após o fim da Guerra do Paraguai reduziu o estoque de moeda e causou declínio no nível geral de preços (1874-1879). As taxas aduaneiras caíram e o aumento da competitividade dos importados teve efeitos adversos somente na pequena indústria; já no setor têxtil houve investimentos (2º período).

A expansão das exportações, a política monetária expansionista e o aumento do investimento entre (1880-1895), promoveram o desenvolvimento (3º período). As áreas produtoras de café conduziram ao progresso econômico. As exportações garantiram o crescimento da renda. As barreiras alfandegárias caíram, mas a depreciação da taxa de câmbio compensou essa redução. Os investimentos na indústria têxtil de algodão aumentaram substancialmente neste período. Mais de setenta novas fábricas foram instaladas. A indústria começa a diversificar sua produção, surgem indústrias nos ramos de cerveja, fósforos, metalmecânica, papel e moageira.

A crise cafeeira, e a conseqüente queda do investimento entre (1896-1901), levaram o governo a intervir através de uma política deflacionária, buscando reparar a crise no setor exportador do café (4º período). Esta crise promoveu uma das mais severas crises econômicas do país. Somente a indústria têxtil e de moagem tiveram incremento em suas produções durante este período.

Com a expansão das exportações foram implementadas políticas monetárias e fiscais expansionista em 1906 que tiveram o seu cume em 1912-1913 (5º período). Políticas de

melhoria nas infraestrutura urbana, portuária e ferroviária juntamente com o Programa de Valorização do Café promoveram um crescimento geral. Um aumento na produção aduaneira e valorização da taxa de câmbio estimularam o investimento na indústria.

O choque adverso da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) reduziu os investimentos em importação de máquinas, pois não se conseguia comprar novos equipamentos (6º período). Além da dificuldade em se comprar equipamento o custo da importação de matéria-prima aumentou, assim como dos insumos, sendo este aumento a explicação para a redução. Já nos setores onde as importações foram seriamente prejudicadas, ocorre um processo de investimento, com base na substituição dos produtos importados ou dos insumos.

O auge da economia agrário-exportadora se deu entre (1919-1929), ou seja, no imediato pós-guerra, recuperando rapidamente o investimento na indústria (7º período). Entre 1920-1921, o preço do café caiu 45%, o que fez com que se implantasse uma nova política de valorização do produto, garantindo altas taxas de crescimento da renda real (7,3% ao ano). A importação de maquinário aumentou, surgindo novas indústrias (a de produtos de borracha, química, farmacêutica e perfumaria), dando destaque à primeira indústria de cimento do país (1924-1926). Outro setor da indústria a se desenvolver neste período foi a de óleo de caroço do algodão, que recebeu grandes investimentos com a construção de sete novas fábricas.

Já o impacto da crise do café e da Grande Depressão (1930-1932) promoveram uma crise de superprodução do café, declinando a economia brasileira, que em 1930 teve saldo negativo de -1,9%, e em 1931 chegou a -3,5%, iniciando a recuperação somente em 1932 (8º período). O investimento na indústria caiu abruptamente.

A defesa do café e o crescimento do investimento (1933-1939) se deu com a continuidade da Política de Valorização do Café, a manutenção da taxa de câmbio desvalorizada e o crescimento dos investimentos (9º período). Estas medidas garantiram o aumento da produção, primeiramente através da capacidade instalada da indústria nacional até 1933. A partir deste momento, as indústrias que substituíram importações tiveram que investir na compra de maquinário, o que somou no aumento da produção.

A partir de 1933-1937, quando expirou a restrição de importação de máquinas para alguns setores, principalmente o têxtil (onde os industriais diziam ter um excesso de concorrência no país) a importação de máquinas aumenta consideravelmente. Porém, em 1939, há um novo declínio dos investimentos, ocasionado pela eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Complementando a análise, SUZIGAN conclui que o desenvolvimento da indústria de transformação do Brasil estava intimamente ligado a uma economia agrícola voltada para a exportação, no fim do século XIX e início do século XX.

As indústrias desenvolvidas nesse período foram, na maioria, complementares ou subsidiárias da economia de exportação e dependentes do desempenho dessa economia quanto ao crescimento do mercado interno e quanto às importações de matérias-primas, combustíveis e maquinaria. (SUZIGAN, 2000, p. 124).

A economia de exportação desenvolvia uma indústria incipiente de ferramentas, tecidos grosseiros para vestir escravos e trabalhadores nativos livres e para ensacar açúcar, cacau e algodão, sacos de juta para o café, fumo, caroço de algodão (produtos que não podem ser enfiados em sacos de algodão), entre outras construídas para dar suporte ao setor agrário exportador.

Faz-se importante levantar que, durante o período observado, a indústria têxtil se desenvolveu significativamente por não precisar importar sua matéria-prima. A proteção governamental através das tarifas aduaneiras e as variações nas taxas de câmbio, somadas aos preços pagos sobre a matéria-prima importada e o custo do transporte, efetivamente promoveram proteção.

... as indústrias que se desenvolveram no período foram sobre tudo as que processavam matérias-primas locais (por exemplo, produtos de algodão); aquelas para as quais a diferença nos direitos aduaneiros sobre o produto final e sobre os insumos importados resultava em proteção efetiva... (SUZIGAN, 2000, p.127-128).

Ou seja, quando analisamos os nove pontos levantados, em alguns períodos podemos observar os investimentos na indústria têxtil ocorrendo mesmo quando a economia agrária exportadora não apresentava números satisfatórios, o que revela condições favoráveis aos têxteis, que não ficavam completamente dependentes das taxas cambiais e das barreiras alfandegárias para gerirem os seus negócios.

Stein (1979) vai mais além do que Suzigan e levanta a questão de que a estabilidade da taxa de câmbio como parte do programa de ajuda ao café foi crucial para o desenvolvimento da indústria nacional de produtos de algodão. O efeito combinado da proteção tarifária e estabilização cambial garantiu altos lucros para as fábricas.

Segundo Suzigan (2000), a localização também tinha um papel significativo no nascedouro ou para a manutenção de qualquer empreendimento têxtil da época. Como o autor demonstra a indústria do Rio de Janeiro sofreu em relação à importação do algodão do nordeste, que deveria pagar imposto provincial. Outro fator era a questão da força motriz, o potencial hidráulico do Estado do Rio de Janeiro não atendia às necessidades das indústrias, o que obrigava os industriais a importarem o carvão mineral, que pagava taxas aduaneiras, aumentando ainda mais os custos da produção.

Para o autor, em Minas Gerais a situação alterava-se. A implantação das fábricas se dá pela oferta da matéria-prima, pela distância e pela proteção alfandegária:

A instalação e o desenvolvimento dessas fábricas podem ser explicados pela disponibilidade da matéria-prima principal (o algodão era normalmente cultivado nas áreas ao redor das fábricas) e pela proteção, que era dada não apenas pelas tarifas alfandegárias, mas também pelas longas distâncias da costa e pela falta de transportes. (SUZIGAN, 2000, p. 139).

A indústria têxtil foi o gênero mais importante da indústria de transformação no Brasil até o ano de 1939. Os seguintes dados ajudam a elucidar a questão da importância da indústria têxtil⁹ para a economia brasileira a partir de 1907.

TABELA 01
Participação das têxteis na indústria de transformação do Brasil em 1907

Descrição	Porcentagem
Quantidade da mão-de-obra empregada	34,2%
Força motriz instalada	40,2%
Capital investido	40,4%

Fonte: Suzigan (2000, p.129)

Já em 1907, conforme a tabela 01, podemos ver que a indústria têxtil era a responsável por 40% da força motriz instalada e do capital investido no país, empregando 34% dos trabalhadores admitidos neste período, o que demonstra a importância desse setor para a economia brasileira. Nos anos de 1919 e 1939, a participação da indústria têxtil no total do valor adicionado na indústria de transformação foi, respectivamente, de 25,2% e 20,6%; a sua participação diminuiu, mas não a importância deste setor, que em 1939 contribuía com 20%

⁹ Incluem-se na indústria têxtil os produtos de algodão, juta, lã, seda e linho.

do que era produzido pela indústria nacional, um número expressivo para a economia brasileira, uma vez que a planta industrial brasileira iniciava a sua diversificação.

Para a década de 1930, Suzigan nos ajuda a elucidá-la:

Durante o resto da década de 1930, a produção de produtos têxteis de algodão cresceu a taxas elevadas, particularmente antes de 1937. Esse crescimento foi baseado em uma utilização mais intensiva da capacidade produtiva existente, com a maioria das fábricas trabalhando horas extras. O produtor nacional era protegido contra a concorrência externa pelos elevados direitos de importação, e também pela desvalorização da taxa de câmbio e pelas restrições impostas ao mercado de câmbio. O fim da década a indústria de produtos têxteis de algodão estava satisfazendo inteiramente à demanda interna e também começava a exportar para outros países da América do Sul. (SUZIGAN, 2000, p. 164-165).

Nesse panorama, podemos observar que a indústria têxtil brasileira entrava de fato na concorrência mundial. A Segunda Guerra Mundial seria a oportunidade da indústria brasileira se consolidar, frente às adversidade e à concorrência externa, e se expandir nacionalmente e internacionalmente.

Fazendo uma análise geral da industrialização do Brasil até a década de 1930, notamos que o desenvolvimento industrial do Brasil no século XIX pode ser explicado como um resultado do crescimento da produção industrial induzido pela expansão do setor exportador. Essa relação entre a expansão do setor exportador e o crescimento industrial continuou no início do século XX, mas foi sendo gradualmente reduzida. A partir de 1900, o incipiente setor industrial doméstico já estava ele próprio estimulando investimentos em outras atividades (SUZIGAN, 2000). A Primeira Guerra Mundial acelerou esse processo de diversificação ao tornar evidente a necessidade de diversificar a estrutura da produção industrial. A partir da década de 1920, através de incentivos e subsídios governamentais, a diversificação se intensificou. A Grande Depressão da década de 1930 rompeu a dependência do setor exportador, e a indústria brasileira iniciou o processo de industrialização substitutiva de importações.

Já a origem do desenvolvimento econômico do estado de Minas de Gerais, não se apresenta como o mostrado no Brasil. O Estado apresenta particularidades que norteiam a formação de sua indústria.

Minas Gerais ao longo de sua história, desde o esgotamento das reservas auríferas (fim do século XVIII), ficou em segundo plano no cenário econômico do país. O café, que se tornou a base das exportações brasileiras a partir de meados do século XIX, fez com que Minas rompesse o isolamento imposto à província como forma de controle do contrabando do

ouro. A interiorização das fazendas de café possibilitou o povoamento e a interligação da província com as demais. A introdução da cafeicultura em Minas Gerais ocorreu no início do século XIX. Localizou-se, inicialmente, na Zona da Mata, onde se difundiu rapidamente, transformando-se na principal atividade da província e agente indutor do povoamento e do desenvolvimento da infra-estrutura de transportes. Mas economicamente São Paulo assumiu o primeiro lugar na pauta de exportações.

A maior produção cafeeira concentrava-se no estado de São Paulo, principalmente no vale do Paraíba, assim como as decisões políticas e econômicas a serem tomadas no país, com a implantação da República em 1889. Mesmo a capital sendo localizada na cidade do Rio de Janeiro, as decisões políticas ficavam concentradas a cargo dos barões do café.

Paulatinamente, Minas Gerais perde sua significância econômica e até política no cenário nacional, enquanto São Paulo prosperava baseada na produção cafeeira, ou seja, Minas Gerais estagnou-se. A economia que deveria ser o motor da expansão do Estado não gerava força suficiente para se sustentar. Este deveria ser um alerta a dependência econômica da produção agrícola, mas os caminhos a serem seguidos seriam os da agricultura no governo de Benedito Valadares, com o projeto de fomento e ajuda regional, onde as regiões do estado seriam dinamizadas através da agricultura e dos produtos que cada região melhor podia promover para o uso industrial.

2.2. As transformações das décadas de 1930 e 1940

Com a Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao governo federal, a industrialização do Brasil ganhou novo incentivo¹⁰, principalmente a partir de 1937 com o golpe de estado e a implantação do Plano Nacional Desenvolvimentista, onde a economia brasileira, principalmente a indústria, teve apoio governamental para o seu desenvolvimento.

Em fevereiro de 1938, Getúlio Vargas traçou as linhas gerais do programa econômico do Estado Novo na chamada “Carta de São Lourenço”. Este discurso estabelecia os pontos básicos da política econômica do regime recém-implantado... (CORSI, 2002, p. 4).

¹⁰ Com a chegada de Vargas ao poder em 1930, os industriais conseguiram ocupar postos-chave no governo. O Banco do Brasil era confiado a Manuel Guilherme da Silveira e o departamento da indústria do Ministério do Trabalho era confiado a Jorge Street, ambos do setor têxtil da indústria; a partir deste momento, a indústria passa a contar com outro tipo de proteção.

Os principais objetivos desse plano quinquenal eram criar indústrias de base, realizar obras de infra-estrutura e promover o reequipamento das forças armadas.

O governo federal visava tornar o país livre da dependência externa, buscando assim criar o seu próprio parque industrial, no intuito de aproveitar os abundantes recursos de matérias-primas do Brasil. A indústria nacional beneficiou-se desse período conseguindo ampliar-se, mas ganhou verdadeira flexibilidade a partir da Segunda Guerra Mundial, com a consolidação da sua indústria de base, através, principalmente, da criação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (CSN). Inaugurada em 9 de abril de 1941¹¹, ela possibilitou o surgimento e a consolidação de outros setores anteriormente dependentes da importação de ferro e aço do exterior.

A implantação da grande siderurgia passou a ocupar um lugar central nas ações do governo Vargas. Mas como financiar um projeto de tal envergadura, já que o setor privado não demonstrava interesse? Corsi nos ajudam a entender:

O governo Vargas tinha claro que, sem a ajuda externa, seria impossível levar a cabo seu projeto de desenvolvimento. Por isso, procurou articular a participação do capital estrangeiro nesse projeto. Tal articulação, naquela conjuntura, vinculava-se a processos mais amplos de alinhamento político-econômico com os blocos dominantes em luta. Dada a situação de crise mundial, a vinda de capital estrangeiro passava por acordos de governo a governo. O Estado Novo procurou manobrar entre a Alemanha e o EUA, tentando tirar proveito das oportunidades que se abriam no período. Tentou articular, ao mesmo tempo, a participação de capitais alemães e norte-americanos no processo de industrialização do país, sem se comprometer firmemente com qualquer dos dois, mas também sem conseguir efetivamente atraí-los. (CORSI, 2002, p. 8 e 9).

Com a guerra em cena, o Brasil acabou perdendo o mercado europeu, fazendo com que se alinhasse com os EUA, mercado em franca ascensão e equidistante do conflito instalado no continente europeu. A missão Aranha (1939), que somente viabilizou o pagamento das dívidas brasileiras, agora voltava à tona com o programa industrializante do Brasil.

A queda de Paris nas mãos dos alemães mudou o cenário. A perspectiva da Europa tornar-se um reduto alemão fez com que os americanos vissem o Brasil com outra perspectiva.

¹¹ Foi criada em 9 de abril de 1941, mas entrou em operação somente no governo do presidente Eurico Gaspar Dutra em 1946.

Objetivando manter o Brasil em sua esfera de influência, os norte-americanos não só abriram linhas de crédito a longo prazo e facilitaram o acesso à tecnologia como também aceitaram que a empresa a ser criada fosse estatal. (CORSI, 2002, p. 11).

A consolidação do setor siderúrgico assim como a desvinculação da economia agrário-exportadora de café concretizou-se somente na década de 1940, com o advento da guerra, que no caso da indústria têxtil, se viu com o mercado interno e da América Latina para abastecer, possibilitando assim, o seu crescimento e consolidação¹².

Já Minas Gerais na década de 1930 não apresentava números animadores. Segundo Diniz (2002), o censo de 1940 apontou 830 mil mineiros vivendo fora do Estado, o que correspondia a cerca de 12% da população estadual. A população concentrava-se predominantemente na zona rural ou em cidades ligadas ao campo, 25% (1,7 milhões de habitantes) da população mineira encontrava-se nesta situação. Já no cenário econômico a situação não se diferenciava:

A situação da economia mineira no final da década de 1930 era de crise generalizada. Houve redução drástica da produção e das exportações de café, a atividade econômica mais importante, queda de arrecadação, e crescimento da dívida pública, que chegou a corresponder à arrecadação de sete anos. (DINIZ, 2002, p. 81).

Para a década de 1940, o quadro não se alterou.

Sintetizando: em 1946 a situação da economia mineira continuava crítica, especialmente pela indefinição dos rumos. Os resultados da expansão econômica da década de 1930 e dos primeiros anos da década de 1940 mostraram-se insignificantes diante da situação geral do Estado, pela sua extensão e pelos problemas que se acumulavam. A emigração continuava de forma significativa, refletindo as dificuldades da economia mineira. (SUZIGAN; SZMRECSÁNYI, 2002, p. 87).

Para entender o quadro da economia mineira se faz necessário voltarmos à Crise de 1929. Com o crack da Bolsa de New York, as economias mundial e brasileira sofreram um grave golpe. O Brasil havia se tornado um agroexportador de café, com a produção sendo destinada principalmente para o mercado norte americano e em segundo plano para o mercado europeu, ou seja, o país tornou-se dependente desta relação comercial. A política de

¹² Sobre a indústria nacional na década de 1930 e as consequências da guerra para a economia brasileira ver Stein (1979).

valorização do café adotada pelo governo brasileiro e as dívidas causadas pela Crise de 1929 levaram Vargas a recuperar o estado de Minas Gerais economicamente, uma vez que este era o segundo maior exportador de café, ficando atrás somente de São Paulo. Para tal, Vargas nomeou como interventor de Minas Gerais, Benedito Valadares (1933-1945). Benedito enfrentava sérios problemas fiscais, tentando contorná-los com o corte de despesas e o aumento de receita, desenvolvendo o sistema de fiscalização, com a criação da Secretaria das Finanças em 1935. Houve também a modificação da antiga Secretaria da Agricultura, da qual se retirou o setor de Viação e Obras Públicas para formar a Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, que tinha o caráter de pasta econômica, mas procurava atender aspectos da realidade regional do estado.

Durante a sua permanência na condução do Estado, Benedito Valadares promoveu duas fases bem distintas. A primeira pode ser entendida como de fomento e ajuda regional, onde as regiões do estado seriam dinamizadas através da agricultura e dos produtos que cada região melhor podia promover para o uso industrial, na tentativa de alavancar a economia do estado que estava em declínio se comparada aos números da economia paulista. A segunda parte se concentra na promoção da indústria, uma vez que a CSN, que teoricamente por Minas Gerais apresentar as maiores reservas minerais deveria ser instalada no Estado, fora instalada em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro. Neste momento ficou claro para Benedito Valadares que o único caminho a ser seguido seria o da promoção da indústria, facilitando e captando investimentos para promover a industrialização do Estado, retirando-o assim da situação de atraso.

Ato importante a se destacar no governo de Valadares, na primeira fase de sua administração, apresenta-se na criação da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, presidida por Israel Pinheiro, que tinha como objetivo diversificar e desenvolver as lavouras destinadas à indústria mineira na década de 1930, como o algodão, fumo, mamona, trigo e de frutas.

O foco deste, a julgar pelos pronunciamentos das autoridades, eram as lavouras destinadas a uso industrial. No ano de 1935, foram lançadas campanhas específicas para desenvolver a produção do algodão, do fumo, da mamona, do trigo e de frutas, instalando-se, na Secretaria da Agricultura, serviços de suporte (por exemplo, o Serviço de Fomento e Defesa da Produção do Algodão). (DULCI, 1999, p. 65).

A base deste programa estava vinculada ao desenvolvimento de pesquisas técnicas que buscassem produtos de maior qualidade e produtividade e principalmente a substituição da

importação dessas matérias-primas. No caso do algodão, Dulci afirma que “o incremento do cultivo do algodão visava suprir as necessidades da indústria têxtil mineira, tradicional importadora da matéria-prima.” (DULCI, 1999, p. 66), e que o propósito do governo consistia em vincular a referida cultura à expansão da indústria regional.

Em 1933, Minas Gerais importava cerca de 15.000 toneladas de algodão em pluma de outros estados brasileiros, mas com a implantação do programa o cenário altera-se, como podemos observar na tabela abaixo:

TABELA 02
Produção algodoeira de Minas Gerais

Ano	Toneladas de algodão em pluma
1934	9.300
1936	30.000
1937	35.000

Fonte: Dulci (1999, p. 67)

Já em 1937, Minas Gerais exportava o seu algodão excedente para países europeus, ou seja, com a criação da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho em 1935 Minas alterou os seus números. A dependência começava a ser rompida.

O discurso de Valadares somava-se a política de incentivos à indústria e à lavoura algodoeira do governo federal. Os incentivos da esfera federal concentraram-se durante o período de 1911-1913, onde a produção algodoeira cresceu mais de 50%. Segundo Suzigan (2000), “a proteção aos produtos nacionais ainda era dada sobretudo pelas tarifas alfandegárias”, mas os altos custos da produção, transporte e impostos contrabalançavam a proteção tarifária, o que provocava vulnerabilidade à indústria de produtos do algodão, tornando-a muito sensível às mudanças nas taxas de câmbio e dependente da proteção governamental.

A indústria de óleo de caroço de algodão foi uma das beneficiadas por medidas governamentais e conseqüentemente promoveu a expansão da lavoura algodoeira. Como afirma Suzigan, “Durante a década de 1920, os incentivos e subsídios governamentais para a indústria de óleos vegetais foram substancialmente aumentados, e o setor de óleo de caroço de algodão foi o que mais se aproveitou da legislação”. (SUZIGAN, 2000, p. 263). Como

exemplo temos o decreto nº. 16.396, de 27 de fevereiro de 1924, onde o governo federal usou os poderes conferidos pela lei para conceder amplos incentivos ao cultivo do algodão e as atividades de descaroçamento e *fabricação de subprodutos do algodão*. Outra medida importante aparece no desenvolvimento de pesquisas de melhoramento do algodão, na década de 1920, com o intuito de melhorar a qualidade, produzindo “um algodão de fibra mais longa, que pudesse obter melhores preços e maior demanda no mercado internacional”. (SUZIGAN, 2000, p. 340).

Em razão desses incentivos e de melhoria de qualidade, o cultivo do algodão teve desenvolvimento extraordinário na década de 1930 no Brasil. Em Minas Gerais, o desenvolvimento não foi o mesmo do país, deve-se observar que a área plantada diminuiu, mas o rendimento conseguido por hectare teve aumentos, como se pode ver na tabela 03 e no gráfico 01.

TABELA 03

Algodão no Brasil e Minas Gerais (1937-1944)

Ano	Minas Gerais		Brasil	
	Área cultivada	Rendimento (kg/ha)	Área cultivada	Rendimento (kg/ha)
1937	21.519	530	2.235.872	600
1938	27.391	540	2.350.159	620
1939	45.666	520	-	-
1940	57.692	520	2.412.484	648
1941	39.215	510	2.492.594	673
1942	40.059	560	1.931.399	651
1943	21.850	560	2.405.674	688
1944	-	-	2.492.617	703

Fonte: IBGE, Anuários Estatísticos de 1939-40 e 1941-46

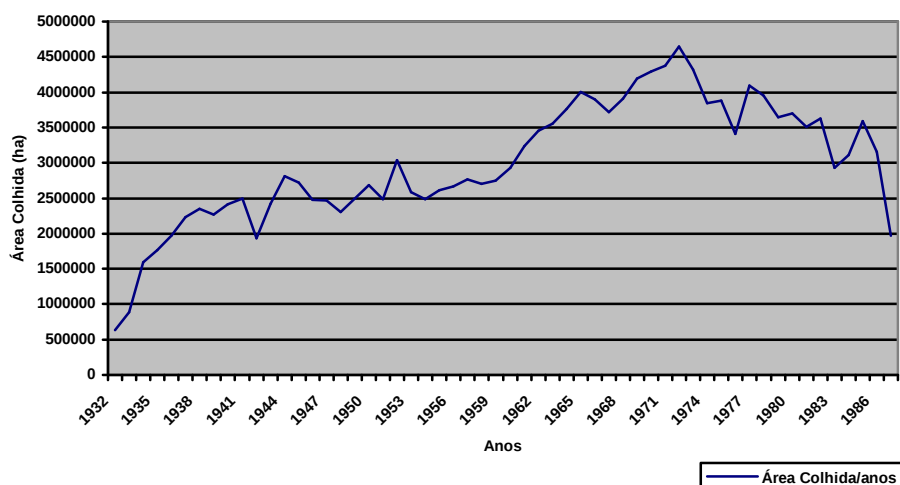


Gráfico 01 - Algodão no Brasil (1931-1987)

Fonte: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990

NOTAS:

I — O produto começou a ser pesquisado em 1931.

II — Os dados relativos ao período de 1931 a 1965 se referem a áreas cultivadas.

Curvelo¹³ foi uma dessas regiões favorecidas com o apoio do governo federal e do governo estadual ao incentivarem a cultura do algodão. Região de clima favorável e distante dos centros produtores de São Paulo e Rio de Janeiro, a cultura se desenvolveu inicialmente para subsistência, mas depois, pela presença de potencial hidráulico como força motriz geradora de energia elétrica e um volume suficiente de matéria-prima, a região tornou-se favorável à implantação de mais uma empresa têxtil, além da Cedro e Cachoeira, no distrito de Inimutaba.

Desta forma, a Fábrica Maria Amália do Grupo Othon Bezerra de Mello, beneficiando-se de incentivos¹⁴ advindos da prefeitura municipal e do governo do estado de Minas Gerais, além da localização e do excedente de produção de algodão da região, instalou-se na cidade de Curvelo, alterando a dinâmica do município e da região, gerando empregos e divisas para o município.

Há que se destacar que a entrada da Companhia Têxtil Othon Bezerra de Mello na cidade de Curvelo através da Fábrica Maria Amália se deu pela somatória de fatores, alguns

¹³ Ver mapa anexo A.

¹⁴ Os incentivos políticos acerca da implantação da Fábrica Maria Amália na cidade de Curvelo serão tratados no quarto capítulo.

atípicos, que viabilizaram a instalação da empresa. Entre eles, destaco o crescimento da produção algodoeira e a Segunda Guerra Mundial.

Para Curvelo, o aumento crescente da produção algodoeira na região, assim como do país naquele período mediante o apoio do governo federal através das leis de incentivo e aumento da produção para a indústria de óleos vegetais¹⁵, possibilitou o surgimento da cidade no cenário estadual como o maior pólo algodoeiro do estado.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi outro fator atípico que viabilizou a instalação da empresa. A necessidade de substituição de importações no decorrer da guerra no cenário nacional, mediante o fato do mercado europeu não poder cumprir seus compromissos de entrega, contribuiu significativamente para a construção da fábrica.

Com a guerra, um novo mercado abre-se para a indústria têxtil, possibilitando um aumento nas exportações:

TABELA 04
Brasil: Exportação de tecidos de algodão

Anos	Exportações (em quilos)
1938	247 239
1939	1 981 734
1940	3 958 371
1941	9 237 932
1942	25 168 682
1943	26 045 818
1944	20 069 808
1945	24 246 510
1946	14 102 848
1947	16 678 215
1948	5 637 644
1949	4 010 567
1950	1 361 359

Fonte: Steim (1979, p. 194). Dados selecionados do anexo D

A ata da primeira reunião da diretoria da Companhia Têxtil Othon Bezerra de Mello, com data de 27 de novembro de 1941, nos trás algumas informações úteis para remontarmos a história da empresa. Segundo a ata aqui estudada, boa parte do maquinário adquirido para a empresa tem procedência norte americana, e confirma que este já se encontrava na localidade,

¹⁵ Ver Suzigan (2000).

Retratando ainda este cenário, Curvelo possuía uma fábrica de Óleo de caroço de Algodão, demonstrando que o município tinha capacidade de produção, uma vez que este tipo de indústria necessita de enormes quantidades de algodão para o seu devido funcionamento.

mas comenta também que os teares de origem inglesa ainda não haviam chegado ao seu destino, pois

... a firma Charles Hahlo & Sons, de Manchester, a que se tinha encomendado os teares, por motivo de força maior não possa entregá-los, e assim a Diretoria está inclinada a adquirir teares de segunda mão, no país, já estando em entendimento para a aquisição de 200 para início da fabricação.”¹⁶

Através desta ficam evidentes os problemas causados pela Segunda Grande Guerra ao mercado mundial, definida pelo redator da ata, como “motivo de força maior”, que atrasara a entrega dos teares. Todavia, isso nos confirma como a guerra foi importante para a instalação da empresa, e a tabela 04 nos confirma isto através do incremento da exportação de tecidos de algodão. Demonstrando também que no mercado nacional faltavam os produtos europeus, gerando e garantindo lucros significativos as empresas nacionais do setor têxtil.

Há que se somar a esta discussão a evolução no número de empresas, os números da produção alcançada e os números de trabalhadores empregados a partir do início da Segunda Grande Guerra. O número de operários e a produção praticamente dobram de 1932 para o fim da guerra em 1946. Outro ponto que deve ser discutido consiste no crescimento dos três itens apresentados na tabela 5; empresas, operários e produção. Eles apresentam até 1932 crescimento constante e gradual, mas se partirmos do cenário de 1932-1946 os números crescem verticalmente, o que demonstra a importância da guerra para a indústria algodoeira do Brasil neste período.

¹⁶ Própria empresa.

TABELA 05
Indústria brasileira do algodão - 1853-1948

Anos	Empresas	Operários	Produção (1 000 m)
1853 ¹	8	424	1 210
1866 ¹	9	795	3 586
1882 ¹	46	3 600	22 000
1885 ¹	48	3 172	20 595
1905	110	39 159	242 087
1909 ¹	161	45 942	-
1910 ¹	137	55 000	-
1915	240	82 257	470 783
1921	242	108 960	552 446
1924	244	110 119	579 779
1925	257	114 561	535 909
1926	329	174 619	539 025
1927	354	128 613	594 313
1928	347	123 521	581 951
1929	359	123 470	477 995
1932	355	115 550	630 738
1946	420	234 864	1 142 151
1948	409	224 252	1 119 738

(1) Estatísticas incompletas.
 Fonte: Stein (1979, p. 191)

Faz se necessário chamar a atenção para os anos após a Segunda Grande Guerra. Os números da tabela 04 mostram que as exportações brasileiras declinaram vertiginosamente chegando em 1950 aos níveis de 1939; ou seja, quando se dá a volta dos países beligerantes ao mercado mundial o papel exportador do Brasil se mostra frágil, não suportando a concorrência estrangeira, o que demonstra mais uma vez que a industrialização do Brasil neste período se deu completamente atrelada a um “choque externo” e não através de um projeto ou plano de ação desenvolvido pelas esferas competentes, tanto industriais como políticas.

Com os fatores expostos, o crescimento da produção algodoeira e a Segunda Guerra Mundial, somado ainda ao fator mercadológico do empreendimento, a Fábrica Maria Amália começou a ser edificada no ano de 1940, sendo inaugurada em Curvelo em 15 de setembro de 1941.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, observa-se a segunda fase da administração Valadares. As potências beligerantes buscavam assegurar recursos estratégicos para a continuação da guerra. O minério de ferro era um destes recursos minerais, assim como o petróleo e alimentos. Minas possuía uma das maiores reservas de minério de ferro conhecidas¹⁷, ou seja, a potência que tivesse o Brasil como aliado estaria assegurando o fornecimento de aço para a produção de aviões, navios, tanques e armamentos em geral. Getúlio Vargas soube se aproveitar muito bem deste momento. Através dos “Acordos de Washington”, o governo dos Estados Unidos garantiu os empréstimos para o projeto e a Grã Bretanha cedeu as reservas de minério de ferro, uma vez que as terras eram de propriedade de grupos ingleses. Criou-se a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que ficaria responsável por extrair e transportar o minério de ferro até o porto de Tubarão, no estado do Espírito Santo. Caberia também a CVRD o término da Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Além da implantação da CVRD, Getúlio conseguiu do governo norte-americano a construção de uma indústria de aço de grande porte, o que proporcionaria as bases do desenvolvimento econômico e industrial do Brasil; foi instituída a CSN.

Minas, por possuir as maiores reservas de minério do país, logicamente deveria receber esta indústria, mas o local escolhido foi a cidade de Volta Redonda. Esta perda fez com que o governo mineiro alterasse os rumos, e a partir deste momento a industrialização seria a estratégia a ser seguida:

Assim em 1940, enquanto na instância federal eram tomadas as decisões finais acerca da implantação da usina de Volta Redonda, o governo Valadares promoveu uma profunda inflexão em sua escala de prioridades econômicas. Da agricultura, as atenções se voltaram para a indústria. Quase ausente da agenda nos anos 1930, exceto por medidas isoladas, a indústria tornou-se objeto de uma abordagem mais sistemática que assumiu os contornos de uma política industrial. (DULCI, 1999, p. 70).

¹⁷ Berço da história de Minas Gerais, o quadrilátero ferrífero é a região responsável por toda a riqueza e prosperidade vividas, durante séculos, por Minas Gerais. No Quadrilátero Ferrífero, encontra-se parte de duas das mais importantes bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais, a do Rio Doce e a do Rio das Velhas. Contém reservas de minério de ferro, sendo responsável por 70% da produção brasileira.

Portanto Minas Gerais se desenvolve industrialmente, com o apoio do governo do estado a partir de 1940¹⁸, o que vem ao encontro da implantação da Fábrica Maria Amália em 1941 em Curvelo. Outra medida importante desse período foi a criação da Cidade Industrial de Contagem, como resultado dessa nova orientação política. A Cidade Industrial Juventino Dias, como foi chamada, foi instituída pelos decretos-lei 770, de 20 de março de 1941, e 778, de 19 de junho de 1941. Todavia, só foi implantada em 1946. A instalação da Itaú, no ramo do cimento, e da Magnesita, no ramo de refratários, funcionou como alavanca para imprimir confiança e credibilidade ao projeto¹⁹.

Para que o projeto pudesse ser constituído o governo do Estado doava os terrenos a empresas interessadas em se instalarem em Minas, somando-se ainda incentivos fiscais para os empresários. Mas até 1947, somente dez empresas haviam se instalado no distrito industrial. Dentro as maiores dificuldades para a consolidação do projeto, segundo Diniz, podemos destacar: “ as maiores dificuldades alegadas pelas indústrias eram as limitações do mercado minero, as dificuldades de transporte e a grande distância dos maiores centros urbanos nacionais”. (DINIZ, 2002, p. 85).

Como podemos observar a situação de Minas Gerais na década de 1940, não se apresentava favorável. Ainda segundo o autor, o problema de Minas Gerais era atribuído à falta de acesso ao mar, à estrutura comercial e financeira localizada fora do Estado, à topografia desfavorável, às deficiências do sistema de transporte e à baixa fertilidade do solo. Outro fator determinante era a questão deficitária da energia em Minas. Segundo Diniz, (2002), a falta de energia elétrica e a desconcentração das atividades econômicas impunham a muitas empresas industriais e de mineração a instalação de seu próprio sistema energético, o que dificultava e encarecia os investimentos.

2.3. A evolução da indústria brasileira na segunda metade do século XX

O governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) apresenta-se como a administração que levaria o Brasil novamente para os padrões democráticos de governo, após o fim do Estado Novo (1937-1945). No seu governo, setores da indústria brasileira lograram vantagens

¹⁸ Em 1939, Minas Gerais respondia no cenário nacional com 13% das fábricas do país. Mas a produção industrial não ultrapassava 7%. Este cenário altera-se somente a partir do governo de Milton Campos, com o Plano de Recuperação Econômica.

¹⁹ Para dar sustentabilidade ao projeto, foi construída a hidroelétrica de Gafanhoto, que alimentaria as indústrias da Cidade Industrial. A usina está situada no rio Pará, a 90 km de Belo Horizonte, e teve sua potência inicial de 10 mil HP.

com a Segunda Guerra Mundial que acabara, e ainda teriam a ganhar até a reconstituição do parque industrial europeu. “A II Guerra Mundial terminara havia a pouco, as principais economias européias e a economia japonesa estavam bastante destruídas...” (SARETTA, 2002, p. 100). Ou seja, a indústria brasileira experimentava o momento de se consolidar de fato, tinha mercado disponível e a concorrência estava debilitada. O Brasil, no governo de Dutra, apresentava as características para completar o seu desenvolvimento industrial. Já alguns setores tiveram um acréscimo ao seu desempenho durante a própria guerra:

A II Guerra Mundial repercutiu favoravelmente no sistema produtivo brasileiro, sobretudo na indústria manufatureira. As dificuldades comerciais inerentes ao quadro da Guerra possibilitaram a certos ramos do setor industrial, sobretudo o têxtil, um desempenho extremamente favorável no comércio internacional. (SARETTA, 2002, p. 103).

Fazendo uma análise da política econômica do governo Dutra, pode-se verificar que apresentou rigoroso controle sobre os setores importantes da economia e da liberação de créditos para investimentos. Atribui-se a expansão industrial durante o seu governo à base construída no período de 1930-1945, tratada por Saretta (2002), como “industrialização espontânea”, que manteve, portanto, as tendências observadas no passado a favor do desenvolvimento industrial.

Já para os segundo governo de Vargas o cenário altera-se.

TABELA 06

Produto real do setor industrial no segundo governo Vargas (1951-1954)

Anos	Porcentagem
1951	6,4%
1952	5,0
1953	8,7
1954	8,7

Fonte: Leopoldi (2002, p. 24)

Nada lembrava recessão no segundo governo Vargas, mesmo o ano de 1952 quando houve uma redução. Já no ano seguinte em 1953 a recuperação do setor industrial se mostra evidente. A taxa de crescimento da produção industrial na década de 1950 foi de 9,2% ao ano. Segundo Leopoldi (2002), ao analisarmos o segundo governo de Vargas, pode se observar que os impasses que os industriais encontraram em 1952-1953, como escassez de divisas,

dificuldade de importar equipamentos e matérias-primas e racionamento de energia elétrica, iam sendo superados.

O plano de governo de Vargas para o segundo mandato pode ser discutido sobre os seguintes aspectos:

Sua plataforma supunha o incentivo à produção industrial em novo estágio e a resolução do problema energético, representado essencialmente pelo problema do petróleo e pela energia elétrica. Essas propostas iriam exigir do governo decisões concretas sobre o papel do Estado como propulsor do desenvolvimento e como empresário. (LEOPOLDI, 2002, p. 34).

Durante o segundo governo Vargas foram criadas a Petrobrás e a Eletrobrás. Para tal, o presidente via no capital externo o caminho para solucionar os problemas das finanças e técnicos, através da “... aliança com os Estados Unidos, dos quais pretendia obter empréstimos públicos e colaboração técnica para a industrialização brasileira.” (LEOPOLDI, 2002, p. 35). Foi criado também o Fundo de Reaparelhamento Econômico que captava no exterior os recursos a serem implementados na industrialização do Brasil. Para gerir este fundo foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Em 1954, Vargas investia também na ampliação da indústria de base, com o desenvolvimento dos projetos do petróleo, da energia e dos transportes. Para suprir a demanda dos projetos do petróleo, da energia e dos transportes a CSN anunciava a expansão da produção e a CVRD duplicava a sua capacidade. As empresas privadas também fizeram parte desse processo como a V & M do BRASIL S.A (Mannesmann) (1954)²⁰, a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira²¹ e a Aços Especiais Itabira (ACESITA)²². A produção de aço passou de 572 mil toneladas em 1951 para um milhão em 1956. Em 1960, entrava em operação a Usiminas, fundada em 25 de abril de 1956, em Ipatinga. Estes investimentos quase levaram o país à auto-suficiência no suprimento de aço em 1963.

Não podemos deixar de lembrar que o Governo Militar (1964-1985) que se instalou no Brasil alterou os rumos de instituições criadas para darem suporte à industrialização brasileira. Exemplo desta mudança aparece no BNDE, que deixou de ser um financiador do setor público, e passou a destinar os seus recursos ao setor privado. Antes do Golpe de 1964 cerca

²⁰ Foi fundada em 1952, a pedido do Governo Brasileiro, para atender à necessidade de tubos de aço sem costura da emergente indústria petrolífera nacional, a Petrobrás. Entrou em operação em 1954.

²¹ A Companhia Siderúrgica Belgo Mineira foi inaugurada em 1937, em João Molevade, com a capacidade de 50 mil toneladas/ano, funcionando a carvão vegetal.

²² A Aços Especiais Itabira (ACESITA) foi criada em 1944 e junto com a sua instalação se deu a criação da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho.

de 90% dos recursos liberados destinavam-se ao setor público, passando a menos de 20% após a derrubada do presidente João Goulart.

Dos anos de 1950 até 1970, a economia brasileira entra na sua fase conhecida como “Fase Expansionista”. Na década de 1950, a concentração industrial inicia-se no Brasil, surgindo os oligopólios. Já na década de 1970, nos anos iniciais, os grupos internacionais dominavam os setores produtores de bens de consumo durável e detinham 50% do mercado de bens de capital. Esta é considerada a fase da industrialização pesada, onde o governo assumiu setores de elevados requerimentos de capital ou de longos períodos de maturação dos investimentos, como hidroelétricas, usinas siderúrgicas, produção e refino de petróleo. As empresas públicas especializaram-se na produção de bens e serviços de uso generalizado, em apoio ao capital privado.

As empresas de capital nacional tiveram um papel secundário, buscando formas de convivência com o capital internacional, no setor de transformação, e guardaram para si setores como o bancário, engenharia de projetos e a construção civil.

Nos anos de 1980, a crise da dívida externa trouxe importantes conseqüências para a economia brasileira: “a partir de então, a economia brasileira ingressou numa nova fase cujas características fundamentais foram a geração de significados saldos comerciais, a semi-estagnação e uma profunda instabilidade macroeconômica”. (CRUZ, 2002,p. 195).

Nos anos de 1980, os investimentos diretos realizados pelas empresas de capital estrangeiro no Brasil andaram na contramão das tendências mundiais. Enquanto os investimentos no mundo foram multiplicados por três em termos médios anuais, entre 1976/1980 e 1986/1990, no Brasil sofreram uma queda de 50%. Nas empresas estatais, o impacto foi maior, pois não conseguiram novas linhas de crédito; por serem detentoras de vultosos passivos em moeda estrangeira, os bancos credores contingenciavam o acesso aos recursos.

A crise da dívida nos anos de 1980 impediu o crescimento do Brasil. A interrupção do fluxo de investimentos e as políticas de ajuste provocaram a fuga maciça de capitais do país. As multinacionais repatriaram os seus capitais às matrizes, o setor público perdeu sua capacidade de investimento. A inflação impedia que o capital fosse investido no setor produtivo, uma vez que os lucros seriam vultosos no setor financeiro, que praticava altas taxas de juros. O resultado prático pode ser acompanhado nos gráficos 02 e 03 sobre o Produto Interno Bruto (PIB) Brasileiro e a evolução da inflação brasileira, dando destaque à década de 1980.

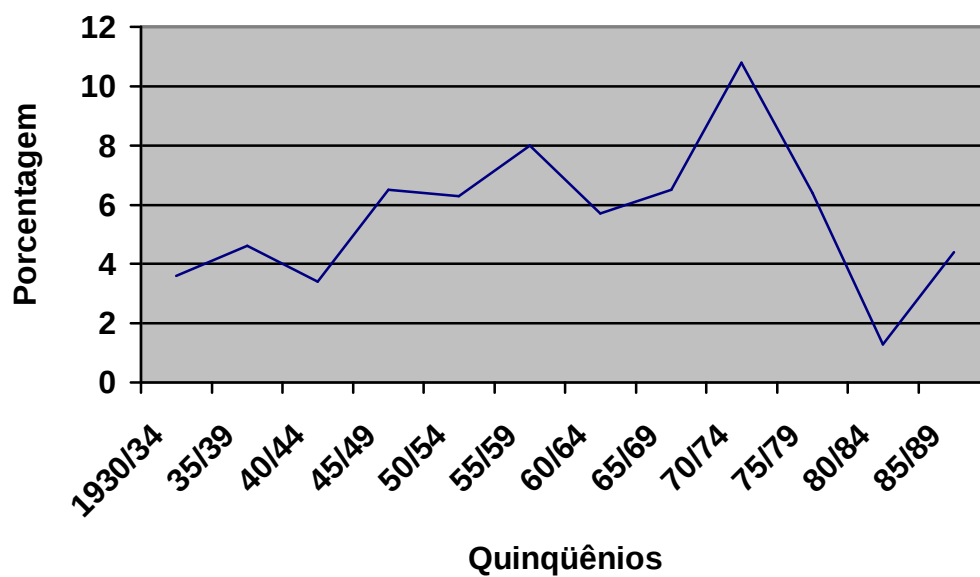


Gráfico 02 - Produto Interno Bruto (PIB) Brasileiro
Fonte: Munhoz (2002, p. 282)

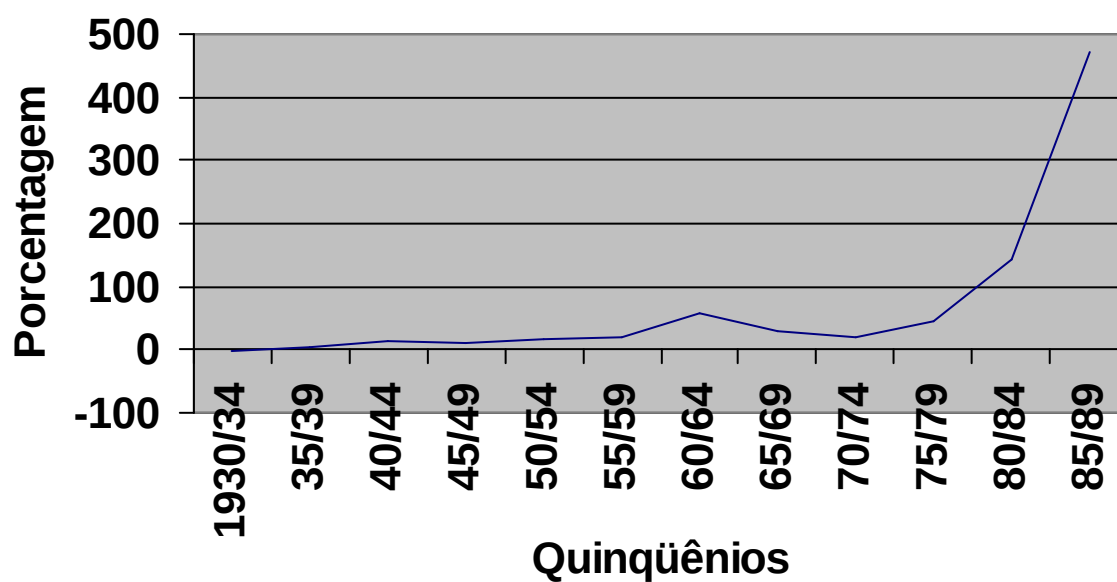


Gráfico 03 - Evolução da Inflação Brasileira
Fonte: Munhoz, (2002, p. 282)

Pode-se notar claramente que desde o fim do Milagre Econômico em 1973, com a crise do petróleo, a economia brasileira entra em uma vertente de declínio até meados da década de 1980, enquanto a inflação sobe vertiginosamente a partir de meados da década de 1970. O PIB brasileiro (ver gráfico 02) tem pequena recuperação a partir de 1985, mas o cume dessa recuperação se equivale ao PIB do Brasil na década de 1930, quando a industrialização brasileira estava determinantemente conectada ao sistema agrário-exportador do café para os mercados americano e europeu. Ou seja, o Brasil na década de 1980 estagnou, a produção industrial (ver gráfico 04), já na década de 1990 os números são negativos, refletindo a abertura da economia nacional ao mercado internacional.

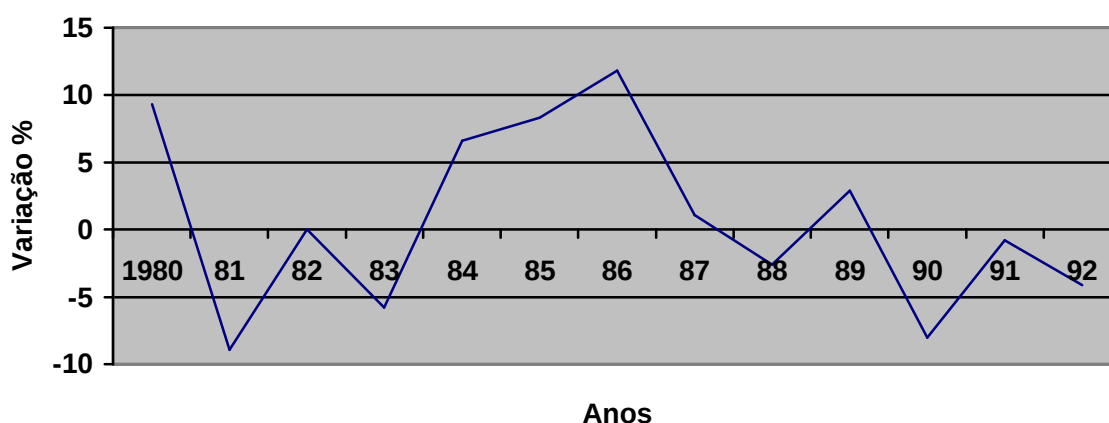


Gráfico 04- Produção Industrial de 1980/92

Fonte: Munhoz (2002, p. 296)

Nos anos de 1990, dando destaque à primeira metade, inaugura-se no Brasil e nos países latino-americanos uma fase de transformações em suas relações financeiras externas. A forte presença do setor público na vida econômica e os regimes de proteção cambial das economias começaram a regredir, deixando o mercado se auto-regular. A privatização foi o caminho escolhido pelo governo do Brasil para se retirar progressivamente o setor público da produção de bens e serviços, mas CRUZ (2002) discute a forma como o governo do presidente Fernando Collor implementou este processo no país. Segundo ele, o processo de privatização no Brasil está

...desconectado de um modelo global de reestruturação produtiva, informado por objetivos fiscais de curto prazo e apoiado na crença dinamizadora do mercado, parece estar longe de assegurar resultados... (...) não estão contempladas metas de

investimento – para reparar o atraso acumulado desde o início dos oitenta e permitir ampliações futuras... (CRUZ, 2002, p. 199).

Portanto, da forma que os processos de privatizações do Brasil se encaminharam, assim como o processo de abertura da economia, os resultados práticos não poderiam ser outros, se não do fechamento de inúmeras empresas, o fim do diversos postos de trabalho e a queda na produção industrial do país (ver gráfico 04), uma vez que o mercado nacional foi invadido por produtos mais competitivos e com valores menores que os nacionais.

Já Minas Gerais na década 1950 apresentava-se com o processo de substituição de importações, onde a indústria mineira ampliou consideravelmente sua participação na economia brasileira. Esta mudança se deve ao Governo de Milton Campos (1947-1950), que colocou em prática o Plano de Recuperação Econômica:

O Plano de Recuperação Econômica e as demais ações do governo Milton Campos se pautam firmemente pelo ideal de crescimento combinado da indústria e da agricultura. No ambiente de reconstrução política do pós-guerra (nas esferas interna e internacional), parecia haver ainda espaço para expandir uma estrutura produtiva diferenciada em escala regional. ... - uma conjuntura bastante singular, na verdade – para melhorar substancialmente a posição relativa de Minas Gerais no novo estágio em que ingressava a economia brasileira. (DULCI, 1999, p. 91).

Ainda segundo Dulci, isto não seria o suficiente para o desenvolvimento do estado, no governo de Milton Campos:

A curto prazo, ou seja, no período 1947-1950, o governo estadual conseguiu atrair investimentos em moagem e em máquinas agrícolas, como previsto. Empenhou-se, além disto, no setor de fertilizantes (que estaria a cargo do Estado), ultimando as pesquisas correspondentes e iniciando a sua produção em pequena escala. Deixou também estudos prontos para frigoríficos de carne e de pesca. *Portanto, foi limitado o saldo prático do governo Milton Campos no setor industrial.* (DULCI, 1999, p. 85).

Ou seja, o período do pós-guerra não favoreceu Milton Campos. Já no Governo de Juscelino Kubitschek (1951-1955), em um cenário mais favorável, o Plano de Recuperação Econômica começou “a dar frutos”, mas o plano se tornou mais específico, atendo-se à industrialização e ao meio urbano e deixando em segundo plano a agricultura e o campo. Este foi expresso através do “Binômio Energia e Transporte.” O governo de Juscelino, buscava resolver a questão de infra-estrutura do estado, que de fato estrangulava o desenvolvimento.

Mas o cenário começa a se alterar. Como exemplo, podemos citar a indústria do cimento, na área privada, o setor com melhores resultados. Em 1947, havia somente duas fábricas em Minas Gerais; já em 1962, eram sete.

Um fator que contribuiu para essa nova realidade foi o empenho governamental na expansão da infra-estrutura - sobretudo na área de energia e transportes - cujos resultados se traduziram na criação, em 1952, da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e no crescimento da malha rodoviária estadual²³, com destaque para a inauguração da Fernão Dias, que liga Belo Horizonte a São Paulo, no fim da década, possível através da criação do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) em 1946²⁴. Ainda no ano de 1952 foi criada a Mannesmann S/A, produtora de tubos de aço sem costura, para atender a indústria petrolífera.

O panorama de Minas Gerais começava a se alterar, como relata Diniz:

... na segunda metade da década de 1950, vários projetos estrangeiros vieram para Minas Gerais, especialmente para a Cidade Industrial de Contagem, que se transformou no maior núcleo industrial de Minas. ... a estrutura industrial do Estado começou a ganhar alguns contornos... Em primeiro lugar, com a expansão da metalurgia e do cimento, iniciava-se a especialização mineira na produção de bens intermediários... Em segundo lugar, crescia o peso relativo do capital estrangeiro na incipiente indústria mineira, já que as empresas mais importantes estavam sob seu controle: Belgo (Luxemburgo), Ferro Brasileiro (França), Mannesmann (Alemanha), ALCAN (Canadá), Cominci (França), RCA Victor (Estados Unidos), Pohlig-Heckel (Luxemburgo), Sociedade Brasileira de Eletrificação (Itália), Eletro-Solda Autogena Brasileira (Suíça), Trefilaria da Belgo (Luxemburgo). (DINIZ, 2002, p. 91).

O autor chama a atenção para a grande presença de capitais estrangeiros no Estado, pois demonstra que o capital mineiro não estava respondendo pelo processo de condução do desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

O que podemos observar na estrutura econômica do Estado, a partir do governo de Kubitschek, foi um aumento significativo na geração de energia elétrica e uma ampliação da malha rodoviária, dando suporte ao desenvolvimento industrial. Quando se dá a chegada de Juscelino no governo federal (1956-1961), nota-se a continuação, em escala superior, das orientações implementadas no Estado. O Plano de Metas (Cinquenta anos em cinco) vinha ao encontro do “Binômio: energia e transporte”, implementado no Estado.

²³ O plano de Juscelino Kubitschek era abrir 2.000 km de rodovias e pavimentar 500 km, mas o programa foi além do previsto e construiu 3.725 km de estradas.

²⁴ A sustentação dos projetos da CEMIG e do DER-MG foram garantidos através de recursos advindos do setor privado e de fundos do governo federal. Sobre a alocação destes recursos, ver Dulci (1999).

Na década de 1960, a ação do Governo cumpriu papel decisivo no processo de industrialização, ao estabelecer o aparato institucional requerido para desencadear e sustentar o esforço de modernização da estrutura fabril mineira. No intuito do Estado dar o suporte necessário ao desenvolvimento de Minas, através de empresários minerios, foi criado em 1962 o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Este teve um papel decisivo, dando destaque ao Diagnóstico do Economia Mineira (1968), que sistematizou a análise das causas do atraso mineiro. A eficiente e ágil ofensiva de atração de investimentos, iniciada no final da década de 1960, através de incentivos fiscais, encontrou grande ressonância junto a investidores nacionais e estrangeiros.

Durante o Milagre Econômico (1968-1973), no período da ditadura militar, o panorama de Minas se altera, como pode ser observar:

...Minas Gerais se apresentou como localização industrial privilegiada. Tinha disponibilidade de recursos naturais, uma avançada infra-estrutura, especialmente na energia e nos transportes; uma eficiente indústria de base, e, portanto, disponibilidade de insumos; proximidade dos grandes mercados e maiores centros econômicos e políticos do país; incentivos fiscais, um eficiente aparato institucional de apoio... (DINIZ, 2002, p. 91).

A mudança no cenário, de 1940 para a década de 1970, é aparente. O Estado que não atendia aos interesses dos industriais, após três décadas passou a apresentar *localização industrial privilegiada*.

Já no início da década de 1970, o Estado experimentou uma grande arrancada industrial, com a implantação de inúmeros projetos de largo alcance sócio-econômico. O parque industrial mineiro destacou-se nos setores metal-mecânico, elétrico e de material de transportes. A produção de aço subiu de 587 mil toneladas em 1960 para 2.059 mil em 1970. A de cimento passou de 1 milhão de toneladas para 2,5 milhões, no mesmo período. Durante o período conhecido como Milagre Econômico (1968-1973), Minas apresentava-se como uma localidade favorável à implantação de novos projetos. Isto se confirma, pois “estima-se que de um total de mais de 7.500 projetos industriais aprovados na década de 1970, Minas Gerais tenha conseguido aproximadamente 25% dos investimentos programados.” (DINIZ, 2002, p. 94).

Entre 1975 e 1996, o PIB mineiro cresceu 93% em termos reais. Em igual período, o País registrou um crescimento de 65%. Esse relevante desempenho verificou-se, sobretudo, no setor de transformação e nos serviços industriais de utilidade pública. Na indústria

extrativa mineral, a supremacia mineira durou até 1980, quando o país passou a explorar, entre outras, as jazidas do complexo Carajás. Entretanto, em 1995, o Estado ainda respondia por 26% do valor da produção mineral brasileira do setor de metálicos.

2.4. As origens da indústria no Brasil e o problema de disciplina fabril

Cada fábrica tinha um aspecto fosco e hostil de presídio, com seus guardas de portão fardados e armados, operários e operárias submetidos a vexatórias revistas e humilhantes observações, quanto não recebiam ameaças de toda sorte. (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 134).

O nascedouro da indústria brasileira pode ser determinado por grandes dificuldades, seja pela falta de infraestrutura ou pela baixa capacidade técnica da mão-de-obra utilizada. Segundo Hardman e Leonardi (1982), os motivos para o Brasil não se desenvolver no período imperial resumem-se em: um sistema de transporte totalmente deficitário e rudimentar; a técnica ou tecnologia não se desenvolvia dificultada pela escravidão; um grau incipiente de urbanização; mercado interno restrito e fragmentado; centros urbanos pequenos e distantes uns dos outros; uma população de três milhões de habitantes, sendo um milhão de escravos no início do século XIX; e escassez de capitais.

A industrialização brasileira se consolidou de fato no século XX, pós Segunda Guerra Mundial, ou seja, dois séculos após o início da inglesa (século XVIII). Fator importante a ser destacado no início da industrialização do Brasil firma-se no atraso da industrialização, o que pode ser observado na ruralização do país, ou seja, em uma maior concentração populacional no campo do que na cidade, somada ainda à falta de infra-estrutura, principalmente rodoviária, e também à questão da força motriz a ser utilizada²⁵.

Estes fatores levaram inúmeras indústrias, principalmente as têxteis, a se instalarem em fazendas, seja pela proximidade da lavoura de algodão; abaixando os custos com transporte, ou pela presença de quedas d'água que serviram para movimentar estes empreendimentos, ou pela concentração de mão-de-obra.

Já para a construção das fábricas, podemos destacar dois pontos fundamentais para a implantação de uma indústria, segundo Hardman e Leonardi:

²⁵ Para as primeiras indústrias instaladas no Brasil, a água era fator determinante, seja para mover as máquinas através de rodas d'água, seja para gerar vapor ou energia elétrica.

...podem-se destacar dois elementos decisivos para a localização das fábricas: as ferrovias (transporte de matérias-primas, máquinas e trabalhadores imigrantes; transporte dos bens industriais produzidos) e os rios... (fontes de energia elétrica)... (HARDMAN; LEONARDI 1982, p. 133).

Segundo Domingos Giroletti, em sua obra “Fábrica Convento Disciplina”, a instalação de indústrias têxteis no interior do Brasil nos séculos XIX e XX buscava solucionar as questões de transporte, força motriz e um contingente significativo de mão-de-obra disponível, mas segundo Giroletti o grande problema apresentado por estas fábricas rurais foi a questão da disciplinarização e controle da mão-de-obra.

Mas o problema detectado se encontrava no trabalhador. Pelo fato da grande maioria ser da zona rural, suas características trouxeram vários problemas: a falta de estudo, o não conhecimento do que era uma máquina (o que ocasionava inúmeras quebras) e principalmente longas jornadas de trabalho. A consequência imediata era o abandono dos postos de trabalho, provocando queda na produção. O resultado aparecia em intensos conflitos. A solução encontrada, segundo o autor, foi a criação de um regime de trabalho baseado nos moldes dos conventos, com o estabelecimento de escalas de subordinação, regras rígidas e severas e a implantação de punições para quem não seguisse as ordens pré-determinadas pela empresa²⁶.

Já o setor têxtil urbano, em uma análise histórica, tem o seu passado marcado por problemas de disciplina no interior dos muros das fábricas. (WEID, 1986). Há que se observar que a realidade das fábricas rurais e urbanas são completamente diferentes. No meio urbano a questão do deslocamento até o emprego, os custos com aluguéis e alimentação são mais onerosos em relação ao trabalhador rural, ou seja, o custo de vida. Para o trabalhador urbano, as “vantagens” incorporadas ao trabalho têm um peso mais elevado: armazém com preços mais acessíveis, o fim do deslocamento até a empresa e a moradia gratuita, sem dúvida seduziam os trabalhadores.

A idéia central para os industriais baseava-se em controlar, disciplinarizar e evitar o máximo possível o surgimento de revoltas ou paralisações sindicais. Na prática, ocorria a domesticação do trabalhador, que por ter inúmeras vantagens acopladas ao seu trabalho não se envolvia em manifestações e paralisações, com o receio de perder casa, escola para seus filhos e outros benefícios.

Com o advento dos sindicatos, os industriais se viram obrigados a cederem a algumas exigências, promovidas por massas extremamente fatigadas pelas condições árduas e

²⁶ O autor ressalta que a diferença entre um quartel militar e as indústrias têxteis nesse período eram mínimas.

insalubres de trabalho, mas rapidamente novos meios de controle e vigilância conseguiram manter a mão-de-obra na linha de produção e em constante harmonia com o patronato.

Com a força que os sindicatos tinham adquirido, os industriais necessitavam descobrir novas formas de se fazer frente à organização dos trabalhadores. O meio encontrado constituía-se em unir vantagens à proposta de emprego aos trabalhadores, para que estes se sentissem à vontade no desempenhar de suas funções e ao mesmo tempo presos ao compromisso de trabalharem sob um rígido controle e disciplina sem promoverem paralisações ou greves.

Dentre as vantagens criadas neste período para controlar e disciplinarizar o trabalhador, destaco a criação de vilas operárias, escolas, clubes, bancos de crédito, acesso de emprego garantindo aos filhos, entre outros. Chamo a atenção para o seguinte aspecto: todas estas vantagens foram criadas dentro dos muros das fábricas onde o empresário pudesse observar, disciplinarizar e controlar seus trabalhadores.

Se observarmos as vantagens que os industriais apresentavam aos trabalhadores, podemos notar que seria extremamente difícil de encontrar tais vantagens no comércio ou em outro setor da economia. A proposta que está entre linhas nesta atitude solucionou de certa maneira os problemas com os sindicatos e as constantes paralisações dos trabalhadores (Sobre o controle e a disciplinarização, ver Teixeira (1990) e Giroletti (1991)).

Há de se notar que os gastos dos industriais aumentaram consideravelmente com a criação desses aparatos, mas a constância da produção e o aumento na procura por uma vaga nessas empresas garantiram melhores lucros e a manutenção de inúmeras fábricas, pois com a mão-de-obra farta a remuneração paga aos trabalhadores poderia ser menor, assegurando assim menores gastos e conseqüentemente maiores lucros aos industriais possibilitando reinvestimentos ou até ampliação da produção. Outro ponto de destaque concentra-se na diferença do tempo e do espaço (rural X urbano), uma vez que a organização produtiva das empresas localizadas no interior ou no campo é diferente, a organização sindical presente com sua força e organização na cidade não se apresenta em igual proporção, por questões práticas, isolamento físico, menor número de trabalhadores e descumprimento das leis trabalhistas mais acentuado. O controle disciplinar no campo é mais elevado, pois necessita-se ater o trabalhador ao processo produtivo, lembrando-se que neste caso os trabalhadores estavam acostumados a determinar o seu ritmo de trabalho. A grande dificuldade de se instalar indústrias têxteis ou de outro ramo no interior do país e de Minas Gerais no século XIX, além das questões de logística, concentrava-se no treinamento e controle da mão-de-obra, acostumada com um ritmo de trabalho determinado por si mesma e não pelo industrial ou pela

máquina. Portanto ao analisarmos as formas de controle, aplicadas para a disciplina fabril no nascedouro da indústria brasileira, temos de fazer uma análise diferenciada da que foi aplicada nas cidades e a aplicada no campo, como no caso curvelano, uma cidade do interior com a agricultura sendo a base da economia e do trabalho.

Ao analisarmos a história do movimento sindical no Brasil e das organizações dos trabalhadores brasileiros, nota-se que esta pode ser retratada sob vários ângulos. Há que se destacar em 1902 a fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB) para atender ao trabalhador. Já 1903 foi um ano marcado pela ascensão do movimento operário no Brasil, onde ocorre uma intensificação das greves, devido ao aparecimento dos primeiros sindicatos e do fortalecimento dos grupos políticos, principalmente anarquistas. Em contrapartida, o Estado buscava meios para impedir o crescimento do sindicalismo no país. Para tal, no final de 1904, o governo de Rodrigues Alves (1902-1906) promulgou uma lei cerceadora da liberdade de expressão e de organização de classes, reforçando assim o Código Penal. A Lei Adolfo Gordo (Decreto nº. 1.641, de 7-1-1907), de janeiro de 1913²⁷, é outro exemplo, lei que permitia ao governo brasileiro expulsar estrangeiros envolvidos em greves e perturbações à ordem. Ou seja, buscava-se isolar o trabalhador brasileiro das idéias vindas do exterior, onde a indústria e o sindicato eram mais velhos e consolidados.

Com a Proclamação da República em 1889 e o Brasil entrando no cenário das democracias mundiais, esperavam-se melhoras na relação entre trabalhadores e patrões, principalmente no reconhecimento e validação dos sindicatos dos trabalhadores, como representante legal dos interesses dos trabalhadores. Mas o que podemos observar é que as mudanças não vieram no âmbito que se esperava e os sindicatos não eram reconhecidos como instituições legais dos trabalhadores, uma vez que o Estado brasileiro era gerido e administrado sob os interesses dos cafeicultores e da nascente burguesia industrial brasileira, que fazia uso da máquina administrativa federal para atender interesses próprios, como no caso das repressões impostas aos líderes sindicais.

Apesar de obrigado a tolerar a existência dos sindicatos operários, o Estado republicano não os reconhecia como legítimos organismos dos trabalhadores, nem o direito à livre associação e organização nos locais de trabalho. (...) a repressão seletiva e localizada, contra as lideranças, era uma constante: prisões, processos forjados e deportações eram alguns dos métodos mais empregados (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 146-147).

²⁷ Hardman e Leonardi (1982, p. 264).

A República brasileira teve, desde o seu nascimento, que enfrentar as primeiras organizações de trabalhadores. O cenário se transforma, a luta deixa de ser pontual, dentro das fábricas e seus portões e passa para as ruas.

Nas greves, comícios populares, manifestações e revoltas de massa, a presença dos trabalhadores assalariados urbanos já se fazia notar. Assim a propaganda e luta política saíram dos teatros e salões, onde se confinaram no Império (sem contar as permanentes lutas rurais de escravos e camponeses), para gravitar, cada vez mais, em torno das ruas. (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 253).

Além do controle ao sindicato, observa-se também um rígido controle dentro das fábricas e fora dela, impedindo ferreamente a organização do proletariado enquanto classe. “A vida operária era um misto de superexploração na fábrica, repressão policial nos momentos decisivos e controle social e ideológico nas ruas e na cidade.” (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 147). Porém, as condições socioeconômicas oferecidas pelas fábricas urbanas (as vantagens incorporadas ao trabalho) concentravam a mão-de-obra no espaço urbano, elevando o número de trabalhadores e conseqüentemente diminuindo a remuneração paga ao trabalhador.

Com a Primeira Guerra Mundial em cena, o discurso muda e segundo Hardman e Leonardi (1982), os dirigentes passam em todo o mundo a colaborar com os empresários devido às circunstâncias. No Brasil, no entanto, as dificuldades enfrentadas e o aumento no ritmo de trabalho, buscando suprir a demanda crescente, fizeram com que os trabalhadores mobilizassem uma greve geral em 1917, e as principais cidades brasileiras foram sacudidas por greves. Os trabalhadores buscavam assegurar direitos e melhores condições de emprego e salários. Este movimento mobilizou cerca de setenta mil trabalhadores, que cruzaram os braços. A greve durou uma semana e foi duramente reprimida pelo governo paulista. Finalmente chegou-se a um acordo que garantiu 20% de aumento para os trabalhadores.

Já na conjuntura de 1917-1920, observa-se um incremento da imprensa operária e uma intensificação de greves e manifestações de classe, como pode ser ver na tabela 07.

TABELA 07
Movimentos grevistas no Brasil

Período	Número de greves
1900-1910	111
1910-1920*	258
1917-1920**	Mais de 200

* Exclui-se os anos de 1917 e 1918

** Restrito a São Paulo (capital e interior) e Rio de Janeiro (Descrito Federal)

Fonte: Hardman e Leonardi (1982, p. 261)

Para forçar os empresários a aceitarem as reivindicações trabalhistas, os sindicatos faziam o uso de vários instrumentos de pressão, como greve parcial ou geral, boicotagem, sabotagem e manifestações públicas, todas com o propósito de pressionar os empresários a aceitarem os termos dos trabalhadores.

A década de 1920 mostra certo declínio das atividades mobilizatórias até o final do governo de Artur Bernardes (1922-1926), marcado pelo estado de sítio e violentíssima repressão às organizações operárias. Os anos de 1920, apesar de alguns avanços em termos de legislação social, foram difíceis para o movimento operário, que foi obrigado a enfrentar grandes desafios. O primeiro deles foi o recrudescimento da repressão por parte do governo. A justificativa apresentada era a de que o movimento operário era artificialmente controlado por lideranças estrangeiras radicais que iludiam o trabalhador nacional. Segundo Hardman e Leonardi (1982), quanto “... às mobilizações, em especial as greves operárias, fica claro um patamar descendente a partir de 1920, chegando ao nível mais baixo no período de 1924-27. Já em 1926 alguma atividade reapareceria...” (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 288). Todos esses esforços não foram suficientes para produzir uma mudança significativa na vida material do conjunto da classe trabalhadora no final dos anos 1920. A legislação aprovada quase nunca era aplicada. Isso ocorria, entre outras razões, porque o movimento operário encontrava-se ainda limitado e restrito a alguns poucos centros urbanos.

De qualquer forma, os ganhos no período da Primeira República foram importantíssimos para os trabalhadores brasileiros. Segundo Hardman e Leonardi,

... a regulamentação do trabalho foi uma conquista da classe operária obtida através de uma árdua luta que se desenrola na Primeira República, principalmente sob a direção dos sindicatos anarcossindicalistas. (...) As causas da legislação trabalhista e de previdência social e brasileira estão, pois, nas lutas dos trabalhadores, em escala nacional e em escala internacional, pelos seus próprios interesses. Essa legislação é uma conquista, não uma concessão. (HARDMAN ; LEONARDI, 1982, p. 265) .

Esses direitos conquistados no período da Primeira República seriam a bases da questão social no governo Vargas. No governo de Getúlio “... os anarcossindicalistas lutaram enquanto puderam contra o processo de destruição da antiga estrutura sindical livre e autônoma que eles haviam auxiliado a classe operária a construir durante a República Velha.” (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 289)²⁸.

No cenário mineiro, o movimento operário²⁹ enfrentou dificuldades de organização, em parte devido ao caráter extremamente descentralizado e disperso da indústria local. Já em outros Estados, onde a concentração industrial era menor, o movimento operário se fez presente ainda no século XIX, demonstrando que a história do sindicalismo no Brasil esta marcada por associações independentes e desconexas umas das outras, fragilizando e limitando o alcance dos sindicatos. Num país de dimensões continentais como o caso do Brasil, não poderia deixar de ser notado uma desigualdade no crescimento do movimento operário brasileiro, uma vez que particularidades como as questões de locomoção, isolamento e até o tipo de serviço desempenhado na indústria, influenciaram o desenvolvimento. Como exemplo, podemos citar o sindicalismo paulista, de bases industrial e urbano, que não pode ser comparado com o sindicalismo amazônico, onde a indústria de extração da borracha nativa era de bases artesanal e rural, dispersos e isolados. Ou seja, o Brasil apresentava particularidades físicas e regionais que impediam, por mais que a comunicação dos sindicatos fosse eficiente, de se propagar e irradiar por todo o país. Há de se destacar o caráter decisivo da imprensa operária para a propagação das idéias sindicais e suas dificuldades financeiras, assim como a ausência da plena liberdade de imprensa.

A classe patronal exercia forte controle social sobre a vida dos primeiros trabalhadores da indústria têxtil. A vigilância e disciplina no interior das unidades de produção eram rigorosíssimos chegando a criar regras de conduta para as moças.

Este controle pode ser visto no “Regulamento externo (vilas operárias) e interno (fábrica)” da fábrica Cedro, fundada em 1872, demonstrando como se dava o controle das instituições no período anterior a 1888.

“É PROIBIDO (externo):

²⁸ O movimento sindical no governo Vargas será tratado no subitem 2.5.

²⁹ Sobre o movimento operário mineiro ver Dutra (1988).

Art. 1º. - Consentir ou dar em casa, jogos, batuques ou reuniões imorais, consentir bebedeiras, desordens, espancamentos e tudo mais que perturbar o sossego público.

Art. 2º. - Invadir quintais ou casas. Subtrair frutas, galinhas, roupas e outro qualquer objeto. Inquietar ou faltar o respeito às famílias.

Pena para os Arts. 1º e 2º. Multa de Rs. 5\$000 – 10\$000 – na reincidência – Expulsão pela 3º. vez – além de usar dos direitos que a lei concede nos casos de furtos, etc.

Art. 8º. – Fazer algazarras pelas ruas, praças ou casas, perturbarem o sossego público – principalmente depois das nove horas da noite.

(...)

Art. 10º. – Criar porcos, cabritos ou carneiros soltos nas ruas, devendo ser peiadas as cabras que amamentarem as crianças.

Art. 11º. – Engordar capados soltos nos quintais, conservar servas imundas, que incomodem os vizinhos.

Art. 12º. – Utilizar-se de imóveis, materiais, ferramentas, utensílios, lenhas ou quaisquer objetos pertencentes à fábrica.

É proibido (na fábrica):

(...)

Art. 12º. – Trabalhar assentado ou contra qualquer posição inconveniente...”
(HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 112)

Ou seja, as “... vilas operárias eram realizações dos empresários industriais, nos terrenos da própria companhia, onde a possibilidade de controle social e ideológico da massa trabalhadora pelos patrões era bem maior” (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 154). Segundo os autores, a vila operária tornava-se o centro nervoso de toda a vida local, principalmente naqueles núcleos isolados do interior, e a vida nessas vilas era um prolongamento da rígida disciplina imposta no regime de trabalho fabril. Como afirmam Hardman e Leonardi (1982), “o controle social sobre as famílias de trabalhadores, nessas vilas

operárias, se fazia presente através de escolas para as crianças, creches, armazéns e capelas, onde se veiculava a ideologia dominante”.

Outra forma de conseguir disciplinar o trabalhador apresentava-se na premiação por produção. Estimulava-se a produção, a concorrência entre os trabalhadores e sua fidelidade às ordens da fábrica. Caso o trabalhador participasse de algum movimento grevista, os benefícios eram cortados, dando-se assim a utilização deste artifício como mais um para controlar o trabalhador.

Já as condições de vida dos trabalhadores, por volta de 1900, aproximava-se à de escravos.

Os primeiros operários trabalhavam treze, quatorze e até quinze horas por dia, não tendo direito ao descanso semanal remunerado aos domingos, nem direito a férias anualmente. Quando a luz elétrica foi introduzida em Pernambuco, as jornadas de trabalho tornaram-se excessivamente longas. (...) trabalhava-se dezessete horas diárias! (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 95).

A produtividade era garantida de todas as formas. Como afirmam Hardman e Leonardi (1982, p. 136), “O aumento da produtividade do trabalho era também alcançado através da intensificação da cadência das máquinas e da coação extra-econômica e violenta (castigos corporais, ameaças, dispensas do emprego, multas, rígida disciplina do trabalho etc.).” O trabalhador não era respeitado, sendo explorado ao máximo. As leis não eram cumpridas, tornavam-se letra morta, uma vez que não existia fiscalização e o Estado não dispunha de recursos jurídicos e legais para de fato fazer cumprir a lei, como a lei federal que regulamentava o trabalho infantil nas fábricas de 1891. A questão sanitária também não era respeitada, “eram inúmeros os casos de contaminações, mutilações e mortes nas fábricas, em todos os ramos industriais”. Na época não existia previdência social ou indenizações, no tocante a isso, o trabalhador estava sozinho, destinado ao acaso e à sorte, e um grande contingente de mão-de-obra reserva proporcionava baixos salários para os trabalhadores que conseguiam trabalhar, pois as crises, como a Primeira Guerra Mundial, a Crise de 1929, entre outros, não permitiam ao trabalhador ter estabilidade no emprego, havendo uma grande rotatividade da mão-de-obra.

Outra questão era o trabalho feminino e infantil, que contribuíam para o rebaixamento dos salários:

O trabalho feminino tinha um peso significativo na composição da força de trabalho da época, embora se concentrasse, em sua quase totalidade, nos setores têxtil, do vestuário e toucador. A presença de mulheres e meninas nas fábricas, bem como de menores em geral, favorecia certos mecanismos de super-exploração, entre eles, o próprio rebaixamento de salários. (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p.140).

O uso da mão-de-obra infantil era tido como opção barata e farta o que reduzia custos, tornando-se viável empregar tal mão-de-obra. Observa-se que o trabalho realizado pelas crianças não se diferenciava do realizado pelos adultos.

Ao verificarmos o surgimento da indústria brasileira, notamos que esta enfrentou a questão da infraestrutura paulatinamente, conseguindo avanços e melhorias, seja esporádica e de caráter individual, como de amplitude elevada, sendo estas conduzidas pelas esferas governamentais. O problema da disciplina fabril atingiu o industrial brasileiro logo após a sua implantação. Com a Proclamação da República e com a criação de uma nova constituição, esperava-se que o trabalhador fosse melhor assistido pelo Estado, mas observamos que a realidade não se alterou. No Brasil, registravam-se casos onde toda a família, homens, mulheres e crianças, trabalhavam quinze horas diárias, das cinco horas da manhã às vinte e duas horas. Como exemplo temos a fábrica Santa Rosália em Sorocaba (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 135). Casos como este demonstram o por que do crescimento do movimento sindical e anarquista no país. O trabalhador fabril brasileiro conseguira ver suas reivindicações parcialmente atendidas no governo de Getúlio Vargas, mas em contrapartida o movimento sindical seria limitado em sua atuação.

2.5. A década de 1930 e as transformações no mundo do trabalho

A década de 1930 é marcada por inúmeras transformações na vida do trabalhador fabril brasileiro. Nesta década, dá-se a chegada de Getúlio Vargas ao governo federal (1930-1945). Mas a chegada de Getúlio ao poder, a princípio, não alterou a vida do trabalhador, uma vez que o “... governo recém-instalado com a revolução de 30 cumpria a função clássica do Estado burguês: garantir os interesses históricos ameaçados dos industriais; desorganizar ao máximo o movimento operário.” (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 166). Este discurso pode ser observado concretamente na utilização do exército e da polícia para guarnecerem as fábricas na greve de 1931, dando condições para se garantir o trabalho e proibindo os comícios organizados de trabalhadores.

A relação de Getúlio com os trabalhadores pode ser considerada ambígua, uma vez que limitou as atividades dos sindicatos, mas criou um aparato de mecanismos que buscavam legitimar e dar apoio ao seu governo.

A Revolução de 1930 colocou na ordem do dia a necessidade de se pôr em prática uma nova política social no país. A criação do Ministério do Trabalho, menos de um mês depois da vitória do movimento revolucionário, indicava a disposição do Governo Provisório de alterar os rumos da política trabalhista, previdenciária e sindical até então adotada pelos governos da Primeira República.

Para conseguir colocar em prática a nova política social, Vargas seria obrigado a fazer concessões aos trabalhadores, satisfazendo parcialmente algumas de suas reivindicações. Mas há de se destacar que os industriais não queriam fazer nenhuma concessão a mais aos trabalhadores.

Em 1930, o governo federal criou o Ministério do Trabalho e em 1931 regulamentou, por decreto, a sindicalização das classes patronais e operárias; a Lei da Sindicalização que vinculava os sindicatos brasileiros ao presidente, onde as organizações sindicais passaram a ter caráter paraestatal, passou a ser obrigatória a aprovação dos estatutos dos sindicatos trabalhistas e patronais pelo Ministério do Trabalho. Neste período a greve foi proibida e foi instituído o imposto sindical. Criaram-se as Juntas de Conciliação e Julgamento e, com a promulgação da Constituição do Estado Novo, a unicidade sindical. Dentre as medidas ou benefícios criados por Vargas podemos destacar em 1930 o estabelecimento do Código de Menores, que limitava o trabalho das crianças a seis horas por dia, com uma hora de descanso.

No campo da organização sindical, o governo declarava explicitamente que concebia os sindicatos como um instrumento para mediar o conflito entre empregados e patrões. Seu objetivo era trazer as organizações sindicais para a órbita do novo Ministério do Trabalho, de forma que elas passassem a ser controladas pelo Estado. Por outro lado, estimulava-se também a organização e o reconhecimento de sindicatos patronais, na perspectiva de se construir uma organização social sobre bases corporativas. No que se refere à questão dos direitos trabalhistas, o regime procurava atender algumas reivindicações históricas do proletariado, ao mesmo tempo em que construía todo um discurso ideológico sustentado na idéia da outorga dos direitos dos trabalhadores pelo Estado. Em março de 1933, foi instituída a carteira profissional. O ano de 1934 foi marcado pela intensificação do controle ministerial sobre as organizações sindicais, promovendo inúmeras intervenções em sindicatos, que tiveram seus diretores afastados e substituídos por elementos considerados “confiáveis”. Foi

instituído ainda o seguro em caso de acidente de trabalho, e foram previstas indenizações em caso de demissão sem justa causa no comércio e na indústria.

Pela nova legislação, adotava-se o princípio da unidade sindical, em que apenas um sindicato por categoria profissional era reconhecido pelo governo. A sindicalização não era obrigatória, mas a lei estabelecia que apenas as agremiações reconhecidas pelo governo poderiam ser beneficiadas pela legislação social. A lei foi recebida como uma séria ameaça à sobrevivência da liberdade sindical

A estratégia governamental surtiu efeito. Centenas de sindicatos de trabalhadores tornaram-se legais nos anos de 1933 e 1934 para poder gozar dos benefícios previstos pela nova lei. A luta sindical, cada vez mais, passou a orientar-se no sentido de ver aplicadas as leis burladas pelas empresas. Nesse sentido, tornou-se muito importante o papel das Juntas de Conciliação e Julgamento, criadas pelo governo em 1932 para resolver conflitos trabalhistas. Esses órgãos foram a base da Justiça do Trabalho, que seria estabelecida pela Constituição de 1934.

Com o intuito de viabilizar o novo modelo de sindicalismo, Getúlio tratou também de introduzir uma série de novas leis trabalhistas e previdenciárias. Entre as mais importantes, pode-se destacar: a nova Lei de Férias; o novo Código de Menores; a regulamentação do trabalho feminino; e o estabelecimento de convenções coletivas de trabalho.

No campo da assistência social, foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões, órgãos controlados pelo Estado responsáveis pela extensão de direitos sociais a categorias nacionais de trabalhadores. Durante a década de 1930, foram criados Institutos de Aposentadoria e Pensões de várias categorias como industriários, comerciários, bancários, funcionários públicos etc.

Nos primeiros anos do Estado Novo (1937-1945), foi regulamentado o salário mínimo (1938) e foi criado, em agosto de 1940, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Em 1º de maio de 1941, foi finalmente inaugurada a Justiça do Trabalho, com base na Constituição de 1934. Entre junho e dezembro de 1941, iniciou-se, então, a cobrança do imposto sindical, instrumento importante para a manutenção da tutela estatal sobre as organizações sindicais. Regulamentou o trabalho dos menores de idade, da mulher e o trabalho noturno. Fixou a jornada de trabalho em oito horas diárias de serviço e ampliou o direito à aposentadoria a todos os trabalhadores urbanos.

A orientação trabalhista de seu governo, que em seu ápice instituiu a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a carteira de trabalho, a estabilidade do emprego depois de dez anos de serviço (revogada em 1965), o descanso semanal remunerado e o salário-mínimo, marcou

um tempo das mudanças sociais célebres, onde os trabalhadores pareciam estar no centro do cenário político nacional. Mas, como afirmam Hardman e Leonardi (1982), o governo de Getúlio em relação ao sindicalismo e aos trabalhares pode ser explicado da seguinte forma. Vargas

... contou principalmente com o fato de a antiga estrutura sindical ter sido por ele destruída em 1935, após massiva repressão ao movimento operário, o que as classes dominantes não conseguiram durante os vários governos da Primeira República, apesar da violência permanente. (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 200-201).

As vantagens ou benefícios atribuídos ao governo de Getúlio Vargas, conseguiram estabilizar ao movimento sindical brasileiro e dar ao trabalhador melhorias nas condições de trabalho e na remuneração salarial. Para se adequar às novas regras do trabalho industrial no Brasil, os industriais viram os seus gastos aumentarem significativamente, mas podemos concluir que estabilizaram as disputas entre patrões e trabalhadores durante o governo de Getúlio Vargas.

3. A INDÚSTRIA TÊXTIL E A FÁBRICA MARIA AMÁLIA

3.1. Evolução histórica do município de Curvelo

Por volta de 1700, viajantes procedentes do Rio de Janeiro e de Piratinga, com destino à Bahia, fizeram pouso na região onde hoje se encontra Curvelo, antes habitada pelos índios coroados - ou arrepiados - e os goianás. O povoado inicia-se, a partir de 1706, com o estabelecimento de portugueses e baianos em sítios de lavoura e de criação de gado. Em 1714, é fundado o povoado de Santo Antônio da Estrada (nessa época, fazendas e currais proliferavam na região). Seu fundador foi o padre Antônio Corvelo de Ávila. O povoado é elevado a freguesia (distrito), em 16 de março de 1720, com o nome de Santo Antônio de Curvelo. Em 1749 morre o Padre Corvelo³⁰. Em 13 de Outubro de 1831, emancipa-se, desmembrando-se de Sabará, e Curvelo é elevada à categoria de vila. Em 30 de julho de 1832, em seção solene, instala-se a primeira Câmara de Vereadores. Em 1875, Curvelo foi elevada à categoria de cidade. A partir dos anos subseqüentes deu-se início à fase da cultura algodoeira e o início da industrialização do lugarejo, já que a cidade é pioneira na indústria têxtil mineira, com a fundação da Cedro e Cachoeira, no distrito de Inimutaba, em 1884. Em 13 de Novembro de 1891, é criada a Comarca de Curvelo.

A cidade encontra-se situada na mesoregião central de Minas Gerais, na microrregião de Curvelo, com uma área de 3.344,1 Km², distante 160 Km da capital mineira, Belo Horizonte. Tem localização privilegiada em região servida por importante sistema rodoviário, onde destacamos a BR-040, que faz a ligação entre Brasília, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, e a BR-135, que faz a ligação de Curvelo com o norte de Minas Gerais, especificamente Montes Claros, Janaúba e Januária, e daí com a Bahia. Está situada num grande chapadão na região central do estado, localizado entre as bacias do Rio São Francisco, Rio das Velhas, Paraopeba, Cipó e Bicudo³¹ e o município é cortado por diversos ribeirões que desaguam nestes rios. Os mais importantes são Maquiné, Picão, Almas, Meleiros e Santo Antônio.

³⁰ A cidade atrai visitantes e devotos na tradicional oitava de São Geraldo, para a Basílica construída pelo Padre Corvelo, em homenagem a São Geraldo. A festa religiosa acontece de meados de agosto até a última semana do mês de setembro, sendo acompanhada porromeiros de todo o país.

³¹ Ver anexo A.

A região de Curvelo sempre se destacou na sua história por estar localizada no centro geográfico do estado³², o Coração de Minas, uma vez que este fator contribuía para transformar a economia da cidade em entreposto comercial, fazendo a ligação do norte e noroeste do estado com sua região central e, posteriormente, com a capital Belo Horizonte. Através de suas fazendas circundantes, o comércio de gado e produtos derivados das lavouras de subsistência crescia, consolidando a cidade em seu papel central da mesoregião do estado.

Em 1836, Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas comprou a fazenda de São Sebastião, a 9 km de onde hoje está localizada Curvelo. Além das atividades normais de uma fazenda da região, como culturas tradicionais e gado, observa-se a presença de doze teares de pau, para produção de vestimentas dos escravos e ensacamento dos produtos da lavoura. A escolha do local se devia à presença de uma excelente queda d'água e estava localizada no centro de uma zona produtora de algodão. Em 1884, foi montada na fazenda uma verdadeira fábrica, com 40 teares e 75 operários (mulheres e crianças escravas), formando a primeira sociedade anônima do estado de Minas Gerais: a Cia. de Fiação e Tecidos Cedro & Cachoeira, datada em 30 de dezembro de 1882. Curvelo começava a se destacar como centro algodoeiro, o que se consolidou de fato com as medidas de incentivo advindas da esfera federal.

Na década de 1920, o Governo Federal pôs em prática uma série de medidas que visavam incentivar e aumentar a indústria de óleos vegetais. O setor de óleo de caroço de algodão foi o que mais se aproveitou da legislação. Em 1922, o Governo Federal foi autorizado a conceder isenção de direitos de importação sobre máquinas e equipamentos para o uso na fabricação de óleos vegetais, incluídas descaroçadeiras e prensas. No início do ano de 1924, por um decreto (n.º 16.396, de 27 de fevereiro de 1924)³³ o Governo Federal usou os poderes conferidos pela lei para conceder amplos incentivos ao cultivo do algodão e às atividades de descaroçamento e fabricação de subprodutos do algodão³⁴. Dentre os benefícios deste decreto, destaco os pontos que se referem à importação de máquinas e equipamentos, ao transporte gratuito, nas ferrovias e companhias de navegação do governo, de sementes, inseticidas e fertilizantes e em especial à “isenção de todos os impostos federais sobre o cultivo do algodão e as atividades de descaroçamento e enfardamento”.

Chamo a atenção, pois com este decreto a produção algodoeira da década de 1930 no país teve um desenvolvimento extraordinário. Diferentemente do cenário mineiro, retratado

³² Ver anexo B.

³³ Suzigan (2000, p. 340).

³⁴ Sobre o aumento da indústria de óleos vegetais ver Suzigan (2000, p. 334).

no subitem 2.2 – “As Transformações das décadas de 1930 e 1940”, onde a área de produção do algodão diminuiu. Em Curvelo, segundo depoimentos, a produção aumentou, seguindo a tendência do algodão nacional da década de 1930, até a década de 1940, a partir deste momento, começou a dar lugar à criação de bovinos da raça zebuína.

Da década de 1940 até os dias atuais, a economia curvelana se diversificou pouco, mantendo-se forte a criação de gado, mas damos destaque ao crescimento do rebanho leiteiro, que proporciona hoje ao município o destaque de um dos maiores produtores de leite do estado de Minas Gerais. Nas décadas de 1980 e 1990, o município manteve-se sempre em primeiro lugar.

Houve também alteração em sua vegetação original do cerrado, modificada pela expansão das pastagens e plantação de eucaliptos. Após 1960, tornou-se um dos principais municípios de Minas Gerais no reflorestamento de eucalipto. Hoje o eucalipto é uma das maiores fontes de renda e emprego do município, gerando aproximadamente cinco mil empregos diretos e indiretos nas empresas reflorestadoras, baseadas na região rural de Curvelo. Curvelo hoje produz $\frac{2}{3}$ (dois terços) das mudas de eucaliptos do Brasil, destinadas ao reflorestamento, sendo líder na produção e desenvolvimento de tecnologias e maquinários para este setor.

Segundo o IEF (Instituto Estadual de Florestas), é um dos mais arborizados municípios do estado, onde predominam espécies florestais como Sibipiruna e Oiti e ocupa também as primeiras posições na produção agropecuária do país de gado zebu.

Atualmente Curvelo é um município com população, estimada em 2004, de 71.871 habitantes. Como se verá adiante, nos anos 1940, a grande maioria da população de Curvelo estava situada na zona rural. No passar de trinta anos o quadro se inverteu, supostamente modificado pelo exôdo rural da população na busca de melhores condições de vida no meio urbano.

A cidade de Curvelo, assim como seu aspecto físico, social e econômico, se transformou ao longo, principalmente, do século XX; e um dos fatores que contribuíram para estas mudanças foi sem dúvida a instalação da Fábrica Maria Amália.

3.2. A relação cidade e fábrica e a reconfiguração do espaço urbano na década de 1940

“Entrevistador: Que lembranças o senhor guarda do tempo em que trabalhou na Fábrica?

Entrevistado: Muitas lembranças, da minha juventude, juntamente com os colegas e chefes, vendo o quanto a cidade de Curvelo crescia, com o salário que era pago pela empresa. Com meu trabalho tive condições de casar e criar minha família.³⁵

A cidade de Curvelo, segundo José Teófilo da Silva (servente de pedreiro em 1940; operário na construção da fábrica, carpinteiro, ex-líder sindical e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Curvelo), em 1941 era a representação do atraso: sem emprego, ruas totalmente de terra, sem rede de esgoto e água encanada, com a colheita de algodão sendo a melhor alternativa de sobrevivência encontrada na cidade. Outros empregos eram encontrados, mas sempre destinados a funcionários públicos, abastados e pessoas com um maior grau de instrução escolar. Às pessoas sem instrução restavam os empregos na lavoura ou de prestação de serviços como carpinteiros, pedreiros e serventes.

Na cidade não se encontravam indústrias ou fábricas, segundo os depoimentos colhidos. Curvelo era a representação do atraso de uma cidade do interior, sem as mínimas condições de vida e emprego. Para Vanda de Oliveira Silva, ex-tecelã, fiscal de pano e passadeira de 1943 até 1973, a vantagem em se trabalhar na fábrica no período de sua inauguração baseava-se na situação em que a cidade se encontrava, “... a vantagem é porque aqui nunca teve emprego, foi o primeiro emprego que teve aqui pra salvar a população, foi a fábrica né”. Quando questionada sobre a importância da fábrica, esta responde que “... foi uma beleza, Curvelo melhorou demais, nossa Senhora, melhorou Curvelo, melhorou o comércio, melhorou tudo, melhorou demais a fábrica aqui em Curvelo.” Implantar a Fábrica Maria Amália, segundo José Teófilo, foi para a cidade de Curvelo o maior acontecimento, sendo os méritos destinados à figura de Viriato Mascarenhas, prefeito no período.

A Fábrica Maria Amália influenciou e mudou os modos de vida dos curvelanos com a sua instalação na década de 1940. A cidade neste período tinha como base econômica a agricultura e a pecuária. A chegada de uma fábrica de tecidos à cidade representava o progresso, a inovação, a modernidade, a integração de Curvelo com o mundo e o que este tinha a oferecer.

Relatos de ex-funcionários e de pessoas que ainda trabalham revelaram que a implantação de uma indústria foi para a época a grande novidade para a cidade e a região. Várias pessoas se aglomeravam nos portões da fábrica entre as trocas de turno devido ao

³⁵ Fonte: Pré-Projeto de pesquisa; Fábrica Maria Amália: “Do sonho a realidade”; Museu Vivo de História Local da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (FACIC). Entrevista feita com Carlos Alves, mecânico de produção de 1944 até 1994.

grande número de trabalhadores (aproximadamente 1700), algo que acontecia somente em missas e finais de semana na praça principal da cidade. Esta aglomeração devia-se também a presença de açougue, cinema, igreja, do primeiro sacolão de verduras da cidade e uma loja que vendia os retalhos da produção.

A Fábrica Maria Amália, ao se instalar na cidade de Curvelo, trouxe consigo novos métodos e novas formas de se administrar e gerir uma empresa. Se observarmos atentamente a bibliografia sobre a cidade a respeito da época, pode-se ver que a fábrica, em relação aos demais empreendimentos instalados no município, se destacava pelo seu porte e por seus novos métodos de se atender a algumas necessidades do trabalhador da época. Além das inovações criadas para se atender à população da cidade, encontrava-se também, exclusivamente para o trabalhador da Fábrica Maria Amália, farmácia, recreio³⁶, mercearia, escola primaria aos filhos, clube, posto de gasolina e posto médico.

As dimensões que a fábrica ocupava, o capital investido e a estrutura montada para que a mesma entrasse em operação eram desproporcionais em relação ao que a região curvelana tinha ou conhecia.

Nota-se que na Fábrica Maria Amália o industrial a construiu já pensando em ter o seu trabalhador próximo dos muros da fábrica ou até dentro, para controlar, disciplinar e até mesmo vigiar. Para tal, a construção da vila operária se fez necessária, onde foram construídas em torno de 900 casas próximas à fábrica. O nome dado a esta vila operária foi Maria Amália, assim como o nome da própria fábrica, uma homenagem à esposa do senhor Othon. A utilização destas casas era condicionada a um pequeno pagamento descontado em folha, sendo a condução do cotidiano destes trabalhadores livre, ou seja, poder-se-ia entrar e sair a qualquer hora na vila, sendo a entrada livre a qualquer pessoa.

Para o industrial Othon, a história havia ensinado que para se evitar greves e movimentos reivindicatórios por melhores salários, o ideal seria criar uma série de aparatos que atraíssem o trabalhador até a empresa, vantagens que no inconsciente do trabalhador o fazia pensar antes de se envolver em movimentos salariais ou grevistas, pois a perda dessas vantagens seria grande, algo não encontrado em todas as empresas. Em uma indústria do porte da Fábrica Maria Amália, onde você encontrava concentrado um grande número de trabalhadores³⁷, a utilização destes elementos controladores se fez necessária, uma vez que não se poderia perder tempo na produção. Um dia parado por greve, por exemplo, geraria um

³⁶ Restaurante dentro da fábrica onde se servia comida a um preço simbólico ao trabalhador, não sendo o trabalhador obrigado a fazer suas refeições neste local; os mesmos poderiam levar a sua própria refeição de casa.

³⁷ O limite de funcionários foi alcançado em 1957 com 2034 operários, sob a administração Othon.

prejuízo enorme. Pensando nisto, o industrial construía a sua fábrica tentando evitar estes atrasos.

Sobre este aspecto, para a cidade de Curvelo a construção da fábrica representava a implantação de mais de mil empregos diretos e com grandes vantagens, pois a empresa fornecia casa³⁸ com água e luz gratuita, escola aos filhos, clube para o lazer, cinema, emprego garantido para os filhos aprendizes, armazém, barbearia e banco de crédito, vários atrativos que despertavam o interesse do trabalhador curvelano.

Como se pode notar, as vantagens oferecidas pela empresa servem como inibidor de movimentos organizados, além de criar a imagem que a empresa é a melhor opção de trabalho e que zela pelo bem estar do trabalhador, “passando despercebido” aos olhos do trabalhador os modelos de produção que visam retirar o seu domínio sobre a produção e extrair o limite da sua capacidade de produção, seja em melhor qualidade, seja no tempo necessário para se produzir determinado produto. Segundo José Teófilo, “o trabalhador da Fábrica Maria tinha tudo, ninguém seria bobo de perder aquelas vantagens”, além de serem os únicos que recebiam salário mínimo da cidade. José Teófilo levanta que o trabalho nas lavouras, como por exemplo, na colheita do algodão, rendia centavos, algo completamente extraordinário, se comparado à Fábrica Maria Amália.

Como consequência da implantação da fábrica, a infra-estrutura do entorno desta foi alterada: redes de esgoto e água encanada foram criadas, ruas foram abertas e houve arborização do entorno da fábrica, que buscavam melhorar a aparência da mesma, assim como os bairros circundantes. Além de desenvolver o local onde se instalou, a fábrica proporcionava também a integração com a sociedade local, através de festas e eventos que integravam a empresa ao cotidiano. Como afirmam Juvenal Pereira Soares e Maria Auxiliadora Ferreira Soares, casal freqüentador da residência dos Othon (Casa Grande), a empresa patrocinava festas e campeonatos de futebol a toda a sociedade, além de manterem serviços abertos para toda as pessoas da cidade. Outro fator que despertava a atenção, principalmente dos homens, era a troca de turmas às 22 horas, onde a concentração de pessoas, na sua maioria do próprio bairro da empresa, se tornava alta, tornando a portaria da empresa um novo “ponto de encontros” da cidade, ou seja, a empresa havia se integrado à cidade e ao cotidiano da mesma.

A Casa Grande³⁹ era a residência destinada ao uso dos Othon e está localizada dentro das dependências da fábrica. Já a sua utilização se dava entre uma ou duas vezes por ano. A

³⁸ Sobre vilas operárias e o aparato montado ao trabalhador, ver Teixeira (1990).

³⁹ Anexo D: Casa Grande.

Casa Grande apresenta uma capela nas suas dependências onde eram realizadas as cerimônias comemorativas do Dia do Trabalho, ou seja, o “patrão” recebia os funcionários em sua residência, ocorrendo casos de trabalhadores que chegaram a almoçar com o senhor Othon. Segundo Alice Schmidt Duarte, governanta da Casa Grande de 1947 até os dias atuais, o senhor Othon

(...) trazia todos os dias que ficava aqui quinze funcionários para almoçar com eles. Tirava um de cada sessão sem avisar, o funcionário ia do jeito que estava. As pessoas ficavam inibidas, pois estavam sujas de algodão, mas ele não se incomodava, e todo mundo ia dar um parecer sobre o que estava acontecendo na Fábrica. Hoje não acontece isso. (Depoimento Verbal)⁴⁰

Alice Schmidt continua demonstrando que o Senhor Othon se diferenciava dos padrões convencionais: “O Senhor Othon era gente fina demais, gente humana, tratava todo mundo como gente deles mesmo”. Por sua construção requintada, a Casa Grande já hospedou figuras ilustres da política brasileira, como: os presidentes Juscelino Kubitschek, João Goulart e Jânio Quadros e outros políticos como Tancredo Neves, Marechal Lott, Renato Azeredo e Benedito Valadares.

A praça ou jardim⁴¹ construído pela empresa para a recreação dos funcionários pode ser descrita pela sua exuberância através do depoimento do General Rocha de Oliveira, operador de caldeira desde 1949.

Então a vila era uma beleza tinha um jardim aí um trem de luxo, o povo da cidade vinha freqüentar o jardim da Maria Amália que era em frente o campo de futebol trem de luxo, então era tudo comentado, bela, vão para o jardim da Maria Amália todo mundo queria ver a beleza que era. (Depoimento Verbal)⁴²

Já o cinema⁴³ era outra atração da Fábrica à comunidade curvelana, ainda segundo General Rocha

⁴⁰ Entrevista concedida por Alice Schmidt Duarte, em novembro de 2004.

⁴¹ Anexo D: Iconografia Fábrica, bairro Maria Amália, jardim, Clube Maria Amália, Escola Maria Amália, José Teófilo, trabalhadores e condições de trabalho.

⁴² Entrevista concedida por General Rocha de Oliveira, ao Museu Vivo de História Local, em novembro de 2000 e 2004.

⁴³ Chamo a atenção para a questão da hora extra no domingo, pois segundo Satiro Alves Martins, supervisor de turno a partir de 1942 até 1991, aquele trabalhador que fizesse hora extra no domingo, ganhava como gratificação uma entrada para o cinema.

A coisa melhor que tinha era o cinema não tinha recurso, não era aqueles bancão, sentavam quinze a vinte pessoas e ligava o aparelho trem de luxo, baratinho naquele tempo sei que o povo da cidade vinha pra Maria Amália assistir junto com os empregados maior satisfação cabava o cinema o povo ia pro jardim trem de luxo beleza...(Depoimento Verbal)⁴⁴

Sobre a vila operária, José Teófilo nos dá a descrição do ambiente e das suas vantagens. Quando se deu a criação da vila

Os trabalhadores tornaram independentes da cidade. Pois a vila tinha farmácia, loja, açougue, cinema, igreja, armazém clube, campo de futebol, parteira, médico. Tínhamos de tudo, inclusive remédio de graça. Tinha até música, o JAZZ, baile de quinze em quinze dias, teatro. Era uma vida de conforto e todos ganhavam bem. O salário mínimo naquela época valia mais, tínhamos uma situação muito boa. Os bailes eram para os empregados, mas vinha convidados de fora, eu mesmo levei muitos. (Depoimento Verbal)⁴⁵

Além destes benefícios, o bairro contava ainda com uma guarda particular que fazia a segurança das residências. General Rocha de Oliveira afirma que “não era preciso nem da gente vir até o centro da cidade”(Depoimento Verbal)⁴⁶. Há que se destacar neste momento a fala de Satiro Alves Martins, que foi supervisor de turno trabalhando quarenta e nove anos a partir de 1942, que afirma que

... se não fosse a Fábrica Maria Amália não tinha Curvelo. (...) O crescimento de Curvelo dependeu muito da Fábrica, quando eu mudei pra aqui só tinha poucas casas em Curvelo e pegava água em chafariz, depois que mudou pra vila, já tinha água, e isto foi uma vantagem grande.(Depoimento Verbal)⁴⁷

As diferenças entre o que a cidade apresentava e as condições de vida do bairro Maria Amália são evidentes. Na década de 1940, quando se deu a inauguração da Fábrica, facilmente poderia se ouvir que a empresa e suas instalações poderiam ser consideradas uma cidade a parte de Curvelo, a sua planta superava o nível de vida da população curvelana. Chamo a atenção para as fotos aéreas do anexo E, onde podemos notar claramente que a cidade de Curvelo não estava ligada fisicamente com as instalações da empresa. Mais uma

⁴⁴ Entrevista concedida por General Rocha de Oliveira, ao Museu Vivo de História Local, em novembro de 2000 e 2004.

⁴⁵ Entrevista concedida por José Teófilo em março de 2006.

⁴⁶ Entrevista concedida por General Rocha de Oliveira, ao Museu Vivo de História Local, em novembro de 2000 e 2004.

⁴⁷ Entrevista concedida por Satiro Alves Martins, ao Museu Vivo de História Local, em novembro de 2000.

vez fica evidente que a fábrica se tornava importante no seio da sociedade curvelana, pois o crescimento da cidade se deu objetivando englobar os limites da Fábrica, seja através da construção de casas por meios próprios dos funcionários que não foram beneficiados com as casas cedidas pelo grupo Othon, já que o número de casas construídas não era suficiente, ou por meio da especulação imobiliária que buscava alugar os imóveis aos trabalhadores que objetivassem residir próximo à empresa.

Sem dúvida a empresa modificou o ambiente da cidade e as relações sociais e até criou novos locais de integração da população, um novo circuito social fora criado. Tais fatos demonstram o nível de integração que a empresa alcançou na cidade e com a sua população, demonstrando que a Fábrica Maria Amália foi e é parte integrante da realidade curvelana. Esta integração fica mais evidente ainda com a presença da sirene que marca as trocas de turno e horários de refeições. Como afirma Lopes em sua obra “A tecelagem dos conflitos de classe”, as chaminés serviam para indicar a dominação, a presença doutrinadora da empresa sobre os trabalhadores e sobre a cidade de Paulista. A sirene da Fábrica Maria Amália demonstra similarmente que está presente no cotidiano da cidade, marcando as horas da cidade e seus acontecimentos.

Assim como Paulista, cidade do interior de Pernambuco, Curvelo, cidade do interior de Minas, desde sua instalação, acompanha a Fábrica Maria Amália com sua sirene, marcando e determinando a ritmo da cidade, uma vez que boa parte da cidade pode ouvir o seu toque. A sirene serve para a empresa determinar aos seus trabalhadores os horários a serem cumpridos. Independentemente de sua função ser determinada para alertar os seus trabalhadores e os moradores do bairro da empresa, inevitavelmente esta acaba determinando o ritmo também para a cidade, como se boa parte da cidade vivesse em função dos horários da empresa, ou se dependesse do ritmo imposto pela sirene para ajustar os relógios.

Fato interessante a se destacar relaciona-se com o fechamento da fábrica em 1992. Por alguns meses, enquanto a fábrica esteve fechada, durante o processo de compra e venda por parte de outro grupo empresarial, a sirene não funcionou. Segundo depoimento de Maria Elizabete de Oliveira, ex-funcionária da tecelagem, assim como nas falas de outros entrevistados, a falta da sirene fez com que as pessoas ficassem sem um referencial.

3.3. O crescimento urbano e as transformações da relação fábrica/cidade

As transformações do espaço urbano ao longo das décadas seguintes à implantação da fábrica em 1941 são visíveis. Curvelo cresceu a sua concentração populacional na área

urbana, seja pelo êxodo rural ou pela simples busca de melhores oportunidades. Como se pode observar, se pegarmos os anos de 1940 e 1991 (um ano antes da troca de administração da fábrica), é clara e notória a virada nos números da zona rural que detinha a maior concentração na década de 1940, para a década de 1990, quando verificamos uma virada e um acréscimo populacional (ver tabela 10), sendo esta consolidação derivante do processo industrial brasileiro e das melhores condições de vida da sociedade brasileira. Especificamente no caso curvelano, este é um fator relevante, por ser um município de grandes proporções, 3.292 km², onde o número de residentes no interior tende a ser significativo quando se faz o levantamento da população total.

Para melhor compreendermos o cenário populacional de Curvelo, primeiro analisaremos os dados populacionais do Estado, mais precisamente a região central, e depois nos ateremos aos números de Curvelo. Segundo dados de Wirth (1982), 25% da população mineira vivia em cidades, em 1940. Este percentual torna-se considerável para a época, se compararmos com o censo de 1920, onde apenas 11% da população mineira vivia em sedes urbanas. Ou seja, comparando com o censo de 1940, um acréscimo de 14% demonstra que a população mineira estava deslocando-se para os centros ditos urbanos para a época, e aqui não me refiro ao Estado no geral; como foi abordado, a região central de Minas despontava como forte candidata a receber este fluxo, pois concentrava 43% da mão-de-obra do Estado em 1937 (ver tabela 10) e a construção da Estrada de Ferro Central do Brasil viabilizava o transporte de pessoas, matéria-prima e produtos acabados.

Na tabela 08 podemos ver no centro de Minas Gerais, incluindo-se nesta análise Curvelo, há uma queda acentuada da população em 1920, com uma ligeira recuperação a partir de 1940. Isso demonstra que as medidas tomadas por Benedito Valadares surtiram efeito, ou seja, o incentivo a plantações que dessem sustentação para a implantação de indústrias em solo mineiro estava gerando os primeiros frutos. O aumento na densidade populacional do centro do Estado estava igualando com a região Sul confirmando um atrativo para a população migrar para as cidades centrais do estado, ou simplesmente continuar estacionada na sua região de origem.

TABELA 08
Porcentagem da população nas principais regiões de Minas Gerais (1872-1940)

Zona	1872	1890	1900	1920	1940
Norte	17%	16%	16%	15%	13%
Leste	-	4	4	11	15
Centro	26	25	25	16	18
Triângulo	7	6	6	6	7
Oeste	12	12	11	12	12
Sul	19	19	20	21	18
Mata	17	17	18	18	17

Fonte: Wirth (1982, p. 61)

Como Curvelo apresenta-se neste cenário? Se observarmos os dados do crescimento populacional da cidade, notamos que a implantação de Fábrica Maria Amália, dentro do plano de expansão do governo Benedito Valadares, foi de fundamental importância para o processo migratório se observados os dados da tabela 09.

TABELA 09
População residente de Curvelo

Anos	Urbana	Rural	Total
1940	12.423	32.432	44.855
1950	14.156	29.561	43.717
1960	21.772	31.280	53.052
1970	31.134	14.289	45.423
1980	39.809	10.961	50.770
1991	47.987	11.028	59.015
2000	58.697	8.307	67.004
2002 (1)			69.300

Fonte: IBGE, Anuários Estatísticos de 1940, 1950, 1960 e 2002.

(1) Dados preliminares
1939 64.685

Analisando as décadas de 1940 a 1970, pode-se observar claramente como a implantação de uma indústria no ambiente urbano transforma o meio. Chamo a atenção para um fator importante nesse período: nos anos de 1948 e 1962, o município perde quatro

distritos⁴⁸, sendo o de Felixlândia em 1948 e em 1962 os de Inimutaba, Presidente Juscelino e Morro da Garça. Nestes momentos, podemos observar um declínio no número total da população do município, mas a população urbana mantém o seu crescimento de forma constante.

TABELA 10
Indústria de Minas Gerais - 1937

Região	Mão-de-obra	Estabelecimentos
Centro	43%	19%
Mata	26	28
Sul	17	31
Total	86%	78%

Fonte: Wirth (1982, p. 94)

Outro dado importante pode ser visto na tabela 10, a princípio podemos ver que parte significativa dos estabelecimentos industriais estavam concentrados no sul de Minas. Mas a mão-de-obra estava concentrada, quase que a sua metade, no centro, onde era a “sede também da indústria de ferro e aço e das usinas têxteis tanto na capital quanto no norte, ao longo da linha principal da Central do Brasil.” (WIRTH, 1982, p. 94). No que tange a Curvelo, a concentração de mão-de-obra no Centro do Estado pode ser entendida como um fator a mais de sustentabilidade para a implantação do projeto na cidade, além é claro dos benefícios auferidos com a Estrada de Ferro Central do Brasil, que permitia, como relatado na citação acima, o transporte do algodão e de pessoas, assim como o escoamento da produção.

Não podemos deixar de lado os outros fatores que interferiram nestes dados, como a melhora nas condições de vida e os resultados econômicas conseguidos pelo país neste período, assim como a ampliação das malhas ferroviária e rodoviária do Estado.

As cidades ao norte de Belo Horizonte desenvolveram-se rapidamente quando a Central chegou, estimulando a indústria têxtil em Sete Lagoas e Curvelo, que usava o algodão do norte de Minas, e promovendo a agricultura. (WIRTH, 1982, p. 105).

⁴⁸ Em 1867, Curvelo sofre a primeira mutilação em seu área, ao perder o território do Curato de Taboleiro Grande, anexado ao Município de Sete Lagoas. Em 1911, sofre a sua segunda mutilação ao perder o território de Pirapora, elevado à categoria de cidade. O Município ainda sofreu mais mutilações em seu território em 1923 (Corinto), 1938 (os distritos de Traíras e Santo Antônio da Lagoa, anexados ao município de Cordisburgo pelo decreto Lei nº 148 de 17-15-1938), 1948 (Felixlândia) e por último em 1962, quando perdeu os Distritos de Inimutaba, Morro da Garça e Presidente Juscelino.

Mas há que se destacar que para a cidade de Curvelo, a Fábrica Maria Amália foi sem dúvida a base desta transformação.

Como em todo o resto do Brasil, as cidades atraíam os moradores do campo com seu movimento, seus cinemas, e farmácias, suas escolas e centros de saúde pública e, acima de tudo, *sua oferta de trabalho*. (WIRTH, 1982, p. 63).

Ou seja, a cidade de Curvelo desenvolvia-se e passava a ser um pólo algodoeiro produtor de tecidos crus. A geração de renda e empregos atraía curvelanos residentes no campo, além de uma melhor condição de vida.

Portanto, a inauguração da Fábrica Maria Amália, em 1941, pode ser entendida como um dos fatores deste processo migratório. A busca por melhores condições de vida e oportunidades com certeza foi um dos grandes incentivos. Em Curvelo, é fácil encontrar famílias que vieram da zona rural para a zona urbana neste período, e os principais motivos levantados concentram-se na dificuldade de transporte e de vida. A cidade de fato poderia suprir os anseios destes migrantes.

A oportunidade de se trabalhar em uma empresa têxtil, com boa remuneração e estabilidade, garantida através do aparato assistencialista, motivou a migração de vários trabalhadores rurais. Reflexo deste período pode ser observado na quantidade de pessoas em Curvelo que já trabalharam na Fábrica Maria Amália, hoje trabalhadores com idade média de 70 a 50 anos.

O trabalhador recém chegado à cidade via na Fábrica um local potencial para trabalhar, um trabalho que não requeria estudo, somente força física, no caso dos homens. A empresa treinava o trabalhador antes de este iniciar as atividades na planta produtiva, o que garantia padronização, evitando prejuízos e perdas, ou seja, trabalhar na Fábrica Maria Amália não era “um sonho”, a oportunidade tornava-se viável.

Como levantou José Teófilo, as oportunidades de emprego e renda no município estavam restritas ao comércio local e à lavoura algodoeira, o que limitava as oportunidades. Com a instalação da Fábrica este cenário se altera, a economia local se transforma, seja pelo capital injetado no município ou pelo simples fato da concentração populacional contribuir com o alavancamento da economia.

A Fábrica Maria Amália criou um novo mercado de trabalho, elevando os salários pagos, despertando o interesse e forçando o comércio local a seguir a empresa. Um exemplo desta fala se confirma na loja de retalhos, presente no interior da estrutura produtiva, que

vendia retalhos e sobras de panos a preços abaixo do mercado. A presença desta loja de fato forçou o comércio local a se adequar à nova realidade.

Traçando um paralelo da inauguração até os dias atuais, é preciso notar que no decorrer de várias décadas a situação da Fábrica Maria Amália se alterou. A sirene ainda continua marcando presença, mas as funções da fábrica, de grande geradora de empregos e excelentes remunerações, não se condizem mais. A realidade dos curvelanos alterou-se, a fábrica deixou de ser a única alternativa de emprego e inovações da cidade. O emprego diversificou, o eucalipto e a gado bovino deram ao município outro tipo de receita econômica, além de Curvelo ter se tornado um centro de serviços e comércio, em função de sua localização geográfica.

Mas é interessante ressaltar que a fábrica volta a ser foco de interesse, e isto pode ser comprovado com o número de currículos entregues no departamento pessoal. É lógico que a questão predominante hoje em se escolher a Fábrica Maria Amália não é a mesma. Com a oferta de emprego cada vez mais declinante e a oferta de mão-de-obra sempre crescente, a busca por um emprego sólido, que ofereça todos os direitos trabalhistas aos seus 1.055 trabalhadores, que ganham cestas básicas, plano de saúde entre outros benefícios, com certeza atrai candidatos.

Parte da população curvelana se vê obrigada a trabalhar na empresa, uma vez que não se tem alternativas. Há que se notar também que a empresa controla todos os processos produtivos, e o processo de terceirização ainda não chegou à empresa, o que garante ao trabalhador melhores salários, em relação à atual situação dos trabalhadores da indústria no Brasil.

Portanto o cenário alterou-se, mas a empresa continua influenciando, salvo as mudanças econômicas e mercadológicas atuais, na questão empregatícia. Qualquer empresa, para a realidade curvelana, que gere 1055 (um mil e cinqüenta e cinco) empregos diretos tem o seu valor reconhecido para a comunidade do município.

4. A FÁBRICA MARIA AMÁLIA E A CIDADE DE CURVELO

4.1. A Fábrica Maria Amália e suas relações de trabalho

O Grupo Othon foi fundado por Othon Lynch Bezerra de Mello⁴⁹, nascido em Limoeiro, estado de Pernambuco, em 1880 e falecido em Recife, em 1949, aos 69 anos de idade. Em 1905, aos 25 anos, o Sr. Othon iniciou sua trajetória de empresário de sucesso, com uma pequena loja de tecidos que, em 1909, recebeu o nome de Othon & Mendes. Em 1925, ele adquiriu em Pernambuco, a Fábrica de Tecidos Apipucos, mais tarde, o Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A. Em 1941, a empresa se expande para o sul do país, adquirindo fábricas de tecidos em Curvelo (MG) e Stº Aleixo (RJ). Somente em 1943, o Sr. Othon resolveu diversificar seus negócios fundando a Companhia Açucareira de Stº André do Rio Una. No final de 1943, fundou a Companhia Brasileira de Novos Hotéis, hoje conhecida como Hotéis Othon.

O Grupo empresarial Othon Bezerra de Mello possuía uma diversidade de investimentos na década de 1940, sempre buscando reinvestir o capital acumulado. Esta diversidade de investimentos se comprova com a composição estrutural do grupo, tendo participações em ramos, algumas vezes não afins, como a rede de hotéis “Othon Palace”, imobiliárias, indústrias têxteis, indústrias açucareiras e importadora.

No caso específico da Fábrica Maria Amália, a figura do prefeito Viriato Mascarenhas Gonzaga foi decisiva para a implantação do projeto, como podemos observar:

Othon Bezerra de Mello ouvira falar de Curvelo, nos idos de 1941. Ele fora procurado no Rio de Janeiro por Viriato Mascarenhas Gonzaga, seu jovem e ativo Prefeito, que pretendia transformar a pequena cidade de então em prospero centro industrial. Curvelo, apesar de pequena, já era então, um importante centro de produção de algodão da região e o seu dinâmico e operoso prefeito estava decidido a estimular todo o potencial de seu rincão.⁵⁰

Viriato apresentou as vantagens que o município possuía para a implantação de uma indústria têxtil, como: linha férrea⁵¹ e estrada rodoviária⁵² que faziam a ligação da cidade com

⁴⁹ Ver anexo C.

⁵⁰ Fonte: Folder comemorativo dos cinquenta anos de existência da fábrica na cidade de Curvelo.

⁵¹ A EFCB (Estrada de Ferro Central do Brasil) chegou a Curvelo em 05/09/1904.

⁵² A BR 135 faz a ligação de Curvelo e a região central de Minas Gerais com o nordeste, chegando até São Luiz no Maranhão.

a capital do estado; estava situada no centro geográfico de Minas Gerais, o que facilitava o escoamento da produção para qualquer parte do país, principalmente para o Estado de São Paulo e para Belo Horizonte; fontes de água; doação do terreno onde seria construída a fábrica; potencial hidroelétrico através da usina da Ulha Branca, fundada em 1927 para atender as necessidades da região; e a grande produção de algodão na época⁵³, na região de Curvelo. Contava também com o apoio político e financeiro do governo estadual na figura do governador Benedito Valladares, primo de Viriato, que assegurou total apoio à consolidação do empreendimento, dentro da sua política de expansão industrial.

Sobre o apoio político garantido ao grupo Othon para a implantação do projeto podemos destacar o texto comemorativo aos cinquenta anos da empresa na cidade onde se afirma que “... foi o governador Benedito Valadares, homem de grande visão e sensibilidade política e social quem convidou Othon Bezerra de Mello a levar para Minas o seu talento empreendedor, assegurando-lhe desde logo o total apoio do seu governo.”

O apoio promovido pelo governador Valladares resultou na facilitação da compra das terras em torno do lago da Companhia Luz e Força Ulha Branca, no distrito de Paraúna, que forneceria energia elétrica para a fábrica e cidades circunvizinhas a Curvelo, como Corinto, Diamantina, Gouveia e Sete Lagoas. Segundo José Antônio Cardoso; escriturário da Ulha Branca em Curvelo (funcionário de 1971 até 20 de junho 1978, quando foi transferido para a CEMIG), o fornecimento era inconstante e insuficiente para atender à demanda a qual a Fábrica Maria Amália necessitava; para que a mesma pudesse dar o suporte necessário para a concretização do empreendimento, deveria ampliar a sua capacidade instalada.

O nome: Fábrica Maria Amália, foi uma homenagem à esposa de Othon Bezerra de Mello. O capital social inicial foi de 5.000:000\$000 (cinco mil contos de réis). A fábrica ocupava uma área de 280.000 m², produzia tecido cru⁵⁴, vendido na sua maioria para estamparias ou tinturarias da grande São Paulo. Em 1991, produzia anualmente 740 mil metros lineares de tecidos ou 1.406.000 metros quadrados. Empregava em torno de 1.200 trabalhadores em cinco turnos de produção ininterruptos, vinte e quatro horas por dia, mudando e transformando o cenário urbano-rural da cidade de Curvelo, além das relações de trabalho.

⁵³ A produção algodoeira era suficiente para sustentar a Fábrica Maria Amália e a Cedro Cachoeira, ambas localizadas no município. A quantidade exata da produção de algodão do município não foi encontrada, apenas comentários. Para os dias atuais, a produção é considerada insignificante, somente para subsistência, já que a lavoura foi trocada pela criação de bovinos, da raça zebuína e pelo cultivo do Eucalipto.

⁵⁴ As peças produzidas tinham a largura de 2,20 m., 1,65 m. e 1,43 m..

Othon Bezerra de Mello foi também um intelectual. Recebeu prêmios literários das Academias de Letras de Minas Gerais, Pernambuco e Alagoas. Parte interessante deste folder retrata a vida e o trato do empresário Othon com seus funcionários:

Sempre foi um devotado ao trabalho e reconhecido por seus funcionários como homem justo e preocupado com o bem-estar social da comunidade na qual atuava. A justiça raramente era acionada para resolver questões trabalhistas, os compromissos de direitos e deveres entre empregado e patrão sempre prevaleceram nas empresas do Grupo Othon.⁵⁵

A imagem que temos da indústria têxtil, principalmente a que foi retratada em dezenas de filmes a respeito da Revolução Industrial e da incipiente industrialização brasileira, apresenta-se como aquela em que vemos um número acentuado de mulheres e crianças trabalhando, em jornadas de quatorze ou até dezoito horas diárias, com os chefes de sessão a todo o momento cobrando e controlando os trabalhadores para que os níveis de produção não caíssem. Diferentemente desta visão, na Fábrica Maria Amália não eram encontradas crianças menores de 14 anos, pois a legislação do período não permitia o ingresso de crianças menores desta idade.

A composição da mão-de-obra da Fábrica Maria Amália era na sua maioria feminina, sendo que aos homens eram atribuídas as tarefas que exigissem força física⁵⁶. Desta forma, a presença de homens só era notada em determinados setores, sendo a concentração de mulheres principalmente na fiação e tecelagem. As condições de trabalho não se diferenciam da realidade a que a indústria têxtil historicamente sempre teve: a de exploradora da mão-de-obra em ambientes insalubres⁵⁷. Mas pelo fato da empresa ter sua origem no governo Vargas, as questões trabalhistas sempre foram respeitadas, tendo os trabalhadores todos os seus recém-adquiridos direitos trabalhistas assegurados, assim como algumas condições de trabalho.

O ambiente têxtil fabril da Fábrica Maria Amália provinha um avançado sistema de aspersores⁵⁸ e de resfriamento do telhado que, além de evitarem a quebra dos fios na tecelagem, mantinham a umidade alta no ambiente. Este sistema era inovador para a região e foi apresentado pela empresa à comunidade como um sistema apropriado para manter a qualidade do ar para os trabalhadores, respeitando assim a legislação governamental; tornando

⁵⁵ Fonte: Folder comemorativo dos cinquenta anos de existência da fábrica na cidade de Curvelo.

⁵⁶ Relatos dos trabalhadores do período.

⁵⁷ Sobre condições de trabalho, insalubridade em ambientes fabris e mão-de-obra, ver Giroletti (1991); Matos (1996); Teixeira (1990); Weid (1986).

⁵⁸ O nome dado pelos funcionários ao sistema de aspersores era “ventilador de água.” Ver anexo D.

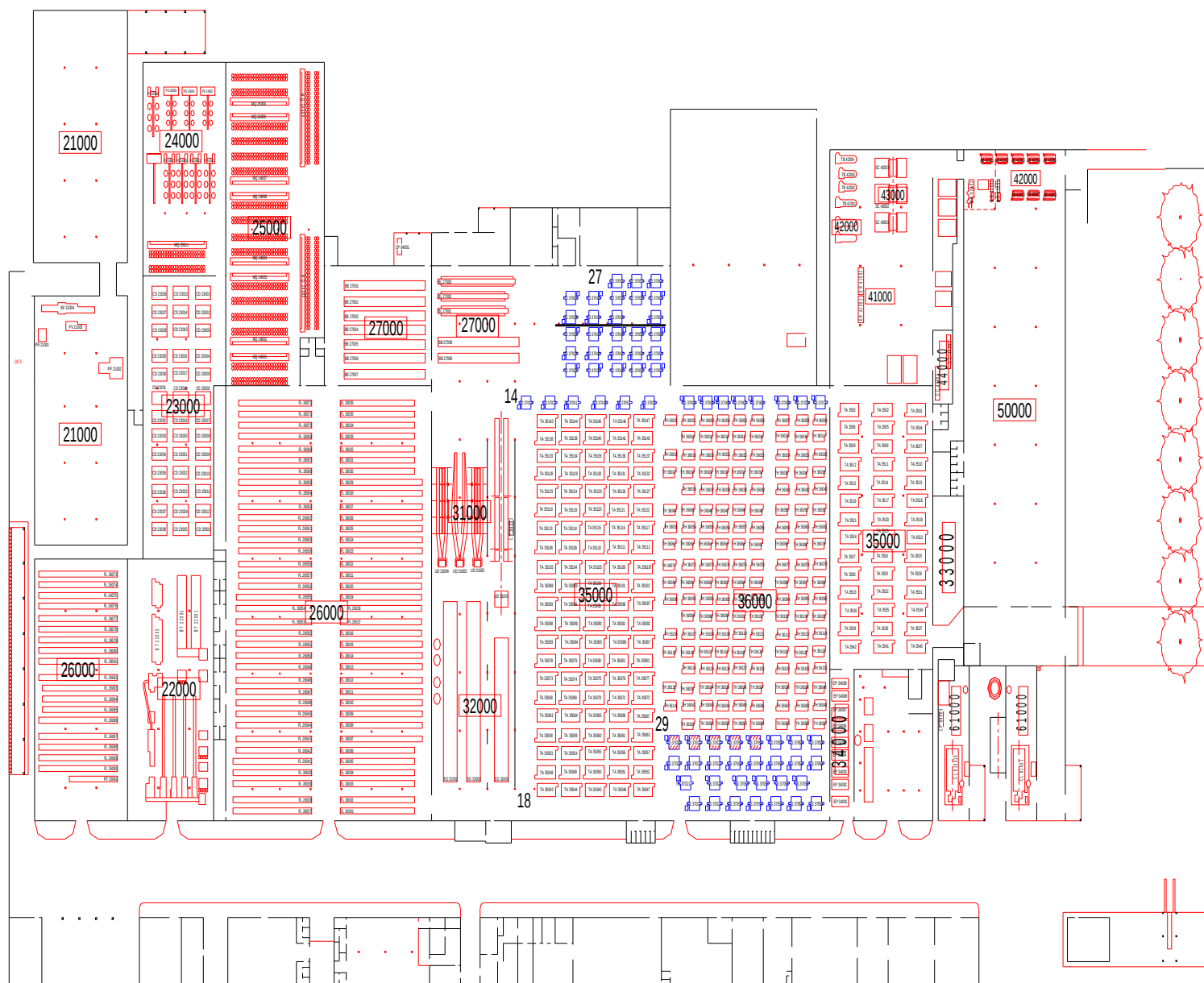
menos insalubre o ambiente aos trabalhadores. Chamo a atenção para a criação do sistema de aspersores e resfriamento do telhado; o sistema fora criado para atender a solução de um problema técnico e não para garantir “um ambiente saudável” aos trabalhadores, o uso deste como um sistema voltado para atender o trabalhador, não se confirma, pois há de se notar a dificuldade histórica que o setor têxtil encontra para evitar a quebra dos fios durante o processo produtivo, o que representa perdas na produção, uma vez que as máquinas param suas atividades até que o fio seja emendado, dando assim seqüência ao trabalho (Sobre o processo de produção ver à frente: Organograma: Divisão Produtiva da Fábrica Maria Amália). Portanto o uso destes destinava-se a atender questões técnicas e não trabalhistas, a alta umidade garantia maior resistência ao fio do algodão, em segundo plano atendia ao trabalhador, diminuindo a temperatura interna e se enquadrando à legislação.

Já a questão dos níveis de ruído não era respeitada, isto sendo comprovado pelo número de casos em que ex-empregados relataram ter algum tipo de deficiência auditiva ou até a perda parcial da audição⁵⁹. Os protetores auriculares e as máscaras respiratórias só foram introduzidas no ambiente fabril da Maria Amália quando se deu a troca do controle administrativo, em 1992, já no cenário dos projetos de Segurança no Trabalho, com a contratação de um técnico em Segurança do Trabalho. O uso dos equipamentos básicos de segurança, como o protetor auricular e a máscara respiratória, foi considerado de uso obrigatório e a não utilização dos mesmos, caso detectado pela chefia, era passível de advertência e em caso de reincidência a perda da cesta básica a que o trabalhador tem direito todo mês.

Para facilitar a apresentação e a questão da organização da fábrica, se faz necessário que mostremos como a empresa estava disposta através da planta da mesma, para podermos perceber o caminho físico feito pelo algodão. Para tal, criamos também um organograma dos setores produtivos da Fábrica Maria Amália, como se vê a seguir:

⁵⁹ Sobre as condições de trabalho da fábrica ver anexo D: Iconografia da Fábrica, bairro Maria Amália, jardim, Clube Maria Amália, Escola Maria Amália, José Teófilo, trabalhadores e condições de trabalho.

Planta da Fábrica Maria Amália



Fonte: Fábrica Maria Amália

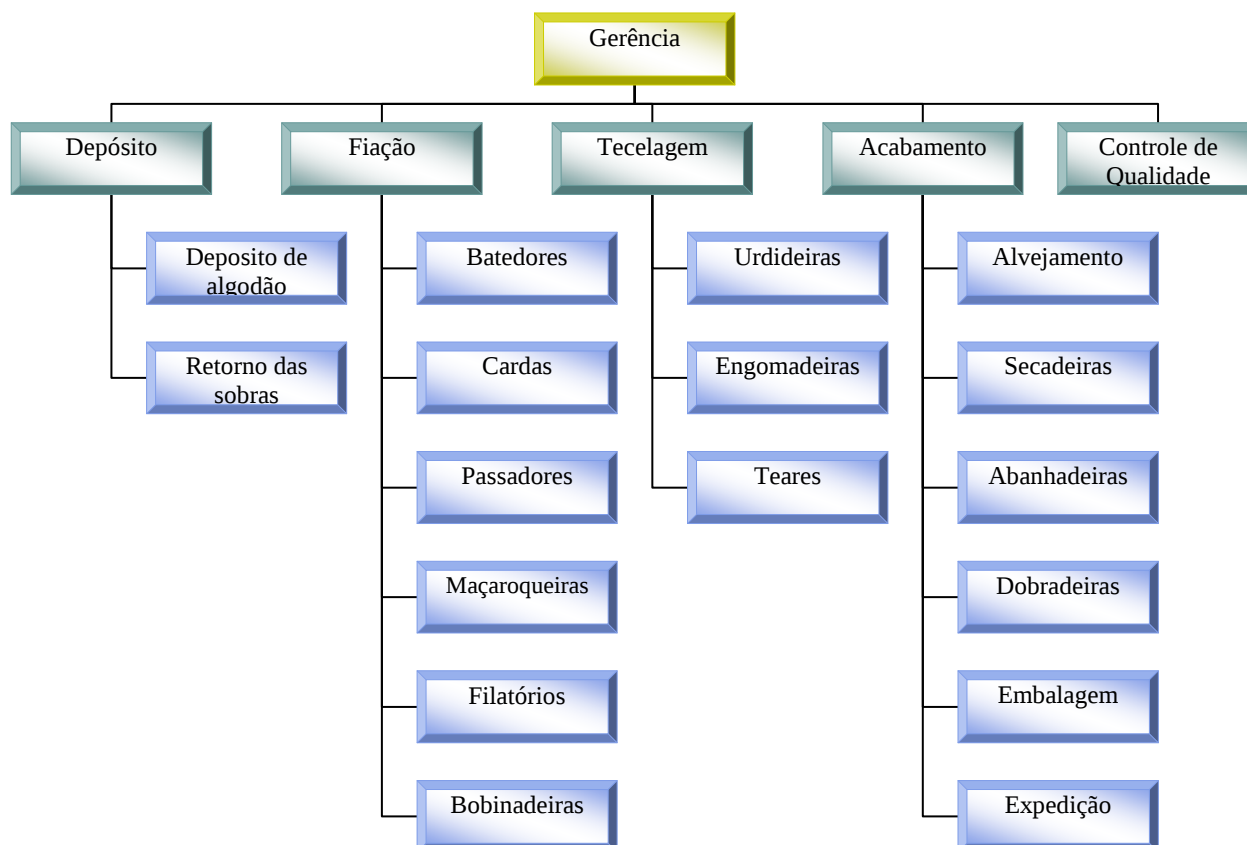


Figura 01 - Organograma: Divisão produtiva da Fábrica Maria Amália
Fonte: próprio autor

Depósito

O depósito é constituído de duas partes, sendo a primeira destinada à estocagem da matéria-prima, o algodão, que chega em fardos pesando em média de 100 a 120 quilos. A segunda parte destina-se ao recebimento das sobras da produção, desde os batedores até a expedição. Qualquer sobra ou produto inadequado à comercialização retorna ao estoque a fim de ser reaproveitado, e a este processo dá-se o nome de retorno ou reprocesso⁶⁰.

⁶⁰ A Fábrica Maria Amália tem a menor perda da indústria têxtil do Brasil no processo de Fiação, chegando a 6% de perda, desde a entrada do algodão nas Cardas até sua saída nas Bobinadeiras.



Depósito (Legenda 21000)
Fonte: acervo pessoal

Fiação

O grande problema e um dos maiores gargalos da indústria têxtil consiste em dar resistência ao fio do algodão, para que o mesmo suporte o processo de tecelagem, sem que se rompa, garantindo assim maior produtividade evitando a parada do tear. Durante o processo de transformação no setor de fiação, as máquinas trabalham no intuito de reduzir o algodão, transformando-o em fios resistentes, ao passo que também ocorre o processo de limpeza como o de sementes do algodão, terra e ciscos presentes, que poderão atrapalhar a produção. Há que se destacar que até o último processo do filatório, que se consiste nas Bobinadeiras, o algodão sofre diversos processos de purificação.

O processo de se fazer tecido inicia-se nos Batedores, que são destinados a abrirem o algodão enfardado. Neste momento o algodão é transformado em rolos para o melhor beneficiamento, retirando parte das impurezas que a matéria-prima apresenta. As Cardas recebem os rolos produzidos pelos Batedores; nesta fase os rolos, que se parecem com mantas, são transformados em fios de espessura aproximada de uma polegada. Nos Passadores, o algodão passa por dois processos. No primeiro, os fios que vêm das cardas são

reduzidos em espessura ganhando mais resistência. No segundo processo, o fio será reduzido novamente, o que lhe dará resistência suficiente para suportar a tensão ao qual será submetido nas Maçaroqueiras. Nas Maçaroqueiras o fio novamente será reduzido em um processo onde este será esticado. Ao final o fio se torna frágil, sendo enrolado nas canelas (no formato de um cone), formando assim os pavios que serão encaminhados para os Filatórios. No Filatório o fio terá sua espessura novamente reduzida, mas diferentemente do fio produzido pelas Maçaroqueiras, este resiste melhor à tensão a que será exposto. Na bobinadeira, o fio novamente é reduzido e sofre o último processo de limpeza da Fiação, sendo enrolado em bobinas. Neste último processo, o fio é preparado para ser enviado à Tecelagem. Há que se ressaltar a quebra de continuidade que existe entre a Fiação e a Tecelagem, uma vez que a produtividade dos filatórios tem de ser superior à da tecelagem, pois o processo de fazer tecido requer grandes quantidades de bobinas. A Fiação deve controlar a produtividade para que não falte e nem sobre produção. Ambas, separadamente, são processos contínuos; entretanto, há uma quebra do processo quando se passa de uma para outra, altera-se o processo de produção.



Batedores (Legenda 22000)

Fonte: acervo pessoal



Batedores (Legenda 22000)
Fonte: acervo pessoal



Batedores (Legenda 22000)
Fonte: acervo pessoal



Batedores (Legenda 23000)
Fonte: acervo pessoal



Cardas (Legenda 23000)
Fonte: acervo pessoal



Mantas que serão encaminhadas aos Passadores
Fonte: acervo pessoal



Passadores (Legenda 24000)
As mantas são transformadas em fios e passadas para latas.
Fonte: acervo pessoal



Maçaroqueiras (Legenda 25000)
Primeira etapa.



Maçaroqueiras (Legenda 25000)
Segunda etapa onde os fios são transferidos para pavios. Pode-se notar a suspensão de partículas no ar.
Fonte: acervo pessoal



Filatórios (Legenda 26000)
Fonte: acervo pessoal



Máquinas da Fiação (Legenda 27000)
Fonte: acervo pessoal



Filatórios reduzindo os fios que vieram das Maçaroqueiras
Fonte: acervo pessoal



Bobinas sendo enroladas.
Fonte: acervo pessoal



Bobinas prontas para as Urdideiras ou para os teares.
Fonte: acervo pessoal

Tecelagem

No processo de urdissagem, as bobinas são passadas pela Urdideira, onde se unem e aliam os fios. Em média, para a Fábrica Maria Amália, são quinhentas bobinas, mas esta quantidade depende do artigo a ser fabricado. As bobinas são dispostas de tal forma que são transferidas para um só rolo, cada bobina é um fio da Urdideira. Na Engomadeira, os fios são engomados, onde a goma (mistura química heterogênea) é aquecida com o vapor vindo de uma caldeira. A Engomadeira cria uma película ao redor do fio com o objetivo de diminuir o atrito com as partes mecânicas do tear, aumentando a sua eficiência. Depois deste processo, é enviado aos teares, para se dar o início do processo de fabricação de tecido. Geralmente são utilizados dois tipos básicos de goma: goma de fécula de mandioca e gomas sintéticas, a base de poli-acrilato, carboximetilcelulose e álcool polivinílico (PVA). Os rolos vindos da Bobinadeira, nos teares recebem o nome de trama. A trama é uma bobina com fios de mesmo título (padrão), porém com torção maior do que os fios que passam pelo processo do urdume. Nos teares, a trama é trançada com os fios do rolo engomado. Essa junção é feita várias vezes, dando-se assim o processo de se fazer tecido. Todos os teares seguem a mesma idéia básica da tecelagem, que é: Abertura da Cala, Inserção da Trama e Batida do pente, sendo a principal diferença de um tear para o outro a tecnologia da inserção do fio da trama. Os modelos mais antigos tinham inserção por lançadeiras, uma haste de madeira que lançava a trama em meio aos fios do rolo, mas neste processo havia o rompimento dos fios constantemente, parализando a máquina até que o trabalhador fosse emendá-lo. Além da quebra constante dos fios da trama, os teares de lançadeira, quando a lança se soltava da máquina, podiam ferir o tecelão se este estivesse próximo. Atualmente os tipos de inserção de trama mais comuns são por pinças, projétil, jato-de-ar e jato-de-água que diminuem a quebra dos fios da trama, pois trabalham com fitas e pinças transversais que diminuem o atrito, evitando assim o rompimento do fio.



Urdideiras (Legenda 31000)
Fonte: acervo pessoal



Fios sendo passados para o rolo.
Fonte: acervo pessoal



Rolo que será encaminhado à Engomadeira.
Fonte: acervo pessoal



Engomadeiras (Legenda 32000)
Fonte: acervo pessoal



Fios sendo engomados e rolo que será encaminhado à Tecelagem.
Fonte: acervo pessoal



Espuladeiras (Legenda 34000)
Faz a passagem dos fios das bobinas para pavios que serão utilizados em outros processos produtivos.
Fonte: acervo pessoal



Teares Ribeiro (Legenda 35000)
Visão geral da Tecelagem.
Fonte: acervo pessoal



Rolo que veio da Engomadeira.
Fonte: acervo pessoal



Pinça que faz a trançassem da trama com os fios do rolo.
Fonte: acervo pessoal



Tear no processo de fazer tecido.
Fonte: acervo pessoal



Teares Howa (equipados com o sistema de lançadeiras)
(Legenda 36000)
Tecerã fazendo a emenda do fio da trama.
Fonte: acervo pessoal



Braço da lançadeira (em madeira).
Fonte: acervo pessoal

Acabamento

O alveijamento consiste no branqueamento e limpeza do pano, de forma mais apurada, para a obtenção de uma malha ou tecido com bastante nitidez e uniformidade. O tecido de algodão bruto não é branco por completo, as sujeiras da matéria-prima são um problema para as fases de alveijamento e tingimento⁶¹, portanto se faz necessário tratá-lo, buscando-se o branco ótico e condições para tintura em cores claras. Nestes processos de alveijamento, seguem-se lavagens com água limpa. O hipoclorito de sódio e o peróxido de hidrogênio são alguns dos produtos químicos utilizados nesta etapa. Após o processo de alveijamento, o tecido é encaminhado para as Secadeiras, onde a umidade do processo de alveijamento deve ser eliminada. Após a secagem, o tecido é encaminhado para as Abanhadeiras, que cortam o tecido no tamanho desejado. As Dobradeiras, especificamente para a produção da Fábrica Maria Amália, cortam o tecido novamente no tamanho da gaze, o principal produto da empresa, finalmente dobrando-o. Após as Dobradeiras a produção destina-se ao setor da Gazinha, onde esta será esterilizada. Após a esterilização o produto é acondicionado em embalagens padronizadas destinadas ao consumidor final. O produto acabado fica no estoque até ser despachado para a comercialização ou para o setor da Gazinha, uma unidade a parte das instalações destinada ao processo de esterilização do material. Já o Controle de Qualidade fica responsável por analisar a qualidade de todos as fases da produção. Caso a produção não alcance os níveis desejados, o produto volta à fase inicial, percorrendo toda a cadeia produtiva a fim de corrigir o problema. Destina-se também ao estudo dos números da fábrica, recolhendo e analisando a produtividade de cada setor específico⁶².

Este organograma descreve a disposição da Fábrica Maria Amália e seus setores produtivos. Além destes setores, a planta da empresa contava com oficina mecânica, caldeiraria, carpintaria e tornearia, todos destinados a manutenção e funcionamento da empresa.

⁶¹ A Fábrica Maria Amália nunca foi dotada de um setor de Tingimento. Sob a administração Othon, a produção era destinada a estamparias de São Paulo. A Labortêxtil não necessita deste processo, uma vez que produz material médico-hospitalar, não sendo preciso tingir o produto.

⁶² O caminho físico que o algodão faz dentro da empresa, desde a sua entrada até a expedição, pode ser visto na planta da fábrica no anexo D: Planta da Fábrica Maria Amália.



Enroladeiras (Legenda 41000)
Enroladeira passando o tecido para rolo maior.
Fonte: acervo pessoal



Alvejamento e Abanhadeiras (Legenda 42000)
Detalhe: Máquinas de Alvejamento.
Fonte: acervo pessoal



Rolo pronto para ser levado à máquina de Alvejamento
Fonte: acervo pessoal



Detalhe: A Serra corta o rolo no tamanho desejado, dependendo do produto
Fonte: acervo pessoal



A Abanhadeira passa o tecido para rolos menores.
Fonte: acervo pessoal



Secadeiras (Legenda 43000)
Podes-se ver o excesso de água sendo retirado do tecido (analisar canto inferior esquerdo).
Fonte: acervo pessoal



O tecido passa pelos rolos para que o excesso de água seja retirado.
Fonte: acervo pessoal



Expedição (Legenda 50000)
Produto aguardando carregamento.
Fonte: acervo pessoal



Caldeiras (Legenda 61000)
Fonte: acervo pessoal

Para o contexto da época, a Fábrica Maria Amália era um modelo a ser seguido, de organização, de como produzir e respeitar o trabalhador. A disposição da empresa, as condições de trabalho e a presença de adolescentes somente acima de quatorze anos, revelam as evoluções que o país havia sofrido, assim como o respeito da legislação trabalhista da época por parte da empresa.

Ao analisarmos os aspectos de controle dos níveis de produção e disciplinarização da mão-de-obra, utilizados pela empresa, verificamos o uso de benefícios acoplados ao emprego, como residência (vila operária), escola aos filhos, creche, clube, banco de crédito, armazém a baixo custo, farmácia, enfermaria e até um cinema, que faziam o principal papel de controlar os níveis de produção e disciplinarizar a mão-de-obra, e que foram utilizados na Fábrica Maria Amália. Como se pode observar:

A Companhia Têxtil Othon Bezerra de Mello, como outras unidades do Grupo Othon, preocupa-se, também, com o bem-estar de seus funcionários. É por isso que existe na cidade de Curvelo, como apoio as atividades da Fábrica, o Clube Maria Amália que promove animados bailes e horas dançantes e oferece aos 800 associados, salões de jogos, bar e restaurante. O Clube foi constituído pela Empresa,

mas é sustentado pelos empregados que têm na cidade outra grande paixão: o azul e branco Esporte Clube Maria Amália, orgulho de Curvelo⁶³.

Internamente, a Fábrica Maria Amália possui a Cooperativa de Crédito Mútuo, ou seja, um Órgão que funciona especialmente para proporcionar empréstimos, em dinheiro, aos seus funcionários.

A punição para os trabalhadores que infringissem alguma regra ou não alcançasse o nível de produção ia desde uma simples advertência, como a própria demissão do trabalhador (o aparato montado ao trabalhador e a sua utilização como meio de controle, serão discutidos no Capítulo 4). Casos de insubordinação, atraso, brigas, queda de produção ou descumprimento das tarefas ou funções determinadas, eram tratados nas “gaiolas”⁶⁴. Existiam duas gaiolas: uma destinada ao controle da produção, anotações de férias e assinatura de advertências; e outra destinada ao gerente geral de produção, que controlava e fiscalizava a produção e os funcionários. Casilda Soares de Souza, auxiliar de escritório, trabalhou nas duas gaiolas de 1960 até 1974. Em suas palavras fica evidente o controle exercido sobre os trabalhadores.

Era chamado a gaiola os funcionários que tivessem entrado em brigas ou desentendimentos. Primeiro chamava a atenção, caso repetisse era assinada uma advertência e por último recebiam uma suspensão de dois dias... também eram chamados a gaiola os chefes de sessão quando a produção caía, lá eles faziam reunião e eram cobrados⁶⁵.

Os funcionários sofriam uma grande pressão por parte dos chefes, o medo fica evidente nas palavras de Maria Elizabete Correia de Oliveira, funcionária da tecelagem, que trabalhou de 1964 até 1971: “... quando alguém era chamado na gaiola, podia saber que coisa boa não era.... todos tinham medo... se a produção era baixa, ia todo mundo pra lá.”⁶⁶. Esse método de controle disciplinar (ver Weid (1986); “O controle fabril”.) era respeitado, pois o medo e os benefícios que a fábrica oferecia não eram encontrados em outros setores da

⁶³ Fonte: Folder comemorativo dos cinquenta anos de existência da fábrica na cidade de Curvelo

⁶⁴ As gaiolas eram salas localizadas no setor de fiação e de tecelagem. A parte da frente dessas salas era revestida por uma tela, permitindo aos chefes observarem os trabalhadores durante a produção. Mas a função dessas salas não era para observação, pois foram construídas no mesmo nível em que estão as máquinas, mas sim para que os outros trabalhadores pudessem ver o que ocorria com aqueles que não seguissem as regras.

⁶⁵ Entrevista concedida por Casilda Soares de Souza, auxiliar de escritório em janeiro de 2007.

⁶⁶ Entrevista concedida por Maria Elizabete Correia de Oliveira, funcionária da tecelagem em janeiro de 2007.

indústria e comércio da cidade, mantendo o trabalhador nas regras e horários estabelecidos⁶⁷ pela administração, sob pena de perdê-los.

No caso aqui estudado, a Fábrica Maria Amália, temos de guardar algumas particularidades. A proximidade com a capital do estado, diferentemente das indústrias que se instalavam em fazendas, e mão-de-obra farta, têm que ser levadas em conta, porque para o período estas características nem sempre eram encontradas pelos industriais para a instalação de uma unidade produtiva.

Estas facilidades demonstram que a fábrica não encontraria problemas que pudessem atrapalhar o seu processo produtivo contínuo e de qualidade. O grupo Othon absorveu as facilidades encontradas no município curvelano, mas de forma tradicional seguiu as idéias criadas pelos seus contemporâneos de controle e disciplinarização da mão-de-obra.

O diferencial da administração Othon se encontra no centro de treinamento⁶⁸ que treinava todos os contratados antes de irem para a produção, o que favorecia a empresa que formava e disciplinarizava o seu trabalhador. Nota-se um diferencial evolutivo, pois não se esperava mais surgirem os problemas que pudessem aparecer com um trabalhador recém contratado: os que não se adequassem aos padrões pré-estabelecidos pelo grupo Othon não seriam contratados, sendo dispensados durante o treinamento. Segundo a empresa, com os cursos técnicos a administração da Fábrica seria promovida “*por filhos da cidade, brasileiros, mineiros, trabalhadores por uma empresa próspera e moderna*”, uma vez que logo após sua fundação, a Companhia Othon Bezerra de Mello era administrada por estrangeiros, fato este ocasionado pela falta de mão-de-obra qualificada.

Para os dias atuais, esta paisagem alterou-se, uma vez que os sindicatos se mobilizaram e conseguiram importantes avanços em aspectos como a redução da jornada de trabalho e a eliminação do emprego de crianças no lugar de adultos. O que notamos claramente para a atualidade é que a relação do patrão para com o trabalhador alterou-se, as fórmulas de cobrança ganharam novos formatos e novas configurações.

Com a evolução da economia mundial ao longo do século XX as relações de trabalho, familiares e até mesmo pessoais entre padrão e trabalhador viram-se obrigadas a sofrerem adaptações, uma vez que o mercado ultra competitivo, globalizado e dinâmico obrigou a sociedade e todos os setores da economia a enfrentarem uma corrida pelo menor preço, com

⁶⁷ Caso o trabalhador atrasasse, este não conseguia entrar para trabalhar, perdendo o dia de produção. A entrada era liberada se o chefe da sessão correspondente fosse até a portaria e autorizasse a entrada do mesmo.

⁶⁸ Ver anexo D: Centro de treinamento.

qualidade e ao mesmo tempo com a mão-de-obra empregada satisfeita e constantemente batendo recordes de produção.

4.2. A crise dos anos 1990 e o fim da Fábrica Maria Amália

A indústria brasileira desde o final do século XIX, quando esta foi criada, esteve vinculada à lavoura do café. Com medidas protecionistas e incentivos governamentais assegurados (Convênio de Taubaté, Política do Preço Mínimo, entre outras), a política brasileira garantiu a sobrevivência da aristocracia agrária, assim como a nascente industrialização, que se aproveitou dessas medidas para conseguir competir com os mercados europeu e americano, fortes concorrentes. Lembrando-se que a incipiente indústria nacional advinha dos lucros auferidos com a produção cafeeira, ou seja, do reinvestimento do capital agrário na indústria urbana e rural, há que se lembrar que sem estas medidas, benéficas à lavoura cafeeira⁶⁹, dificilmente a indústria brasileira sobreviveria à concorrência internacional.

Com a crise de superprodução e o crack da Bolsa de New York em 1929, a indústria brasileira entrou no processo de separação do capital “rural-café”, culminando com a Segunda Guerra Mundial, onde Getúlio Vargas buscou desenvolver o Brasil com o Plano Nacional Desenvolvimentista, na expectativa de conseguiu desvincular o país da dependência do café como único viés de exportação e sustentação da economia. Com o processo de substituição de importação, Getúlio Vargas esperava dinamizar a economia e retirar o Brasil da dependência do café e do capital estrangeiro.

Após a Segunda Guerra Mundial, e a retomada da democracia no país, há que se destacar o governo de Juscelino Kubitschek, liberal que ao contrário de Vargas via no capital estrangeiro um financiador para a indústria e alavanca para o país tornar-se de vez uma potência industrial para competir nos mercados externos. Durante o seu governo, deve-se destacar o implemento na indústria automobilística, automóveis leves e pesados, e de geração de energia, pontos fundamentais para o setor industrial. Neste período, nota-se a desvinculação do setor agrário brasileiro em relação à indústria, mas as políticas de proteção e

⁶⁹ Sobre o café e sua relação com a industrialização brasileira ver Matos (1996); Suzigan (2000); (Teixeira) 1990.

incentivo, por parte da esfera federal, continuaram assegurando a sobrevivência da indústria nacional. Como exemplos, podemos citar a manutenção da Petrobrás como estatal e única controladora das operações relativas ao setor energético de combustíveis. Pode se destacar como um reflexo das políticas anteriores desenvolvidas para a lavoura cafeeira, que criou o “misticismo” de sustentação com base em proteção governamental, ou seja, a política adotada para com os cafeicultores seria mantida para com os industriais brasileiros.

Com a Ditadura Militar implantada em 1964, o país passou a ser gerido por outros interesses políticos e econômicos, mas a proteção aferida a indústria nacional continuou. Sob o controle rígido e disciplinado dos militares, os rumos da economia foram determinados, recursos foram destinados a grandes obras como a Usina de Itaipu, a ponte Rio-Niterói, as usinas nucleares de Angra dos Reis, mas as barreiras alfandegárias para o setor industrial, e aqui destacamos a indústria têxtil, continuaram até o fim do governo ditatorial nos anos 1980.

Depois de anos de proteção governamental, a estratégia de isolamento comercial, adotada entre 1950 e 1980, os industriais brasileiros tiveram de se adaptar, mas conseqüentemente sentiram com maior intensidade os impactos da “globalização”. “O isolamento comercial do país atrasou sua inserção na economia mundial e, não obstante (...) provocando impactos negativos sobre os níveis de emprego em diversos setores...” (SARAIVA, 2001).

Com o retorno da democracia direta, Fernando Collor de Melo tornou-se o primeiro presidente eleito através do voto popular após a era ditatorial. O discurso neoliberal adotado pelo governo do então presidente, em 1990-1992, para a economia brasileira preconizava a abertura incondicional dos mercados, a desestatização e a forte contenção dos gastos públicos. Medidas que buscavam inserir o país no mercado competitivo internacional.

Este discurso norteou o Brasil, assim como a América Latina de uma forma geral, para a entrada no mercado mundial competitivo. No caso brasileiro em específico, ficou evidente que nem a economia e nem o parque industrial brasileiro estavam preparados para o ingresso nesse mercado globalmente integrado e ultra-competitivo.

Carvalho Neto demonstra este despreparo referindo-se às relações de trabalho num mundo em mudança:

... muitos países em desenvolvimento na América Latina abriram suas economias quando essas ainda não eram competitivas internacionalmente, o que produziu muitas falências de empresas, enormes perdas de postos de trabalho e agravamento na distribuição de renda. Exemplos claros são os setores como o têxtil e o coureiro, tradicionais empregadores de mão-de-obra no Brasil, que sofreram enorme impacto de uma abertura de mercado sem critério, feita de forma atabalhoada, que simplesmente liquidou boa parte das empresas (e do emprego) existentes nesses setores. (CARVALHO NETO, 2001, p. 47).

Além destas medidas do governo federal, que sem sombra de dúvidas prejudicaram os industriais brasileiros, somamos a onda de falências e o despreparo dos industriais brasileiros. Ao analisarmos o obsoleto maquinário do parque industrial brasileiro (em grande parte) nos anos 1990, alinhado à utilização de mão-de-obra de baixa qualificação técnica, percebe-se que estes não permitiam à indústria brasileira competir com mercados organizados, com profissionais especializados nas mais diversas áreas e utilizadores da melhor tecnologia disponível no mercado, como Estados Unidos, Japão, países da União Européia e com a “gigante” China, com o seu “enorme” potencial de mão-de-obra a baixo custo.

A indústria têxtil no Brasil, assim como diferentes setores industriais do país (metalúrgico, coureiro, entre outros), como já fora demonstrado, sofreu duramente com esta abertura do mercado nacional à livre concorrência mundial.

O governo brasileiro, no período indicado, não dispunha de mecanismos de controle e formas eficientes de se articular esta abertura, seja por incompetência ou devido ao próprio atraso do Brasil em relação a outros países. Este fator ficou evidente no fechamento de inúmeras empresas e diminuição no número de trabalhadores, ou seja, o governo Collor buscou acelerar a entrada no mercado global, mas ao contrário da linha de raciocínio dos países globalizados, o Brasil necessitava primeiramente se fortalecer internamente, para depois aventurar-se no cenário internacional.

Esta linha de pensamento se confirma, com a tabela 11, onde podemos notar claramente os efeitos da abertura, com uma diminuição significativa do número de empresas do setor têxtil que eram de 4.938 em 1990, caindo para 3.817 empresas em 1996, e do número de empregos que eram de 809 mil e passaram para 356 mil. Diferentemente destes dados, a produtividade nos anos de 1993 e 1994 alcançou intenso ritmo, indicando que as empresas brasileiras se reorganizaram, nos moldes da competição internacional.

TABELA 11
Indicadores do Setor Têxtil (1990-1996)

Indicador	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Número de empresas	4.938	4.853	4.584	4.436	4.470	4.130	3.817
Número de empregados (1.000)	809	703	521	483	501	436	356
Produção de fios (1.000 t)	1.224	1.233	1.354	1.394	1.377	1.155	1.021
Produção de tecidos (t)	814	842	949	1.003	1.042	839	850
Produção de malhas (t)	371	358	405	453	457	414	407
Variação anual da produtividade	—	1,4	1,0	4,7	5,2	5,4	17,7

Fonte: adaptado de Saraiva (2001)

Segundo Saraiva (2001), as organizações industriais que conseguiram sobreviver à abertura da economia brasileira ao mercado internacional fizeram uso de investimentos maciços em tecnologia aplicada ao processo produtivo, entre outras palavras equipamentos mais modernos, e investimentos em tecnologias de gestão, formas mais eficientes de administrar a estrutura, a tecnologia, os processos e a mão-de-obra, ou seja, reestruturação produtiva. Saraiva define reestruturação produtiva, como a combinação de dois fatores: *inovações de base tecnológica*; aquisição de máquinas modernas e criação de uma nova maneira como o trabalho é organizado, e *flexibilidade*; baseada na organização produtiva, buscando tornar o trabalho mais dinâmico, podendo uma equipe ou plataforma de produção serem adaptáveis a vários itens, sem custos extra, dependendo da necessidade do mercado ou da política empregada pela empresa⁷⁰.

Embora desde o final dos anos 1970 tenha se assistido a tímidas incursões no que se refere à modernização produtiva, especificamente relacionados à introdução dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's), tal processo não significou uma redefinição das formas de organização do trabalho ou aquisição de equipamentos nesse primeiro momento.

⁷⁰ Um exemplo deste processo são as linhas de montagem de automóveis. No nascedouro da indústria automobilística as linhas de produção conseguiam somente produzir um determinado modelo de carro. Para os dias atuais a linha de montagem e os trabalhadores conseguem produzir uma variedade de modelos, o que baixa custos e dinamiza a produção; os equipamentos e o trabalhador se adaptam ao que deve ser produzido.

O que observamos é que após a abertura econômica de 1990, com o mercado globalmente integrado, todos os mecanismos para se compreender a rotina do trabalhador passaram a ser utilizados, no intuito de aproveitar ao máximo a mão-de-obra. Não basta mais ter somente trabalhadores de intensa produtividade; criou-se para os tempos atuais a necessidade de que se tenha engajamento dos trabalhadores para com a empresa, que todos se sintam como uma “família”, pertencentes àquele ambiente. Ressalvo que a verdadeira intenção da empresa sustenta-se no incremento da produção, na qualidade e no comprometimento do trabalhador para com a empresa, mesmo quando este não está dentro dos limites dos muros da empresa (nos ambientes familiar e pessoal também). A administração busca integrar o trabalhador, criando um ambiente “familiar, seguro, descontraído”, mas objetiva alcançar a maior produtividade possível.

Para tanto, o não questionamento da intensificação do trabalho fica a cargo dos programas de Qualidade Total, como o TQM (Total Quality Management - Gestão pela Qualidade Total), que criam no trabalhador a cultura de que este deve colaborar com as normas da empresa. Fazendo isto, o mesmo estará contribuindo também para si próprio, uma vez que mantém a empresa funcionando e conseqüentemente garante o seu emprego. A troca interativa faz o papel de atrativo, que na verdade codifica⁷¹ o trabalhador a aceitar uma carga maior de trabalho, uma vez que é para o bem da empresa no geral. Desse ponto de vista, todos devem fazer a sua parte sempre na expectativa de estar fazendo o melhor para a empresa e para ele mesmo, uma vez que os números do desemprego brasileiro vêm aumentando.

Para o bom funcionamento destes programas, o controle do comportamento de cada um torna-se imprescindível. A participação dos trabalhadores não garante que todos de fato estejam integrando os programas de cooperação satisfatoriamente. As funções de cada trabalhador devem ser cumpridas observando as especificações pré-determinadas, sob pena do programa implantado não fluir como o esperado. Portanto o controle do comportamento individual deve ser rigoroso e constantemente observado.

Essa nova cultura empresarial afirma a necessidade dos trabalhadores se colocarem de acordo com os objetivos comuns e de estabelecerem estreitas relações de comunicação e de cooperação, uns com os outros e com a empresa. Segundo Magda Neves, na reestruturação produtiva, “o discurso dominante nessa cultura é da cooperação, integração e coordenação, visando uniformizar e homogeneizar as diferenças referências e as múltiplas codificações” (NEVES, 1998, p. 334) dos trabalhadores ali empregados. Busca-se o melhor trabalhador,

⁷¹ Codificar apresenta-se no sentido de “reprogramar”, ou seja, busca-se a mudança da forma de pensar do trabalhador através da conscientização.

com boa comunicação e cooperação, para que problemas sejam resolvidos rapidamente, objetivando somente a produção. Ou seja, a produção processará de forma ininterrupta, trazendo melhores resultados à empresa, deixando à parte problemas religiosos, culturais ou até pessoais dos próprios membros da sessão produtiva.

A Fábrica Maria Amália não foge deste cenário. A abertura promovida no governo Collor praticamente levou a empresa à falência em 1992. A constante perda de mercado, principalmente advindo da importação de panos chineses, e a não reestruturação da empresa tanto na aquisição de novas máquinas como no aperfeiçoamento da administração e da mão-de-obra, levaram-na a uma situação que somente foi contornada com a venda da Fábrica ao grupo empresarial Labortêxtil S/A⁷².

Segundo Regina Carvalho Leitão, funcionária responsável pelo Departamento Pessoal da Labortêxtil, em 1992

... a situação encontrada pela Labortêxtil resumia-se em uma empresa que atuava com maquinário datado da inauguração, posto que sua fundação se deu em 1941. Até 1992, não se tem registro da aquisição de novas máquinas, salvo casos de substituição de equipamento fundamental à produção, como batedores que poderiam parar toda a produção da empresa em caso de quebra ou manutenção⁷³.

Ou seja, o funcionamento da empresa, com a abertura econômica promovida em 1990, nos moldes descritos se tornava inviável.

Outra situação encontrada abrange a área administrativa, que seguindo a linha de pensamento da aquisição de novas máquinas, não se alterou no decorrer das décadas, mantendo o mesmo controle rígido e a longa hierarquia administrativa, seguida da complexa e extensa divisão de funções e cargos. O grande número de funções e cargos dentro da empresa, trazia consequências à administração, dentre elas, a demora na solução de problemas, assim como a burocratização, fatos que enrijeciam as tomadas de decisão, fazendo com que a fábrica ficasse lenta, impedindo a retomada da produção no menor tempo possível. O JIT (Just in time) foi implantado para reduzir estoques e diminuir o tempo da produção, na tentativa de eliminar perdas e visando aumentar a produtividade. De forma geral este cenário reflete a acomodação da administração da empresa durante a gestão Othon, o que teve

⁷² A Labortêxtil comprou a fábrica em 1992, evidenciando atingir o sudeste e o sul do país. Produz atualmente material médico/hospitalar (gaze, panos para pré-operatório e pós-operatório), sendo a maioria exportada. Tem sede em Feira de Santana, Bahia.

⁷³ Entrevista concedida por Regina Carvalho Leitão, Departamento Pessoal em setembro de 2003.

consequências fatais para a Fábrica com a abertura do mercado brasileiro à livre concorrência mundial no governo Collor.

Para solucionar os problemas advindos do grande atraso tecnológico acumulado pela antiga administração, o primeiro passo concentrou-se na aquisição de máquinas que atendessem aos requisitos básicos para a competitividade, com alta produção, baixo desperdício e pouca utilização de mão-de-obra. Tal maquinaria foi encontrada na antiga Fábrica da Cachoerinha⁷⁴, em Belo Horizonte. Feita a aquisição, a troca processou-se de forma imediata, uma vez que o maquinário utilizado na Fábrica Maria Amália gerava alto custo de manutenção, mão-de-obra elevada por máquina, desperdício e alto consumo de energia e vapor. Reflexo deste período apresenta-se na caldeira que era movida a lenha, sendo adquirida uma mais moderna movida por pinche.

A opção por este maquinário se respalda nos critérios acima relacionados e na idade das máquinas, que tinham em média cinco anos de utilização, ou seja, poder-se-ia utilizar este equipamento sem uma grande perda em relação a máquinas lançadas em 1992. O atraso tecnológico se guardaria em menos de uma década, e o custo seria significativamente menor. Optando em adquirir máquinas novas, o custo seria alto, o que aumentaria o capital investido, extrapolando a realidade da Labortêxtil para aquele momento.

Feitas as mudanças necessárias no quesito troca de equipamentos, o segundo passo consiste na reestruturação estratégica, ou seja, no rearanjo da empresa para padrões mais modernos de administração. Para tal, utilizou-se o trabalho em equipe (cada sessão produtiva constitui uma equipe) e a redução de níveis hierárquicos, no intuito de diminuir gastos e dar maior agilidade à empresa. A Fábrica Maria Amália encontra-se, atualmente, dividida em dezesseis setores produtivos, que vão desde o processamento inicial do algodão, como em qualquer indústria têxtil, até o setor da Gazinha, onde são produzidos os materiais para bloco cirúrgico em sistema totalmente asséptico, passando pela administração e expedição.

A grande quantidade de setores provoca dificuldades de comunicação com a administração, tornando a tomada de decisões lenta. A resposta encontrada baseou-se nas decisões serem tomadas diretamente com cada chefe de setor, diminuindo o tempo em que a produção ficava parada e evitando o sobre-carregamento da administração central, com problemas que poderiam ser solucionados rapidamente.

No intuito de cortar despesas e se tornar uma empresa enxuta, o clube e o time de futebol passaram para as mãos dos funcionários, assim como a cooperativa de crédito, e a

⁷⁴ No período, a fábrica encontrava-se em processo de desmanche, fruto da abertura econômica do governo Collor.

escola passou para a administração municipal. As casas dos operários foram vendidas, preferencialmente para os próprios funcionários.

Outro ponto a ser destacado encontra-se na contratação de mão-de-obra qualificada. Os profissionais mais jovens, com pouca experiência, tiveram a preferência para assumirem em alguns casos a chefia dos setores produtivo, administrativo e de controle da produção. O que há de se destacar nestas funções, é que todas sempre foram exercidas pelos funcionários mais velhos da empresa. Este processo de ingresso de jovens em funções até então consideradas de direito aos trabalhadores mais velhos, baseou-se em buscar trabalhadores mais qualificados para gerenciarem os diversos setores, contrapondo a experiência de antigos funcionários irredutíveis em aceitar a nova realidade da indústria têxtil e reduzir gastos salariais. A qualificação assumiu características de “seleção natural” da mão-de-obra, na qual apenas os mais aptos (ou mais qualificados) devem sobreviver.

Os trabalhadores que não se encaixavam neste perfil foram demitidos ou rebaixados de cargo. Aos remanescentes foi dada a oportunidade de se requalificarem através de cursos técnicos ou, para os que não tinham nem o Ensino Fundamental, um curso supletivo ministrado na própria fábrica no sistema EJA (Educação de Jovens e Adultos), no intuito de elevar o nível de escolaridade dos trabalhadores, o que conseqüentemente facilitaria as relações entre chefe e subordinado. No intuito de ter o maior número de trabalhadores qualificados, a empresa mantém ativo um programa de custeio de parte dos estudos de trabalhadores que cursem algum curso de graduação, que esteja ligado a alguma área de atuação da empresa. Ao curso de Administração em Empresas⁷⁵ é destinada a maioria dos recursos.

Outra mudança buscada pela Labortêxtil fundamenta-se no relacionamento da empresa para com os trabalhadores. A empresa buscou integrar e codificar os trabalhadores da sua importância para a sobrevivência da mesma, assim como para a manutenção do emprego. Para tal, fez-se o uso de programas de treinamento da mão-de-obra e cursos motivacionais, buscando a cooperação e a “doutrinação” dos trabalhadores, tentando mostrar a nova realidade da indústria brasileira e mundial e o novo cenário de competição ao qual a fábrica deveria se preparar.

Como condição rotineira, os programas de treinamento e motivação, além de tentarem mudar a forma do trabalhador ver a empresa, buscam também controlar e disciplinarizar o trabalhador da maneira que melhor convir à empresa em questão. Alterar a imagem que o

⁷⁵ Isto se explica pelo fato da cidade apresentar faculdades geralmente ligadas a área de Ciências Humanas. O curso de administração é o que mais se aproxima das necessidades da fábrica no momento atual.

trabalhador tem da empresa se torna um dos grandes desafios. Para tal, a subjetividade do trabalhador se torna preponderante, se pensarmos que na realidade os programas de controle e disciplinarização dos trabalhadores são mecanismos de “exploração disfarçada”, que buscam a maior produtividade, no menor tempo e com a melhor qualidade, sem que os trabalhadores questionem a intensificação do trabalho. (NEVES, 1998).

Desde a chegada da Labortêxtil S/A na administração da Fábrica Maria Amália, as principais transformações ocorridas se processaram em relação aos trabalhadores. A implantação dos cursos de controle de desperdício e manutenção preventiva geraram grande resistência por parte dos trabalhadores mais velhos, que se recusavam a utilizar as novas técnicas. Com o treinamento dos trabalhadores que não foram demitidos e a contratação de novos funcionários, os programas de desperdício e manutenção preventiva foram implantados, mas com baixa participação dos trabalhadores que não viam resultados práticos nas medidas, como a qualidade total, que visava atingir em cada setor a máxima qualidade possível na produção.

O intuito da administração é de que a longo prazo estes programas sejam incorporados à rotina dos trabalhadores, mas para tal, palestras e cursos de reciclagem são ministrados aos trabalhadores, sempre buscando aperfeiçoar e conscientizar os trabalhadores da importância destes programas e como eles realmente ajudam no incremento da produção da fábrica e ajudando até mesmo na administração das residências dos próprios trabalhadores.

Outro programa implementado pela empresa estrutura-se na conscientização dos trabalhadores sobre o tratamento e o controle dado aos rejeitos do processo industrial e sobre o destino do lixo da fábrica. Na administração anterior à Labortêxtil, os resíduos e o lixo produzidos pela fábrica eram eliminados sem nenhum tratamento prévio ou seleção. Para solucionar o problema do resíduo líquido, tanques de decantação foram construídos para tratamento químico, antes de serem eliminados na rede de esgoto. Para o lixo sólido a solução ateu-se em pré-seleção do material antes de destiná-lo ao aterro sanitário, onde se descobriu que boa parte da matéria prima estava sendo desperdiçada durante o processo de produção. A partir deste ponto, criou-se o programa de controle de desperdício e reaproveitamento do lixo, onde através de visitas ao aterro sanitário, palestras sobre controle de desperdício e meio ambiente diminuíram significativamente os números do lixo sólido gerado dentro da fábrica, somando-se ao controle preventivo feito por cada chefe de sessão nas próprias linhas de produção.

O supletivo de Ensino para Jovens e Adultos, nos Níveis Fundamental e Médio, foi um dos projetos mais bem sucedidos da empresa, contando com forte participação dos

trabalhadores. A procura atualmente é maior do que o supletivo pode oferecer. Isto se explica pelo fato de se tentar alcançar a erradicação do analfabetismo dentro da empresa, sendo exigido dos trabalhadores a longo prazo no mínimo o Ensino Médio para se trabalhar na fábrica. A seleção de novos admitidos tenta buscar trabalhadores que já tenham o nível educacional exigido.

A explicação para tal se guarda, segundo administração da fábrica, na facilidade de comunicação que um trabalhador com um nível de instrução médio proporciona, em comparação com um de nível fundamental ou sem nenhuma instrução, além de gerar custos para a empresa. Os cursos de treinamento para se trabalhar na Gazinha⁷⁶ demandam, por exemplo, o mínimo de conhecimento sobre noções de saúde, higiene, limpeza e biologia. Sem estes princípios, o curso de treinamento ficaria incompleto, lançando para o setor um trabalhador desqualificado, comprometendo a qualidade da produção, o que conseqüentemente geraria prejuízos para a empresa.

Do início da administração Labortêxtil para os dias atuais, a empresa concentrou suas atenções nas atividades diretamente ligadas ao trabalhador. Como reflexo disto, podemos observar o número de programas implementados pela empresa. A busca do trabalhador completo, que tenha a melhor produtividade, a melhor qualidade e com os menores tempos, não cessa. Segundo Magda Neves

Dos operários é requisitado um novo perfil, onde a formação profissional adquire uma importância cada vez maior. (...) As empresas investem de maneira diferenciada em treinamentos, procurando implementar cursos de alfabetização, formação básica em matemática objetivando desenvolver raciocínios lógicos e abstratos, habilidades técnicas e cursos comportamentais e motivacionais. (NEVES, 1998, p. 332)

Seguindo esta linha de raciocínio, o próximo passo da empresa concentra-se em ministrar um curso técnico de Tecelagem, Fiação e Alvejamento. O objetivo do curso busca qualificar os melhores tecelões da empresa. Importante ressaltar que o curso será ministrado dentro da própria fábrica e não obrigatoriamente assegurará recompensa salarial ou elevação de cargo aos trabalhadores envolvidos.

Analisando a situação da fábrica, observamos claramente que os programas implantados, desde 1992, não geraram os resultados esperados, mas serviram de suporte para tirar a fábrica da situação em que se encontrava. Os resultados das principais mudanças

⁷⁶ Gazinha: setor onde são produzidos os produtos assépticos em regime de controle sanitário, como gaze, panos para pré e pós-operatório.

podem claramente ser vistos na situação, na qual a empresa hoje se encontra. A administração tornou-se ágil, eficaz e competente, com a contratação de profissionais especializados no setor têxtil. Praticamente toda a produção, cerca de 90%, é destinada a exportação. Novos investimentos estão sendo feitos: modernização de alguns setores, criação de novas linhas, compra de maquinário moderno, reforma de todas as sessões (no aspecto físico) e contratação de mais trabalhadores.

Estes novos investimentos e o fato da maior parte da produção ser destinada à exportação demonstram claramente que a Fábrica Maria Amália conseguiu entrar no mercado competitivo mundial, se adequando às exigências de qualidade, tempo e preço, que o mercado global exige. A aquisição de máquinas mais modernas e o completo comprometimento dos trabalhadores remanescentes nas atividades de produção, serão de importância fundamental para garantir a sobrevivência da empresa.

A reestruturação promovida pela Labortêxtil S/A na Fábrica Maria Amália alterou completamente a forma da empresa ser gerida. Esta nova administração proporcionou mudanças em diversas áreas da empresa, dentre as quais destaco a área física, com o reequipamento ou a modernização de alguns setores até então obsoletos, que geravam prejuízos. Outra área a ser destacada refere-se aos programas de conscientização e treinamento da mão-de-obra, que tiveram grande impacto, mesmo estes não tendo atingido o contexto geral de trabalhadores da empresa.

Com a mudança na administração da empresa, observam-se duas concepções diferentes de se gerenciar um empreendimento. A fábrica, em linhas gerais, deixou de ter uma relação pessoal para se tornar uma indústria impessoal, ou seja, antes os funcionários conheciam o Sr. Othon (o patrão), sempre presente na linha de produção e nas festas patrocinadas pela empresa. Hoje eles trabalham para um grupo empresarial, a distância entre empregador e empregado é enorme, tornou-se totalmente impessoal, ninguém conhece o dono, sabe-se apenas que trabalha para a Labortêxtil S/A.

As mudanças sofridas pela Fábrica Maria Amália foram muitas, mas mudanças de caráter modernizante que deram à empresa um novo formato, compatível com a nova realidade na qual o mercado brasileiro e mundial vivem. Sem sombra de dúvidas, os trabalhadores da fábrica foram os que mais tiveram de se adaptar à nova realidade da indústria têxtil, uma vez que a cidade de Curvelo não dispõe de um número significativo de empregos com “carteira assinada”, que ofereçam estabilidade e segurança aos seus funcionários.

A rotina foi alterada, a dinâmica é outra, mas os trabalhadores da Labortêxtil a longo prazo, como a administração da empresa, serão obrigados a se adaptarem à nova realidade,

onde essa nova “cultura empresarial”, baseada na integração dos trabalhadores com a empresa, se coloque de acordo com objetivos do mercado, estabelecendo estreitas relações de

5. CONCLUSÃO

As mudanças provocadas em Curvelo com a chegada da Fábrica Maria Amália em 1941 são evidentes, uma vez que alteraram as relações de trabalho na cidade, o ambiente físico e o cotidiano sócio-cultural dos curvelanos. Curvelo evoluiu em vários aspectos, que podem ser justificados como de evolução natural de qualquer município, mas através do relato dos trabalhadores do período fica evidente como a fábrica promoveu uma melhoria na remuneração paga ao trabalhador e no atendimento dos direitos dos trabalhadores, além de implementar medidas que beneficiavam os trabalhadores da empresa como parte da sociedade curvelana. O trabalho era disperso nas várias fazendas de algodão da região, no centro urbano o trabalho resumia-se ao comércio e às pequenas empresas beneficiadoras de algodão. A remuneração paga a estes trabalhadores não atendia às necessidades básicas da população. A chegada da Fábrica Maria Amália mudou este cenário, pois a remuneração atendia à legislação trabalhista, diferentemente das pequenas empresas e do comércio da cidade que não cumpriam com suas responsabilidades legais.

Como se notou, a cidade de Curvelo na década de 1930 e início da década de 1940 era a representação do atraso, não apresentando condições satisfatórias de higiene e saúde a sua população, as redes de abastecimento de água e coleta do esgoto não atendiam a grande maioria da população, até os bairros ou as casas mais abastadas contavam com fossas para a coleta do esgoto.

Há que se destacar também a presença da Fábrica Maria Amália no aspecto sócio-cultural, pois esta exerceu um forte papel cultural e social para a população de Curvelo, uma vez que na planta da empresa encontrava-se escola primária, cinema, clube (onde peças teatrais e bailes eram ofertados a toda a comunidade curvelana mediante convite), uma loja de tecidos rústicos a preços módicos, posto de combustível, varejão de frutas e verduras e um jardim para recreação dos trabalhadores e da população local, ou seja, benefícios destinados a toda a comunidade curvelana. Fica evidente o importantíssimo papel sócio-cultural desempenhado pela Fábrica Maria Amália, e sua contribuição para o desenvolvimento do município, seja este através do capital investido na cidade, das mudanças estruturais provocadas no ambiente ou pela contribuição e integração que este projeto teve e tem com a cidade de Curvelo.

Para a realidade atual da cidade e da fábrica é interessante ressaltar que a fábrica volta a ser foco de interesse dos trabalhadores curvelanos. A questão predominante hoje se encontra na oferta de emprego cada vez menor, ao passo que a oferta de mão-de-obra excedente cresce, portanto o trabalhador busca estabilidade no emprego, o que lhe dá segurança. Outra questão se guarda no oferecimento de cestas básicas, plano de saúde entre outros benefícios que completam o aspecto de segurança, diminuindo os gastos do trabalhador.

Mesmo a remuneração sendo baixa (em média um salário mínimo e meio), parte da população curvelana se vê obrigada a trabalhar na empresa. Durante a inauguração e sob a administração Othon, um salário mínimo representava uma situação de conforto e tranquilidade aos seus trabalhadores, mas hoje um salário mínimo e meio já não atende ao mesmo. Para Curvelo, o funcionamento da Fábrica Maria Amália se faz necessário, uma vez que assegura mil e cinqüenta e cinco empregos diretos, um dos maiores empregadores do município, ficando somente atrás das empresas de reflorestamento de eucalipto que empregam em torno de cinco mil trabalhadores diretos e indiretos.

Mais uma vez fica evidente o valor e o reconhecimento que a Fábrica tem e sempre terá para com os curvelanos, assim como a sua sirene que marca e relembra a cidade que ela está inserida no seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alberto Vieira de. **Curvelo do Padre Corvelo: notas históricas**. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1988.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BECKER, Howard. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BORIS, Fausto. **A revolução de 1930: historiografia e história**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1985.

CARVALHO NETO, Antônio. **Relação de trabalho e negociação coletiva na virada do milênio**. Petrópolis: Vozes, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORSI, Francisco Luiz. Política econômica e nacionalismo no Estado Novo. In: SUZIGAN, Wilson; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Bancos em Minas Gerais (1889-1964)**. 1976. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. Capitais externos e o financiamento de longo prazo no Brasil. In: SUZIGAN, Wilson; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

DELFIM NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: Univ. de São Paulo, 1966.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG, 1981.

DINIZ, Sílvio Gabriel. **Dados para a história de Curvelo**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1989.

DINIZ, Clélio Campolina. A industrialização mineira após 1930. In: SUZIGAN, Wilson; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

DULCI, Otavio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Zahar, 1984.

FERREIRA, Marieta de Moraes; JANAINA, Amado. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FORTUNATO, Wanderson Luiz Lopes; TOYOSHIMA, Silvia Harumi. **O Desencadeamento da Industrialização em São Paulo e Minas Gerais**: A Diferenciação entre os Municípios de Juiz de Fora e de São Paulo. In: XI Seminário sobre Economia Mineira, 2004, Diamantina. Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira. [Proceedings of the 11th Seminar on the Economy of Minas Gerais], Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2004.

FRENCH, John D. A história latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão autocrítica. **História Unisinos**, São Leopoldo, v.6 n.6, p.11-28, jul/dez 2002.

FURTADO, Celso. **Formação econômica no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

GIROLETTI, Domingos. **Fábrica convento disciplina**. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1991.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.

HOBBSBRAWN, Eric J. **A era dos extremos**: o breve século XX – 1915-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fonte, 1993.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954). In: SUZIGAN, Wilson; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIBBY, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. In: SZMRECSÁZNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Org). **História econômica da independência e do Império**. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2002.

LOPES, José Sergio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero, Universidade de Brasília, 1988.

MARTINS, Marcos Lobato. **A presença da fábrica no “Grande empório do norte”**: surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. In: IX Seminário sobre a economia mineira, 2000, Diamantina. Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira [Proceedings of the 9th Seminar on the Economy of Minas Gerais], Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 2000.

MATOS, Maria I. Santos. **Trama e poder**: trajetória e polêmica em torno da indústria de juta. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1996.

MONTE-MOR, Roberto Luiz; COSTA, Heloisa Soares de Moura. **Cidades Industriais Planejadas e a Exclusão da Força de Trabalho**. In: VI Encontro Nacional da ANPUR, 1996, Brasília. Anais do VI Encontro Nacional da ANPUR. Brasília: ANPUR, 1996. p. 420-430.

MOURA, Marcelo Duarte. **A indústria artesanal de tecidos em Minas Gerais na 1ª metade do século XIX**. In: X Seminário sobre a economia mineira, 2002, Diamantina. Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira [Proceedings of the 10th Seminar on the Economy of Minas Gerais], Belo Horizonte: FMG/CEDEPLAR, 2002.

MUNHOZ, Dércio Garcia. Inflação brasileira: de aliado a inimigo mortal. In: SUZIGAN, Wilson; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

NEVES, Magda de Almeida (Org.). **Belo Horizonte**: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: C/Arte e FAFICH, 1996.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva e estratégias no mundo do trabalho: as consequências para os trabalhadores. In: CARVALHO NETO, Antonio Moreira de e CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de (Org.). **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte: IRT – Instituto de relações de Trabalho da PUC Minas, 1998.

OLIVEIRA, M. T. A. R. **Formas de Organização da Propriedade da Indústria Têxtil Mineira do Século XIX**. In: VII Seminário Sobre a Economia Mineira, 1995, Diamantina. Anais do VII Seminário Sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1995. v. 1. p. 363-391.

OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro de. **Encilhamento**: Controvérsia e Efeitos Sobre a Indústria Têxtil Mineira. In: VIII Seminário sobre a Economia Mineira, 1998, Diamantina. Anais do VIII Seminário Sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1998. v. 1. p. 169-191.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **Indústria em Minas Gerais: origem e desenvolvimento**. In: X Seminário sobre a Economia Mineira. 2002, Diamantina. Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. 2002.

PEREIRA, Vera Maria Cândido. **O coração da Fábrica: estudo de caso entre operários têxteis**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RICCI, Maria Fernanda Caravana de Castro Moraes. **A vessitura de uma comunidade fabril: a experiência de Vassouras, Companhia têxtil São Luiz (1930-1936)**. 2000. 152f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 14 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. **A cooperação nas novas formas de gestão do trabalho em um grupo de indústrias têxteis**. 1996 Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SARAIVA, Luiz Alex Silva. **Discursos e práticas de gestão em uma empresa do setor têxtil de Minas Gerais**. 2001. 152f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SARETTA, Fausto. O governo Dutra na transição capitalista no Brasil. In: SUZIGAN, Wilson; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

SOARES, Juvenal Pereira. **Síntese histórica de Curvelo**. Curvelo: Prefeitura Municipal de Curvelo, 1988.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950**/ Stanley J. Stein; prefácio [de] Nícia Villela Luz; tradução [de] Jaine Larry Benchimol; revisão técnica [de] Helena Caspariam. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SUZIGAN, W. *et al.* **Crescimento industrial no Brasil: incentivos e desenvolvimento recente**. Rio de Janeiro: PEA, 1974.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, Unicamp, 2000.

SUZIGAN, Wilson; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2002.

SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). **História econômica da independência e do Império**. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2002.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. **A fábrica do sonho:** trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAZ, Alison Mascarenhas. **CIA Cedro e Cachoeira. História de uma empresa familiar (1883-1987).** Belo Horizonte: Cia. Cedro Cachoeira, 1990.

VERSIANI, Maria Teresa R. O. **O aparecimento da indústria têxtil mineira na década dos setenta XIX.** In: Seminário sobre a economia mineira, VI, 1992, Diamantina. Anais do Seminário sobre a economia mineira. Belo Horizonte: UFMG. 1992.

VIA, Sarah Chucid da. **Televisão e consciência de classe:** o trabalhador têxtil em face dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1997.

WEID, Elisabeth von der. **O fio da meada:** estratégia de expansão de uma indústria têxtil. Rio de Janeiro: Fundação casa de Rui Barbosa, 1986.

WIRTH, John D. **O fiel da balança:** Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ANEXO A – Mapa de Curvelo em 1706



Fonte: WIKPÉDIA. **Curvelo.**

Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Curvelo>> Acesso em 23 de março de 2005.

ANEXO B - Município de Curvelo atualmente (2007)

Fonte: WIKPÉDIA. **Curvelo**.
Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Curvelo>> Acesso em 17 de
fevereiro de 2007.

**ANEXO C - Industrial Othon Lynch Bezerra de Mello, presidente e idealizador da
Fábrica Maria Amália**



Fonte: <http://www.othonhotels.com/br/>.
Acesso em dezembro de 2005

ANEXO D - Iconografia Fábrica, bairro Maria Amália, jardim, Clube Maria Amália, Escola Maria Amália, José Teófilo, trabalhadores e condições de trabalho.



Casa construída na expansão do bairro Maria Amália em 1950.
Na parede podemos ver as iniciais do grupo empresarial Othon Lynch Bezerra de Mello.
Fonte: acervo pessoal



Jardim construído para recreação dos funcionários. Uma das mais belas praças da cidade de Curvelo.
Fonte: acervo pessoal



Escola construída para atender os filhos dos funcionários. Fundada em 1948
Fonte: acervo pessoal



Esporte Clube Maria Amália criado para a recreação dos funcionários
Fonte: acervo pessoal



Cerimônia de fundação do Clube Maria Amália em 08-02-1944.
Fonte: arquivo histórico do Museu Vivo de História Local da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (FACIC)



Fachada da fábrica.
Fonte: acervo pessoal



Avenida Othon Bezerra de Melo
Fonte: acervo pessoal



José Teófilo sendo homenageado pela administração da fábrica em 1959.
Fonte: arquivo histórico do Museu Vivo de História Local da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (FACIC)



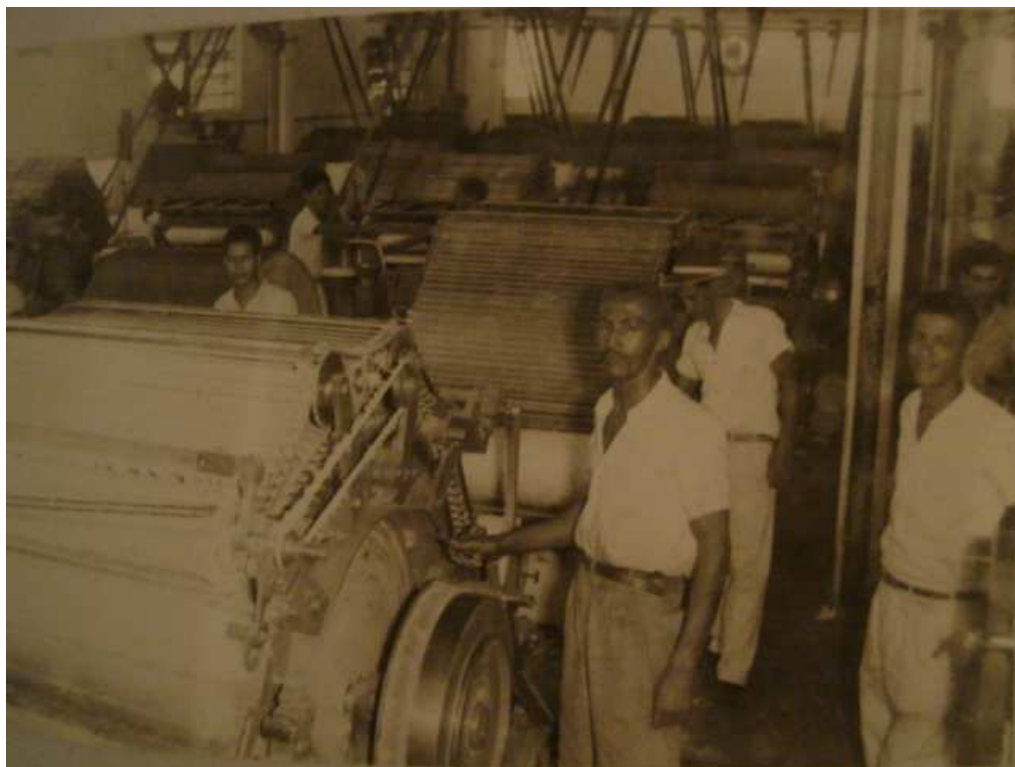
Diretoria do Sindicato dos Tecelões em 1962. José Teófilo ao centro tomou posse da Diretoria em 1957 sendo presidente até 1964.

Fonte: arquivo histórico do Museu Vivo de História Local da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (FACIC)



Trabalhadores da fábrica. Ao fundo José Teófilo.

Fonte: arquivo histórico do Museu Vivo de História Local da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (FACIC)



Trabalhadores da fábrica da década de 1940, trabalhando nas Cardas.
Fonte: arquivo histórico do Museu Vivo de História Local da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (FACIC)



Há que se chamar a atenção pela falta de EPI (Equipamentos de Proteção Individual).
Fonte: arquivo histórico do Museu Vivo de História Local da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (FACIC)



Mulher grávida trabalhando no tear.

Fonte: arquivo histórico do Museu Vivo de História Local da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (FACIC)



A foto registra a solene bênção da primeira pedra da fábrica em 15 de setembro de 1941.

Fonte: arquivo histórico do Museu Vivo de História Local da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (FACIC)



Foto vista aérea em 1942. Chamo a atenção para a proximidade dos trilhos do EFCB.
Fonte: arquivo histórico do Museu Vivo de História Local da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (FACIC)



Vista aérea da década de 1940 onde podemos observar no canto superior direito o campo de futebol do Maria Amália Esporte Clube.
Fonte: arquivo histórico do Museu Vivo de História Local da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (FACIC)



Foto das instalações internas da fábrica.
Fonte: acervo pessoal



Sistema de aspersores
Conhecido pelos trabalhadores como “ventilador de água”.
Fonte: acervo pessoal



Centro de treinamento
Destinado aos trabalhadores sem experiência.
Fonte: acervo pessoal



Casa Grande
Fonte: acervo pessoal

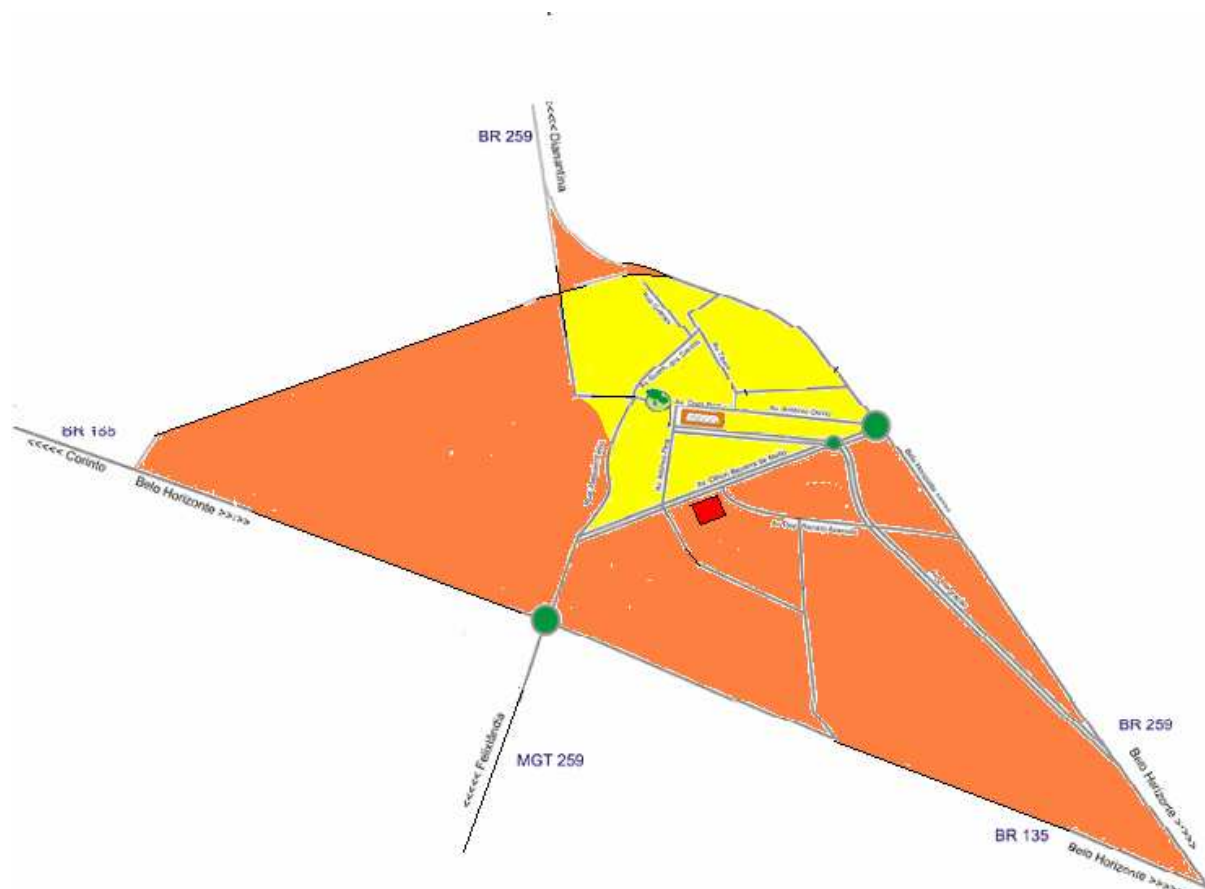


Frente da Casa Grande.
Fonte: acervo pessoal



Estilo das casas construídas para o Bairro Maria Amália
Fonte: acervo pessoal

ANEXO E - Mapa do município de Curvelo



Fábrica Maria Amália

Bairros

Centro Comercial

Mapa da Cidade

Fonte: Adaptação de: Curvelo - Portal do Sertão. **Mapa da Cidade**. Disponível em <http://www.curveloportaldosertao.com.br/mapa/images/images/mapa-curvelo.html> Acesso em 18 de fevereiro de 2005.